



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTORIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

**LEILA MARGARETH RODRIGUES GOMES**

## **MOVIMENTOS SOCIAIS NA OBRA DE ARTHUR REIS**

**Orientador:**

**Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro**

*Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em História  
da Universidade Federal do Amazonas,  
sob a orientação do Prof. Dr. Luís Balkar  
Sá Peixoto Pinheiro como requisito para  
obtenção do título de Mestre em História.*

MANAUS  
2009

## FICHA CATALOGRÁFICA

Gomes, Leila Margareth Rodrigues

*Movimentos Sociais na Obra de Arthur Reis / Leila Margareth Rodrigues Gomes.*  
Manaus: [s.n.], 2009, 150p.

Orientador: Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História

1. História Social. 2. História do Trabalho. 3. Movimentos Sociais.
4. Amazonas – Sociedade e Cultura.
5. Amazonas – Política e Governo.
6. Amazonas – História.

- I. Pinheiro, Luís Balkar Sá Peixoto
- II. Universidade Federal do Amazonas
- III. Título.

## TERMO DE APROVAÇÃO

*Esta dissertação foi submetida à Banca Examinadores composta pelos Professores Doutores baixo nominados em 08 de Maio de 2009, sendo aprovada.*

Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro  
(PPGH – UFAM)

Profª Drª Eloína Monteiro dos Santos  
(PPGH – UFAM)

Prof. Dr. Jaci Guilherme Vieira  
(DH – UFRR)

Às mulheres da minha vida,  
Amazonina, guerreira,  
Cinha, Cita e Nenê, pelos exemplos,  
Carolina, razão da minha vida.

**Dedico**

## **AGRADECIMENTOS**

Ao professor-amigo Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro pela sempre competente e esclarecedora orientação, reforçando nossa identificação com os movimentos sociais e pelo sentido de buscar uma nova compreensão desses processos, respeitando meu caminhar.

Ao professor Geraldo Pinheiro, através do qual tive conhecimento das múltiplas e instigantes possibilidades de fazer História, e pelo estímulo à pesquisa, que pareciam verdadeiras provocações, a partir das quais aceitei o desafio.

Ao professor Almir Diniz, pelas valiosas sugestões durante o exame de qualificação e por ter oportunizado atualizada a literatura historiográfica durante as aulas.

Ao Renan, interlocutor importante em todos os sentidos.

Aos meus amigos do Colégio Militar, pelo apoio, minha verdadeira gratidão.

À minha família, pelo incondicional apoio e espera confiante. Minha mãe, Carolina (constante incentivadora), Cinha, Cita, Nenê, Dindô, Diego, Carmelo, Sol, Eli, Paola, Fernandinha, Julian...

Ao Walber e Lucas, pelo carinho.

Aos meus amigos, pelas alegrias, pelos ombros disponíveis, pelas palavras inteligentes, pelas críticas na hora certa, pelas conversas agradáveis quando “perdidos na noite” nos encontrávamos, pelas leituras partilhadas, pelas estimulantes e inspiradoras discussões. Aguirre, Alba, Carla, Davi, Eli, Elione, Fernando, Hortênsia, Lino, Márcio, Silvana, Valéria e tantos outros, em ordem alfabética.

Aos meus colegas de aula do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia e do Programa de Pós-Graduação em História da UFAM, com os quais muito aprendi.

Mais uma vez, ao Renan e à Alba, “sem os quais esta obra não seria possível”.

## RESUMO

Esta pesquisa envolve duas grandes temáticas – os movimentos sociais e a historiografia de Arthur Reis. Ambas se justificam por suas significações no contexto amazônico, tanto como dinamizadores do processo histórico, como formadores de significados. Pretende-se, portanto traçar o amplo conjunto das representações dos movimentos sociais da Amazônia na obra de Arthur Cezar Ferreira Reis, buscando, a partir delas, significações incompletas, obscurecidas ou silenciadas, bem como aquelas evidenciadas no campo discursivo da obra do autor. Os suportes teórico-metodológicos desde trabalho apontam para a possibilidade da utilização de vários aportes, para que seja possível uma melhor interconexão de saberes, para a qual, o exclusivismo teórico não seria capaz de comportar todas as possíveis reflexões. Assim, igualmente a metodologia desta pesquisa será norteada pelas várias perspectivas, quer sejam conceituais, de enfoques ou de abordagens. A memória historiográfica e toda sua diversidade de possibilidades de uso marcará um dos aspectos deste estudo, que é não aceitar a pretensão de se reconstruir e significar um passado único como um exemplo de negação da racionalidade moderna e da objetividade científica, sendo esta apenas mais uma possibilidade de leitura de Arthur Reis. A partir de uma historiografia marcadamente conservadora os movimentos sociais construídos por Arthur Reis terão duas características principais: uns que deixaram a marca do heroísmo e do compromisso com o progresso regional, como os movimentos autonomistas e o movimento abolicionista no Amazonas, outros que correspondem a exemplos negativos e que provocariam sérios danos à História regional se não tivessem sido contidos a tempo por uma elite atenta, como no caso da Cabanagem, aqui analisados.

**Palavras-chave:** História, Historiografia, movimento social, Arthur Reis.

## ABSTRACT

This paper involves two big themes – social movements and Arthur Cezar Ferreira Reis historiographic production. Both justify themselves for their meanings in the amazonic context, not only like dynamical subjects POINTS of the historical process but also like meaning makers. It was an attempt, to out line the large group of representatives of social movements in Amazonia starting with Arthur Reis writings researching for silent obscure meanings like the evidences in the speech frild in his job. The theoric-metodogy in the support in his writings have permitted the use in various aspects, giving possibility to a better interconnection of the knowledge to what the teoric exclusivism would not be able to hold all the possible reflexions. In the same way, the applied methodology in the research was guided by various perspectives, focusing concepts or approaches. The historiographic memory and all its diversity of possibilities of use was a mark on one of the aspects of this study, that is not to accept the intention to re-build and give meaning to a past alone as an example of denying modern rationality and scientific objectivity, being only one more possible way to read Arthur Reis writings. From a conservative historiography of social movements built by Arthur Reis, bring two principal characteristics. The first is about the mark point of heroism and commitment with the regional progress, as it is in the analyses of the autonomous movements and abolitionist movements in the state of Amazon. The second is about the adoptions of the negative approach by the author about the social movements and their capacity to provoke serious damages to the regional dynamic, like the analyses developed about the Cabanagem.

**Key-words:** Historiography, social movements, Arthur Reis, Cabanagem.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>PODERES E SABERES NA AMAZÔNIA: A OBRA DE ARTHUR REIS</b> .....	13
1.1 Os dilemas da Ciência e da História.....	13
1.1.1 É necessária uma redefinição dos paradigmas?.....	13
1.2 Um diálogo com Arthur Reis: a Ciência na Amazônia.....	18
1.2.1 “Olhar” a Amazônia e ver.....	18
1.2.2 Representar a Amazônia: conhecer o “local” .....	20
1.3 O “Olhar” historiográfico.....	27
1.3.1 O IHGB e a construção de um modelo historiográfico .....	27
1.3.2 As influências do IHGB na historiografia amazônica.....	30
1.4 Cultura política e relações de dominação: historiografia amazônica e Arthur Reis.....	36
1.4.1 O lugar social das idéias de Arthur Reis: uma tentativa de compreensão.....	45
1.5 Possibilidades metodológicas.....	56
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>UM PASSADO DE GLÓRIA: A “ORDEM”</b> .....	62
2.1 Arthur Reis: uma introdução à história e aos movimentos sociais na Amazônia.....	62
2.1.1 Os movimentos sociais na obra de Arthur Reis.....	66
2.2 Movimentos autonomistas do Amazonas.....	75
2.2.1 “A explosão cívica de 1832” .....	81
2.2.2 “Afinal a Província” .....	88
2.3 Movimento Abolicionista no Amazonas.....	94
2.3.1 Economia.....	96
2.3.2 Hierarquia social e historiográfica.....	99
2.3.3 Montando o mosaico.....	103
2.3.4 Processo de abolição.....	105
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>O OUTRO LADO DA HISTÓRIA: A “DESORDEM”</b> .....	114
3.1 “Nos entreveros da Cabanagem” .....	114
3.1.1 “A Amazônia participa da história nacional.....	120
3.1.2 “Cabanagem é, assim o romance de nossa intrepidez” .....	123
3.1.3 “Cabanagem [...], retrato vivo da nossa natureza” .....	136
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	147
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	152

## INTRODUÇÃO

A partir da compreensão do processo histórico sintetizado como um conjunto de “rupturas e permanências”, os movimentos sociais são considerados situações que provocam rupturas, sejam sociais, econômicas, políticas e culturais, ressaltando-se enfim, a importância dos movimentos sociais para a dinâmica do processo histórico. Eles também asseguram formas de relações sócio-culturais que, de modo geral, mantêm os modos do “bom viver”, compreendidas como as permanências estruturais consolidadas culturalmente.

Assim, uma leitura atenta sobre esta temática, que pode ser identificada em vários momentos e passagens da obra do historiador Arthur Cezar Ferreira Reis que foi tomada como principal objeto de estudo em razão da posição que ocupa na historiografia regional, do mesmo modo que é, em vários sentidos, reveladora das experiências que impulsionaram, mas também limitaram as experiências desses processos históricos regionais.

Pretende-se, portanto, pensar a Amazônia, e mais particularmente o Amazonas a partir das concepções de mundo de um dos historiadores mais significativos da Amazônia, destacando as contradições contextuais nas quais essas percepções foram concebidas, situadas no universo da cultura política. A cultura, desta forma, será entendida como um conjunto de significados construídos pelas pessoas e partilhado socialmente. Ela, simbolicamente traduz e expressa a realidade vivida. Os sentidos conferidos às palavras e às representações das ações e dos atores sociais que foram colocados em evidência por Arthur Reis devem ser objeto de apreciação valorativa. Tratou-se, antes de tudo, a partir da textualidade de Reis, compreender a Amazônia e como esta se relaciona com os seus e com os Outros.

Este trabalho pretende analisar como o autor via ou entendia as relações conflituosas existentes entre a Amazônia e a sociedade nacional, bem como entre os diversos segmentos regionais, principalmente do Amazonas.



Esta pesquisa pretende, pois, apresentar particularmente um ponto de vista, entre os vários possíveis que aparecem por força de toda a complexidade e riqueza, ao longo das diferenciadas interpretações e sentidos que a obra desse historiador oferece, e que termina por tornar praticamente impossível sua redução a uma única interpretação. Sem a pretensão, portanto, de que aqui se esgotem todas essas possibilidades.

O que se pretendeu, portanto, foi analisar as formas pelas quais Arthur Cezar Ferreira Reis representou as trajetórias históricas dos diversos movimentos sociais ocorridos na Amazônia, abordados em sua obra, identificando como o autor analisa o sentido desses movimentos e a participação dos diferentes sujeitos sociais, seus respectivos valores, comportamentos e *significações históricas* fora e no interior desses movimentos.

A História produzida por Arthur Reis destaca-se, dentre outras, pelo significado e importância de se compreender a formação do pensamento (sócio-científico) amazônico, o surgimento de uma visão racionalista nos marcos da nacionalidade brasileira e ser possível, a partir de seu pensamento e suas referências, traçar mais um novo perfil desses movimentos sociais.

Em situações de flagrantes crises sociais, os diversos segmentos em conflito deixam externar com mais clareza seus anseios individuais e coletivos. Os diferentes movimentos de reação constituem-se em primorosos momentos para se perceber as grandes contradições sociais na Amazônia e como elas contribuíam para redefinir novos projetos políticos, reforçando a compreensão da história de alguns movimentos sociais na Amazônia a partir de suas várias representações. Além disso, esta compreensão deve ser buscada dentro uma perspectiva de “ruptura”, situando alguns desses atores sociais silenciados no lugar historicamente devido, sem, entretanto romantizar a participação popular, resgatando, no que for possível, as diferentes ações político-culturais no interior dos movimentos, partindo do pressuposto que aqueles sujeitos históricos eram representantes daquilo que é conhecido como resistência e colaboração.

As interpretações ou decifrações da obra de Arthur Reis inscrevem sua relevância no reflexo de seu pensamento nos “sistemas de constrangimentos coletivos”<sup>1</sup>, pois, no Amazonas, seus leitores muitas vezes tomam seu pensamento como base para compor os

---

<sup>1</sup> CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 8, 1994.

sistemas de valores sociais e de projetos políticos visivelmente influenciados por seus argumentos e suas justificativas históricas e ideológicas.

Esta pesquisa busca, pois, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas discursivas, pelas quais Arthur Reis expressou a si próprio e o mundo. Constitui-se em desafio pessoal, por ser este um processo complexo, onde se tentará a leitura dos códigos de um outro tempo, que podem se mostrar, por vezes, incompreensíveis, dados os filtros que o passado interpõe, através dos registros e sinais que chegaram até nós <sup>2</sup>.

Suas representações serão as fontes desta pesquisa, sendo vistas como registros de significado para as questões levantadas. Afinal, a produção de Arthur Reis é indício que se coloca no lugar do acontecido, e que substitui o real. Estando, pois, diante de suas representações do passado – sua Historiografia –, que se constroem como fontes através do meu olhar (minhas representações) é que a realidade do passado chegará até nós por meio de representações de Arthur Reis.

A história da historiografia de Arthur Cezar Ferreira Reis proporciona uma espécie de recordação do passado, não só selecionando e esquecendo, mas também uma operação de resgate ditada pela minha condição histórica, destacando a “... existência de uma pluralidade de mundos e de uma pluralidade de tempos sociais”.<sup>3</sup>

Os suportes teórico-metodológicos deste trabalho, sem deixar de estabelecer um posicionamento claro e preciso, apontam para a possibilidade da utilização de vários aportes, para que seja possível uma melhor interconexão de saberes, para a qual, o exclusivismo teórico não seria capaz de comportar todas as possíveis reflexões.

A multiplicidade de perspectivas presentes nesse trabalho pode ser percebida pelo emprego de pressupostos de diferentes campos do saber histórico, como segue: História Política e História Intelectual serão os domínios utilizados para situar historicamente o autor no processo de sua produção teórica. A abordagem dos movimentos sociais do autor será feita através da representação. Todos esses mecanismos de observação da sociedade amazônica historicamente situada terão como dimensão a História Cultural e História Social.

---

<sup>2</sup> PESAVENTO, Sandra Jatáhy. **História & História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 42.

<sup>3</sup> CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto Editora, 2001, p. 34.

As várias perspectivas, sejam conceituais, sejam de enfoques e de abordagens metodologicamente utilizadas nortearam este trabalho. Devido ao próprio caráter temático, inserido no universo historiográfico, vários caminhos foram percorridos para que fossem alcançados os objetivos propostos. Assim, cada etapa, cada abordagem, dependendo da perspectiva, foi trilhada a partir de metodologia específica. O exclusivismo metodológico, dessa forma, não seria o modo adequado de abordagem.

Esta pesquisa foi elaborada visando tratar e trazer esclarecimentos sobre três temas básicos, divididos em três capítulos, sendo o primeiro denominado “Poderes e saberes na Amazônia: a obra de Arthur Reis”, com o qual pretendemos realizar uma breve apresentação do autor, destacando sua importância social e política para a região, sendo traçada uma caracterização geral de sua produção intelectual, fundamental para a compreensão de como a sociedade regional se relaciona com o passado.

No segundo capítulo serão desenvolvidas as bases conceituais da compreensão de Arthur Reis sobre movimentos sociais. Além disso, serão analisados dois dos movimentos que podem ser compreendidos como politicamente aceitáveis, a partir da perspectiva do autor por se tratarem de processos liderados por elementos pertencentes às camadas sociais privilegiadas, portanto com capacidade “espiritual” de conduzirem os rumos da história. Os movimentos autonomistas e o movimento abolicionista ocorridos no Amazonas são exemplos de experiências históricas que, de acordo com os modelos teóricos do autor, são exemplos dignos de permanecerem na memória social amazonense, ambos pertencentes ao capítulo denominado “Um passado de glória: a *ordem*”.

O terceiro capítulo intitulado “O outro lado da história: a *desordem*” destaca a Cabanagem como movimento social de maior significação histórica da Amazônia, no qual as rupturas e permanências se manifestam através de um quadro de grande crise social onde várias contradições se manifestam. Mesmo que este movimento tenha recebido uma identidade nativista por uma corrente significativa de historiadores da qual Arthur Reis fazia parte, ele caminhará na contramão desse pensamento, porque afinal, as falas do poder também revelam resistência, pois os discursos não são lineares. Elas revelam-se em vários sentidos, ambíguas.

Ainda neste capítulo será feita uma introdução aos movimentos sociais indígenas, indispensáveis para a compreensão da Amazônia.

Suas idéias, presentes na memória coletiva amazônica de raízes históricas ordeira e pacífica são abaladas pela ocorrência, nesta própria historiografia de inúmeros movimentos sociais, desconstruindo-se, assim uma possível objetivação sem contradições, defendidas pelo autor através de uma perspectiva de continuidade.

Estudar a herança intelectual da Amazônia, através da obra de Arthur Reis é uma tentativa de construção de um saber próprio sobre esta região sem deixar de considerar tal construção situada no contexto nacional.

# CAPÍTULO I

## PODERES E SABERES NA AMAZÔNIA: A OBRA DE ARTHUR REIS

### 1.1 Os dilemas da Ciência e da História

#### 1.1.1 É necessária uma redefinição dos paradigmas?

Após a Segunda Guerra Mundial instaurou-se no mundo, e vários pensadores a tomam como marco, uma realidade de grande complexidade. A partir deste contexto as explicações globalizantes e os regimes de verdades totalizantes entram em esgotamento. As interpretações que pretensiosamente explicavam a realidade através de sistemas genéricos e globais começaram a ser questionadas, pois o mundo já não poderia mais ser visto a partir de enquadramentos redutores<sup>4</sup>.

Em época de crise da ciência, sempre que tais limites são rompidos ou ameaçados, “a ética é trazida à tona para chamar a atenção da consciência dos cientistas e instituições da ciência para dialogar”. Assim, a epistemologia e a ética ganham renovada importância<sup>5</sup>. Hilton Japiassu destaca que por definição a ciência ignora os valores e a imaginação criadora. Por isso, não pode haver nem ética nem estética objetivas e, de modo geral, são os filósofos e os *literatos* que vão elaborá-las, não os cientistas. Dessa forma todo conhecimento científico, funda-se numa ética, cujo critério fundamental não é o homem, mas o próprio conhecimento objetivo.

“Não era a razão, entidade abstrata, que se rejeitava mas sim certo tipo ou concepção de razão – a *razão iluminista*”<sup>6</sup>. Neste momento, laços foram rompidos, as esperanças confortavelmente alicerçadas em explicações teleológicas ficaram em desalento, o individual deu lugar ao coletivo, refletindo, conseqüentemente, nas formas de pensar o mundo. Hoje, não existe pensamento homogêneo, e uma grande quantidade de idéias, muitas conciliáveis, outras, nem tanto, perpassam entre nós, sejam nas

---

<sup>4</sup> PESAVENTO, **História & História Cultural**, 2004, p. 9.

<sup>5</sup> DIEHL, Astor Antônio. **Historiografia – memória, identidade e representação**. Bauru, SP: EDUSC, 2002, p. 85.

<sup>6</sup> FALCON, Francisco. História das Idéias. In: CARDOSO, Ciro F.; VAIFANS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 103.

academias, ou /e em todos os lugares que buscam encontrar uma saída para os “becos sem saída”, proposta pelos novos paradigmas de construção de conhecimento.

No caso específico da História, também se acumulam, nas últimas duas décadas, sinais de profundas mudanças. Assim, os debates atuais em torno da história, encontram-se no contexto da chamada “crise dos paradigmas”, vivida também pelas Ciências Sociais, remetendo-nos a pensar os caminhos da própria Ciência.

Há a algum tempo trava-se um embate sobre o caráter da Ciência. De um lado, aquele, ainda hegemônico, mas mortalmente ferido, com seus “precisos” métodos em busca da verdade, e do outro, uma nova forma de construir o conhecimento para o qual a complexidade da realidade exige um novo olhar, sendo as dúvidas bem mais instigantes. Assim,

hostilizar o positivismo era recusar o cientismo então reinante, ou melhor, era rejeitar uma certa forma de positivismo cujo erro fundamental, segundo seus críticos de então, era o de pretender tratar as ‘ciências do homem’, ou do ‘espírito’, segundo analogias derivadas do paradigma das ciências naturais. Ignorantes das diferenças essenciais entre matéria e espírito, ou entre natureza e história, os positivistas tentavam aplicar à esfera social humana suas categorias explicativas, físicas ou biológicas, como: materialismo, evolucionismo, mecanicismo, naturalismo, determinismo etc<sup>7</sup>.

No século XIX, os historiadores tinham uma idéia bem mais homogênea do seu ofício. Hoje coexistem muitos tipos de ‘história’. Vimos, a partir de então, serem inseridas na História noções de verdades simbólicas, razões, sensibilidades. A “representação” ocupou um espaço de destaque neste processo de produção científica aproximando a história da literatura - que serve para ilustrar o recorte histórico, iluminando nosso olhar sobre a realidade, fundamentando o conceito e a teoria. Se tudo no real também pode ser representado, a “verdade”, neste entendimento, é historicamente construída e socialmente reconhecida.

As palavras expressam o sentido simbólico do contexto, reconstruindo a realidade através de símbolos explicando apenas o que aconteceu. Vivemos, assim o imaginário construído da realidade, seguindo apenas os “rastros”<sup>8</sup> daquele real. Tanto para a história

<sup>7</sup> FALCON, op. cit., p. 103.

<sup>8</sup> RICOEUR, Paul. **A memória, a história o esquecimento**. Tradução: Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007. - Paul Ricoeur propõe “... três espécies de rastros: o rastro escrito, que se tornou, no plano da operação historiográfica, rastro documental; o rastro psíquico, que é preferível chamar de impressão, no sentido de afecção, deixada em nós por um acontecimento marcante ou,

quanto para a literatura os “rastros” são verdades do simbólico do seu tempo e não verdades do acontecido. Por isso devemos entender o tempo da escrita e as coisas que causavam preocupação naquele momento. Não esquecendo também que o referente é sempre real e que toda coisa acontecida é sempre uma coisa criada. Afinal, o acontecido só chegou a nós porque foi criado. Em todos os tempos se criam verdades datadas. O que não as invalidam como verdade<sup>9</sup>.

Os novos pontos de vista refletem sobre as mudanças das formas lógicas de se pensar os “acontecimentos”. Destacando apreço pelas singularidades e buscando essa aproximação entre história e outras áreas do conhecimento, torna-se estimulante a possibilidade de se fazer uma releitura das obras de Arthur Reis, com destaque para os movimentos sociais a partir dessas perspectivas, colocando em questionamento, neste caso, a “epistemologia que infunde à história um caráter cientificista ou legalista” e o próprio “empiricismo da prática historiográfica”<sup>10</sup> deste autor.

Considerado como o “Maior defensor da Amazônia”<sup>11</sup>, Reis destacou-se entre uma geração de intelectuais com contribuição, inegavelmente, valiosa, sempre projetando esta região para o futuro, além de sua participação na vida pública, tornando este conjunto, importante fonte de questionamentos e interpretações, apontando para a possibilidade de revelar as razões de suas ações e outros de sua geração no passado, dando sentido aos seus valores, suas razões e seus sentimentos diferenciados.

Aquela realidade vivida por Reis, que norteará sua produção, pode ser compreendida a partir de diferentes abordagens, sejam elas políticas, sociais e culturais. Desta forma, sua produção intelectual fala do que poderia ter acontecido (criação), e não apenas do que aconteceu, afinal, as *verdades* construídas por ele são historicamente datadas. Estes aspectos que nos remetem a uma análise de Reis para responder a um grande quadro de questionamentos impostos pela realidade contemporânea de para

---

como se diz, chocante; enfim, o rastro cerebral, cortical, tratado pelas neurociências. Aqui, deixarei de lado o destino do rastro documental, que já foi discutido segunda parte, não sem lembrar que, como todo rastro material – e, a esses respeito, o rastro cortical está do mesmo lado que o rastro documental –, ele pode ser alterado fisicamente, pagado, destruído; foi, entre outras finalidades, para conjurar essa ameaça de apagamento que se instituiu o arquivo” (p. 425).

<sup>9</sup> PESAVENTO, **História Cultural...**, 2003.

<sup>10</sup> CARDOSO JUNIOR, Hélio Rebello. **Enredos de Clio: pensar e escrever a História com Paul Veyne**. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 14.

<sup>11</sup> DIAS, Edinea Mascarenhas. Presidente do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas em abertura da sessão solene em homenagem ao centenário de Arthur Cezar Ferreira Reis, de 22 a 24 de março de 2006, Manaus.

onde caminha a Amazônia, busca na narrativa histórica a possibilidade do saber histórico livre da factualidade e da presunção cientificista como única forma de construção de conhecimento.

Por tratar-se do campo das representações sociais, ressalta-se a tentativa dessa construção analítica ser feita, na medida do possível, a partir de diferentes concepções metodológicas, não excluindo, por exemplo, a possibilidade da abordagem textual e uma possível interpretação hermenêutica dos escritos de Reis, como elemento de redefinição e descoberta de novos sentidos e significações.

Esta perspectiva de abordagem deve levar em consideração o tempo da escrita e não apenas o tempo da narrativa, pois devemos, mais uma vez, ficarmos atentos ao anacronismo, respeitando a alteridade do passado. O tempo da escrita de Arthur Reis determinará o caráter de sua obra, recriando o passado, devendo ser levado em consideração que o conjunto de sua obra vem servindo para a compreensão do processo de produção do conhecimento da Amazônia de hoje, como é a pretensão sugerir e demonstrar com a presente leitura e investigação de suas obras e idéias expostas.

Essa renovação vivenciada não apenas pela História Política, mas também pela História Social vem buscando ver como as práticas e experiências, sobretudo dos homens comuns, traduziam-se em valores, idéias e conceitos sobre o mundo<sup>12</sup>. A partir da obra de Arthur Reis é possível percebermos como as diferentes épocas vêem o passado e como vêem o futuro.

De posse desses novos aportes teórico-metodológicos é possível identificar nas obras de Arthur Reis, por exemplo, os conceitos de 'dinâmica social' de Comte. Para ele as idéias operam historicamente por intermédio da elite intelectual para quem eles são os primeiros agentes do movimento social e dos progressos sociais. As leis universais do progresso são determinadas por essas idéias. Assim, é identificada em suas obras uma certa concepção idealista, pois aparentemente, as idéias possuem uma existência fora da história enquanto totalidade. Assim, "... as idéias [...] podem desempenhar um papel regressivo em relação ao processo histórico real. [...] quer dizer, quando as idéias não estão conectadas à práxis revolucionária, elas são, na verdade, ideologias"<sup>13</sup>. Por este

---

<sup>12</sup> PESAVENTO, *História Cultural*, 2003, p. 32.

<sup>13</sup> FALCON, *História das Idéias...*, 1997, p. 102.



entendimento, a produção de Arthur Reis, mais que Ciência, é ideologia e expressão de valores.

Estes novos modelos permitem também a apreensão da estrutura ou configuração da realidade histórico-cultural em Arthur Reis e, perceber que suas idéias permitem a percepção de que ‘cada época é algo único’ e constitui ao mesmo tempo elemento explicativo de sua cultura, de sua ‘visão de mundo’, refletindo os conflitos políticos e sociais daquelas épocas históricas<sup>14</sup>.

A contextualização do ambiente de produção intelectual de Arthur Cezar Ferreira Reis está ligada à História Social do Político, e a vinculação da sua obra ao processo de formação de significados culturais pela sociedade amazonense, resgatando e reconstruindo uma memória histórica.

Uma melhor apreensão da historiografia de Reis está sendo possível através dos aportes culturais, “como um vasto universo de informações percorrido por inúmeras redes, onde cada profissional encontra a sua conexão exata e particular”<sup>15</sup>. Todas as dimensões da realidade social interagem, ou rigorosamente coexistem como dimensões separadas. Mas o ser humano, em sua ânsia de melhor compreender o mundo, acaba sendo obrigado a proceder a recortes e a operações simplificadoras e redutoras. Mesmo que a história seja analisada a partir de perspectivas específicas, não se deve esquecer que ela é sempre plural.

O reconhecimento deste ambiente intradisciplinar “consolidará uma atuação historiográfica que deve ser encarada como um esforço de autoconhecimento...”<sup>16</sup>.

A própria História Social embora demonstre alguns sintomas de esgotamento, tampouco está superada<sup>17</sup>, sendo contraditório exigir-se dela, respostas para todas as construções de conhecimentos. Ela ainda se constitui em um grande instrumento para os usos da História, apropriando-se de aportes mais usuais em outras correntes historiográficas, como os da História Cultural.

O que de fato está em jogo nessa discussão, em torno dos caminhos da História, é a busca de uma produção científica que desvele além da “lógica racional”, aquilo que Boaventura de Sousa Santos sugere como “sendo uma revolução científica que ocorre

---

<sup>14</sup> *ibidem*, p. 107.

<sup>15</sup> BARROS, José D’Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, p. 9.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 17.

<sup>17</sup> FALCON, História das Idéias, 1997, p.110.

numa sociedade ela própria revolucionada pela ciência [e portanto], o paradigma a emergir dela não pode ser apenas um paradigma científico [...], tem de ser também um paradigma social [...]”<sup>18</sup>.

## 1.2 Um diálogo com Arthur Reis: a Ciência na Amazônia

### 1.2.1 “Olhar” a Amazônia e ver

Em conferência proferida em 1938, na Bahia, Djalma Batista situa a produção intelectual do Amazonas à margem do contexto nacional, mas não isolada, assim dizendo “Não é de admirar, portanto, que na Amazônia e à margem da Amazônia se tenha creado todo um notável movimento intelectual, que representa hoje um panorama largo e surpreendente nos quadros intelectuais do Brasil e quiçá de todo o mundo”<sup>19</sup>.

Auxiliomar Ugarte fazendo referência a Mary Del Priori, situa a Amazônia, no imaginário europeu, como a “margem da margem do mundo”. Segundo ele, os Andes Centrais apesar de “margem”, tornaram-se “centro” no contexto colonial, o que não ocorreu com a Amazônia que, como ‘margem’ da ‘margem do mundo’<sup>20</sup>, “continuou nesta condição, vindo até os nossos dias”<sup>21</sup>.

Este pensamento, guardadas as diferenças nos contextos econômicos e políticos, também é recorrente quanto à produção científica. De modo geral, a Amazônia, - e nesta condição o Amazonas, - é inserida nos projetos científicos nacionais, quase sempre determinados pelos comitês dos “centros” de decisão localizados no Centro-Sul.

Essa região, depois de ser interpretada pelo olhar europeu, foi incluída apenas como apêndice à história nacional. O Brasil, pelo que se entendia, após o processo de colonização, precisava se constituir e se afirmar como uma nação soberana. Neste projeto de construção de um sentimento de nacionalidade e consolidação territorial<sup>22</sup>, a

<sup>18</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as Ciências**. 8. ed. Porto: Edições Afrontamentos, 1996.

<sup>19</sup> BATISTA, Djalma. **Letras da Amazônia**. Manaus: Livraria Palácio Real / Cesar e Cia, 1938, p. 10.

<sup>20</sup> UGARTE, Auxiliomar Silva. Margens Míticas: a Amazônia no imaginário europeu do século XVI. In: PRIORE, Mary; GOMES, Flávio. (Orgs.) **Os Senhores dos rios: Amazônia, histórias e margens**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2003, p. 4.

<sup>21</sup> Ibidem, p. 3.

<sup>22</sup> GUIMARÃES. Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, pp. 5-27, Manoel Luís Salgado. **Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico**.

Amazônia foi envolvida, pela ótica do Centro-Sul, em um projeto de sociedade artificialmente homogênea. Paradoxalmente, vale ressaltar que a Amazônia encontra-se ao mesmo tempo artificialmente dividida entre vários países.

Ainda é imperativo que se façam reflexões sobre a necessidade de uma história regional para minimizar os preconceitos localizados. Ao se igualar o “local” ao geral, apenas se escamoteiam as diferenças e as contradições. Não se deve, com esses novos métodos, entretanto, ficar apenas tentando decifrar o que o “Outro” viu, como viu e os valores que nortearam esse “olhar”, mas, principalmente utilizá-lo como instrumento que subverta a ordem das coisas, explicitando as contradições da própria produção e percepção científica.

A partir dessas proposições deve-se voltar constantemente ao questionamento preliminar que tanto preocupou Arthur Reis, da necessidade de uma produção de conhecimento endógena, pois não era prudente que esse conhecimento fosse dependente apenas do “olhar” do “Outro”. Entretanto, neste momento, ficar apenas no “olhar” do “olhar”, pode redundar no academicismo que tanto se tem questionado. Todas essas preocupações surgem de uma postura que pretende romper com esse “olhar” que não vê a Amazônia.

No início da década de 1980, iniciou-se o curso de graduação em História no Amazonas. Com ele surgiram questionamentos sobre o ofício do historiador e seu sujeito. Houve então um distanciamento das percepções da academia em relação às da sociedade no que tange ao conhecimento histórico e suas formas de produção. Neste contexto, Arthur Cezar Ferreira Reis, juntamente com vários outros historiadores passaram a ter seus trabalhos classificados como produções de dedicados “curiosos” da História.

Algumas convicções começam a ser abaladas e já na década de 1990 novas formas de pensamento científico flexibilizam as relações de recepção e de produção de conhecimento. Arthur Reis é “descoberto”, pela academia, como uma primorosa e valiosa fonte histórica, agora incluída numa historiografia de qualidade. Suas idéias, que sempre circularam pelo conjunto da sociedade e pelas quais era mantido profundo respeito, começaram a circular em um âmbito muito restrito na Universidade do Amazonas.

Aproximadamente quatro décadas antes da “reabilitação” de Arthur Reis no meio historiográfico acadêmico, ele assim já era visto:

Três nomes de alto porte merecem ser incluídos nesta relação de amazonólogos, mercê de seu valor e de sua obra. Refiro-me aos Srs. Agnelo Bittencourt, Arthur Cezar Ferreira Reis e Anísio Jobim, cuja projeção nas letras do extremo-norte é das mais avantajadas. [...] Em Arthur Cezar Ferreira Reis temos um **moço valoroso**, que conhece história como poucos e tem no particular da história de seu Estado um alentado livro, bem documentado e consciencioso, além de um grande número de monografias e vários estudos em preparo ou a serem editados. [...] <sup>23</sup>.

A obra de Arthur Cezar Ferreira Reis permite se ter a noção do espaço próprio da época histórica específica vivenciada por aqueles, que juntamente com o autor objeto dessas análises construíram modelos de “região”, “nação”, “Amazônia” e que até nossos dias continuam com relativa vigência e atualidade. A Amazônia deverá, pela sua lógica, ser entendida e, ao mesmo tempo, integrada aos modos de produção e aos projetos de construção nacional dominantes. Reis será um novo “olhar”, que sem dúvida partirá da Amazônia sobre a Amazônia, mesmo que com os mesmos instrumentos do “Outro”.

### **1.2.2 Representar a Amazônia: conhecer o “local”**

Não existe uma sincronia de métodos de produção científica. As formas de produção são desiguais nos vários lugares do mundo. A Alemanha, a França, a Inglaterra e os EUA são os principais “centros” teóricos da Ciência da História. Não é obrigatória esta simultaneidade, pois todos os lugares têm seus limites e particularidades nos modos de produção de conhecimento. Entretanto, tratando-se de produção científica, nos moldes ocidentais, são aqueles lugares as principais referências. E um distanciamento muito longo, compromete o *ofício do historiador*. Na Amazônia, a crítica encontrava-se na superação dos românticos por uma análise mais científicista e racionalista. A historiografia francesa contemporânea dos anos 50, mais particularmente os *Annales*, estava experimentando os chamados métodos quantitativos, e nos anos 60, o estruturalismo, após uma séria e contundente crítica ao positivismo. Segundo Renato Ortiz <sup>24</sup> “no momento em que as teorias raciológicas entram em declínio na Europa, elas se apresentam como hegemônicas no Brasil. Torna-se, assim, difícil sustentar a tese da *imitação, da cópia da última moda*”.

---

<sup>23</sup> BATISTA, Djalma. **Letras da Amazônia**, 1938, pp. 77-78.

<sup>24</sup> ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2005, p. 30.

Integram esta grande discussão do re-fazer historiográfico, os historiadores marxistas que, a partir do materialismo histórico, criticavam a virada estruturalista dos *Annales*. Os anos 60 e 70 testemunharam a incorporação de novos objetos e abordagens e mesmo entre os marxistas, apresenta-se uma evidente diferença metodológica. Os desvios e insuficiências teóricas do marxismo estrutural francês (althusseriano) foram, por exemplo, duramente criticado pelo historiador inglês E. Thompson<sup>25</sup>.

Não era por falta de conhecimento, muito menos por isolamento, ou grandes distâncias geográficas, mas provavelmente por uma opção consciente desse fazer histórico. O conhecimento racional produzido na Amazônia deveria responder aos grandes dilemas vividos pela sociedade. A Ciência em geral, e a História em particular tornaram-se pragmáticas. A produção intelectual, ou mais especificamente historiográfica da Amazônia, em descompasso com a produção nacional e internacional, somente a partir da década de 1930 poderá ser situada na caracterização que Lúcia Lippi de Oliveira fez para os intelectuais cientificistas do início do século XX, os quais segundo ela "... estão preocupados com a nacionalidade, querem soerguer o Brasil, mas ficam limitados pelos impasses advindos das teorias [...], que eles aceitam e postulam"<sup>26</sup>. Esta investigação, desta forma, ao considerar que todo real é representado, propõe que a produção intelectual de Arthur Reis serve, não apenas de objeto de estudo, mas como fonte e como referência na construção da representação que se construiu e que se quer conceber sobre a Amazônia.

No seu tempo, a seu modo, Arthur Reis colocou a sua obra a serviço da construção de seus objetivos. Percebemos essa mudança de representação da Amazônia após sua inserção nos quadros teóricos da modernidade, a partir dos quais ele construiu novos modelos e imagens sobre a região, e um envolvimento direto com essas "novas" idéias, não apenas no âmbito intelectual, mas também através de sua participação efetiva como administrador público. Com a participação de Reis, a Amazônia foi inserida no projeto desenvolvimentista da Administração Pública Federal, segundo o modelo de *integração nacional* implantada pelos governos militares. Reis foi um homem do seu tempo, a sua obra também, confundindo, assim, criador e criatura. No seu tempo, sua obra passou por uma devida *leitura*. Hoje, está sendo necessária essa nova *releitura*, a partir da qual são

---

<sup>25</sup> THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

<sup>26</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 191.

revelados que os anseios, temores, aspirações e necessidades da atualidade, já não são mais os mesmos do tempo de Reis. Entretanto, ele fornece pistas para essa *nova representação* da Amazônia.

Isso só é possível quando as idéias de Arthur Reis são depuradas da ‘velha problemática humanista do sujeito’, - assim percebida na referência de Djalma Batista “... cuja formação intelectual tem uma densidade que espanta e entusiasma”, <sup>27</sup> - livre da ‘consciência cartesiana’, dando destaque às chamadas *formações discursivas* do autor. <sup>28</sup>

“Quando o futuro frustra, o passado reconforta, parece que consegue nos dar alguma pista e a dimensão dos interesses na cultura historiográfica”<sup>29</sup>. Assim, na década de 1970, a presença de Reis no Conselho Federal de Cultura é registrada para alguns, como um grande reconhecimento de sua competência e importância no contexto cultural nacional, ou reconhecimento do Amazonas no âmbito da cultura nacional, entretanto, não se deve parar a análise aí, sob o risco de reduzir a situação à esfera individual. Esta nomeação deve ser situada na problemática de produção científica e cultural nacional e não regional. Apesar de ser reconhecido nacionalmente pela qualidade intelectual, convém dizer que contribuiu para este “reconhecimento” o fato de Reis não se encontrar isolado dos grandes “centros” culturais, e estar inserido, não apenas como amazônida (origem) ou “amazonólogo” (especialista) como um intelectual que circula no Centro-sul e que aí tem sua produção intelectual. É inegável e indisfarçável, entretanto, o vínculo emocional e profissional de Reis com os interesses da região amazônica.

Pode-se pensar sobre a consistência intelectual desse autor também pelo ambiente de sua formação, influenciando sobre o significado de história adotado pelo autor. Ao se referir ao período de estudo de graduação de Arthur Reis no Rio de Janeiro, Geraldo Menezes<sup>30</sup> destaca que:

Aqui encontraria os estímulos culturais propiciatórios à realização de seus objetivos mais elevados, no que respeita particularmente aos conhecimentos humanísticos, voltados desde para os problemas da terra natal, cujo deslumbramento lhe despertava crescente interesse. Nessa fase, recebeu

<sup>27</sup> BATISTA, Djalma. **Letras da Amazônia**, 1938, p.122.

<sup>28</sup> FOUCAULT apud FALCON, História das Idéias, 1997, p. 95.

<sup>29</sup> DIEHL, **Historiografia...**, 2002, p.15.

<sup>30</sup> MENEZES, Geraldo. Um amazônida universal. In: **Homenagem a Arthur César Ferreira Reis**. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: IHGB, 1993.

orientação metódica de Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e Max Fleiuss, seus mestres declarados (1993, p. 7).

O Amazonas é identificado como objeto, quase que exclusivo, de suas reflexões teóricas da fase inicial da sua vida intelectual (até a década de 1940). Posteriormente Arthur Reis irá se deter sobre as temáticas mais gerais da Amazônia. Assim como sua projeção nacional pode ser explicada, em boa medida pelo ambiente intelectual no qual estava inserido no Rio de Janeiro, também a seleção dos assuntos objeto de suas obras também serão sinalizadas por esta marca do distanciamento. Seria portanto o caso de admitirmos que “Frente a essa diversidade de possibilidades da memória, o historiador já não consegue ter a certeza de reconstruir e significar um único passado”<sup>31</sup>. Cada vez mais, Arthur Reis deixava de lado os assuntos sobre o estado do Amazonas, que tanto lhe encantaram na juventude e em épocas que se seguiram imediatamente a ela<sup>32</sup>. As identidades são processuais, situacionais, passíveis de mudança e assim identificam-se as mudanças teórico-metodológicas de Arthur Reis ao longo de sua produção teórica, pois

Cada autor está sempre posicionado em uma constelação de interesses que perpassam as instituições e as unidades de intervenção, ainda que referentes a um estado específico do campo científico. A distinção entre conflitos ‘sociais’ e conflitos ‘intelectuais’ aparece como uma estratégia, por parte desse campo científico, de delimitação da sua legitimidade e de seus objetos de discussão<sup>33</sup>.

Assim, quando Arthur Reis “elege” a região Amazônica como área de estudo e reflexão deve-se levar em consideração que a escolha do lugar dessa prática “consiste em uma estratégia na delimitação de um campo de problemas, de métodos e de teorias consideradas cientificamente pertinentes em um complexo de interesses internacionais, nacionais e estaduais direcionados de acordo com determinações econômicas e políticas.” Este lugar de produção científica não é um aspecto pacífico, nessa escolha estão contidas relações de forças e contradições – agentes, instituições, interesses sociais, políticos, culturais - que participam dessa disputa envolvendo estratégias e possibilidades objetivas dos diferentes agentes institucionais. A Amazônia – como lugar e

<sup>31</sup> DIEHL, *Historiografia...*, p. 15.

<sup>32</sup> Muitas obras, em forma de monografias, ensaios, artigos, comunicações só foram publicados em livros, anos após terem sido produzidos.

<sup>33</sup> FAULHABER, Priscila; TOLEDO, Peter Mann (Orgs.). **Conhecimento e fronteira história da Ciência na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001, p. 1.

objeto – da produção científica de Arthur Reis, além de interesses científicos, também fazem parte de um jogo político, bem como a escolha e a participação de Arthur Reis na administração do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, pois se pretendia um pesquisador da região na administração desta instituição. A propósito, “A posição que cada agente singular ocupa em um momento dado do tempo na estrutura do campo científico é apropriada nas instituições e incorporada nas disposições do conjunto de estratégias abertas a esse agente a partir dessa posição por ele ocupada”.

Reis faz parte de uma tradição de pensadores herdeiros do Iluminismo, com domínio sobre vários campos de conhecimento. Sua obra abrange os mais diversificados horizontes de conhecimento sejam históricos, geográficos, sociológicos, jurídicos, e com algumas incursões antropológicas. Seguindo uma tradição humanista a cultura deveria ser vivida na sua plenitude. Ele e os outros pensadores partilhavam, de modo geral de um padrão minimamente consensual de cultura, ciência e conseqüentemente os mesmos aportes teóricos de fazer história.

Foi com este interesse minimamente comum que a Ciência foi instituída no Amazonas através da fundação do INPA

dentro de estratégias de construção nacional no Brasil, que implicaram um processo de nacionalização, apresentando-se como uma instituição *pioneira* no sentido de tomar para si, do ponto de vista de uma política científica nacional, uma conjunção de projetos internacionais, estaduais e locais. Arthur Cezar Ferreira Reis, no seu relatório de 1956, define a Amazônia como ‘*um mundo por descobrir e identificar*’, ‘*um espaço aberto à ousadia dos mais dispostos*’<sup>34</sup>. Conferia-se assim à Amazônia o caráter de ‘fronteira científica’, ou seja, unidade sócio-territorial passível de incorporação dentro de um projeto de Estado que a toma como um desafio para o conhecimento. A este caráter de fronteira científica associava-se o caráter de ‘fronteira internacional’, uma vez que se apresentava como o denominador comum de diferentes projetos nacionais, bem como o caráter de ‘fronteira econômico-social’ enquanto objeto de frentes de expansão, área a ser incorporada dentro de propósitos nacionais, tais como desenvolvimento, integração e potência – esta última garantida sobretudo via expressão militar e poder nacional<sup>35</sup>.

A propósito cabem as observações de Norbert Elias e Pierre Bourdieu que destacam a importância do aspecto subjetivo e a ação do sujeito no processo criador do

<sup>34</sup> REIS, A. C. F. O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Origens, objetivos, funcionamento. Sua contribuição para o desenvolvimento científico da Amazônia, **Publicações Avulsas**, n. 7, Manaus, 1956. p. 4.

<sup>35</sup> FAULHABER; TOLEDO, **Conhecimento e fronteira história da Ciência na Amazônia**, 2001, p. 12.



*habitus*, dialeticamente - o individual e o coletivo – coexistentes, revelando-se aí o exercício de alteridade (RICOEUR)<sup>36</sup>. Assim, a produção intelectual de Arthur Reis, construída a partir da Amazônia e nela interferindo, ao mesmo tempo vai se reconstruindo quando novos elementos constitutivos vão se inter-relacionando.

A nacionalidade brasileira construída historicamente, e incorporada pelas populações amazônicas do Brasil, na linguagem de Halbwachs, significa que a personalidade se forma sempre dentro de *quadros sociais de memória*, na qual esta herança é apropriada e reinterpretada. “Cresceram [...] os usos e abusos da memória em consequência das manipulações ideológicas (exemplos: as comemorações), da mercantilização do culto do passado e das *resistências que bloqueiam a recordação*, ou, ainda, devido à imposição de memórias estranhas (RICOEUR)”<sup>37</sup>. Aos rituais de comemoração do 5 de Setembro, data da elevação do Amazonas à condição de Província, pela historiografia de Arthur Reis é conferido um muito caro sentimento de liberdade, fundamento iluminista, e a própria constituição da identidade do povo amazonense, presente nos dias de hoje.

A partir das contribuições de Gaston Bachelard<sup>38</sup>, ao questionar o estatuto da Ciência, influenciando cientistas no mundo todo, dentre eles P. Bourdier, e através deste, muitos pesquisadores na Amazônia, que propõe uma análise histórica das ciências e suas rupturas, ou seja, que todas as Ciências devem partir de suas reflexões históricas. A historiografia de Arthur Reis, bem como elementos de sua experiência administrativa e intelectual nos oferece suportes para analisarmos e propormos caminhos para a Ciência aqui produzida.

A propósito dessa discussão do “local” cabe ressaltar, mais uma vez, que a atuação, interesses e preocupações de Arthur Reis iam além das fronteiras regionais. Muito menos podemos situá-lo como um historiador provinciano, sem, entretanto, esquecer de acentuar seu profundo conservadorismo. Ele este presente nas discussões emergentes de seu tempo, seja contribuindo com reflexões culturais, históricas,

<sup>36</sup> BOURDIER, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. PONTES, Heloísa. “Elias, renovador da Ciência Social”, In: NEIBURG *et al.* **Dossiê Norbert Elias**. São Paulo: EDUSP, 2001.

<sup>37</sup> CATROGA, **Memória, história e historiografia**, 2001, p. 33.

<sup>38</sup> BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito crítico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

econômicas, seja participando diretamente na implementação dessas ações. Ortiz retoma Reis para analisar o processo cultural brasileiro, assim se referindo:

Quando os intelectuais tradicionais são recrutados pelo Estado, eles se deparam com uma nova realidade: construir uma política de cultura. Isto faz com que a noção de Estado tenha de se adequar, quando possível (e veremos que nem sempre isto ocorre), ao discurso tradicional. Em quase todos os documentos que nos remetem a uma eventual política de cultura, esta preocupação se manifesta. Arthur Cezar Ferreira Reis dirá, por exemplo: *Numa política de Estado visando o desenvolvimento do país e na qual não poderá deixar de constituir capítulo de maior relevo o de sua cultura, não os teremos de amarra à disciplina rigorosa que teima em limitar o espírito criador. As culturas, em nenhum momento da história, puderam desenvolver-se sob o guante de programas e dos planos que controlassem e impedissem a naturalidade de sua elaboração. A liberdade de criar não pode nem deve encontrar restrições, o que não pode significar que o Estado esteja ausente. O discurso tem, desta forma, a necessidade de pensar ideologicamente um planejamento que garanta a democracia e as tradições brasileiras. A tradição é resolvida retomando-se o velho tema do totalitarismo.*<sup>39</sup>

Ele será tomado como referência, não apenas para se pensar o Brasil, como também, fica evidenciada nesta interpretação de Ortiz, que suas idéias colaboram para a própria construção dessa nacionalidade conservadora. Se paradoxalmente, quando como governador do Amazonas (junho de 1964 à janeiro de 1967), dialogou com os segmentos artísticos mais progressistas da época, isto não descaracteriza sua postura de administrador da “ordem” e seu perfil conservador.

O local e o geral, nem sempre com equilíbrio, caminhavam juntos na obra de Reis.

### **1.3 O “Olhar” historiográfico**

#### **1.3.1 O IHGB e a construção de um modelo historiográfico**

É indiscutível a influência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB - na historiografia brasileira, a qual vem servindo para analisar e debater o Brasil e a própria historiografia produzida na Amazônia e por Arthur Reis.

---

<sup>39</sup> ORTIZ, 2005, fazendo referência a REIS, A. C. F. em *Programa de Ação em Favor da Cultura*, p. 99-100.

Foi a partir do século XIX que a história passa a ser tratada como ciência, e neste processo rico de discussão são traçados novos parâmetros para se “pensar a história”<sup>40</sup>. No Brasil, influenciados pela tradição europeia, essa discussão é feita em torno do debate sobre o “nacional”, e reforçada, também pelo aspecto elitista da nossa produção historiográfica, “herdeira muito próxima de uma tradição iluminista”, afinal este país é uma jovem nação no século XIX, havendo, entretanto, uma grande preocupação em torno da consolidação da nação brasileira diante das nações mundiais. Para esses pensadores, era necessário traçar uma trajetória, estabelecendo um perfil dessa nova produção historiográfica, sem fugir, evidentemente, aos padrões daquela época.

Os “letrados”, reunidos em torno do IHGB integram-se a esta estimulante tarefa de [re]“pensar o Brasil”. Surge, ao ser traçado este projeto nacional, o desconforto de adequar o trabalho escravo e as populações indígenas a este processo construtivo. José Bonifácio, em 1913, externou seu entendimento na sua tese do “amalgama de raça”, denotando, a partir daí, um discurso preconceituoso de exclusão de negros e índios, pois eles – por serem segmentos sociais peculiares – atrapalhavam o projeto da construção de uma nação como uma continuidade da herança europeia. Ao traçar a gênese da nação ligada ao Iluminismo, numa perspectiva linear e de progresso, os negros e índios, dificultavam (ou mesmo impediam) uma verdadeira ligação entre o novo (Brasil) e o velho (Europa).

Identificado o Outro (ou Outros) fica claro que o conceito de Nação fica restrito aos brancos, facilitando o consenso em torno da discussão sobre a Nação, o Estado e a Coroa, que se “configuram uma totalidade”. Serão criados, a partir desse entendimento, critérios para definir o Outro e reforçar a “totalidade” nacional. Essa compreensão, não teve interferência apenas na escrita da história, mas na própria política externa brasileira, visivelmente exemplificada no Segundo Reinado. A preocupação era construir historicamente o projeto de nacionalidade, inserindo as diversas regiões brasileiras no processo civilizatório, incluindo-se aí os mitos e as representações, cuja tarefa cabe ao IHGB, criado em 1838.

Este Instituto tem como característica básica o tênue discurso da neutralidade, argüindo-se como uma “instituição científico-cultural”, que deixava, entretanto,

<sup>40</sup> GUIMARÃES, Luís Salgado. **Nação e civilização nos trópicos**: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, pp. 5-27. (p. 5)

transparecer logo de entrada suas contradições, como o exemplo do método de acesso a essa instituição não ser o conhecimento científico ou específico, mas privilegiava-se o relacionamento social entre seus membros. Era visível a “inter-relação entre Estado e a história produzida por esse restrito círculo da elite letrada imperial”.

A concepção da escrita dessa história é, como mencionada anteriormente, marcadamente iluminista e, portanto, deveria escrever uma história no seu processo evolutivo, apontando para uma perspectiva de progresso. Com base na identificação do Outro, a temática indígena surge como uma forma necessária de explicar (argumentação científica) o “exótico” “cuja inferioridade em relação à civilização branca poderia ser,... explicitada”<sup>41</sup>, podendo, dessa forma, demonstrar a possibilidade e vitória do processo civilizatório dos brancos. As populações amazônicas, de modo geral, eram vistas como os Outros que deveriam se tornar brasileiros.

A Literatura já vinha apontando que o indígena era “portador da brasilidade” que os historiadores queriam encontrar, provocando acirrado debate acerca dessa concepção “subversiva” da literatura. Como tomar o índio como o representante da brasilidade se ele, no entendimento iluminista do IHGB, impedia ou dificultava a “marcha do progresso social”. Para Varnhagem a população indígena era incapaz de atingir o nível de civilização.

Partindo deste entendimento, o discurso em defesa de um Brasil saudável, e conseqüentemente viável, aponta para a possibilidade da entrada de imigrantes e capital estrangeiros no país.

O IHGB, sob grande influência do pensamento francês, tomava para si, por ser o único capaz, segundo seu próprio entendimento, a briososa missão de “desvendar o nosso verdadeiro caráter nacional”<sup>42</sup>, escrevendo a história do Brasil (“trazendo a luz e a ordem”). “A história é, assim, o meio indispensável para forjar a nacionalidade”<sup>43</sup>.

Se o iluminismo francês influenciou o IHGB nas suas linhas teóricas, será o iluminismo português (católico e conservador) que oferecerá as categorias operacionais de análise, dando à história um “caráter pragmático”, pois, entendida de forma linear, ela nos ofereceria grandes ensinamentos para a construção do futuro. Entram em cena as

---

<sup>41</sup> GUIMARÃES, **Nação e civilização nos trópicos**, 1988, p. 11.

<sup>42</sup> GUIMARÃES, **Nação e civilização nos trópicos**, 1988, p. 13.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 14.

biografias dos heróis nacionais, a história diplomática, o próprio trabalho historiográfico com a preocupação de localização de fontes e os trabalhos sobre a problemática indígena.

É importante registrar também o artigo de Spix e Martius sobre como escrever a História do Brasil, publicado na Revista do IHGB.

A Amazônia entra neste contexto discursivo através de trabalhos voltados para a temática indígena e para a definir fronteiras. A produção de um saber sobre o Brasil desconsiderado de grande relevância, culminando em abundante coleta de informações de pesquisa. Esses ilustrados historiadores traçam um projeto de política indigenista, através da qual os índios seriam os substitutos dos escravos negros quanto mão-de-obra neste processo de construção nacional. O próprio Arthur Reis escreve em 1947 o livro “Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira” que ainda pode ser compreendido também neste contexto de preocupações-objetivos. Os relatos de viagens e explorações incentivadas por este Instituto deixam claro a importância da identificação física da Nação, possibilitando a “exploração econômica do território e integração das regiões ao eixo de poder do Estado Nacional”<sup>44</sup>.

O relacionamento mais sistemático com os índios das fronteiras serviria também para o Brasil se firmar como uma importante e sólida nação monárquica diante de suas débeis, assim consideradas, nações republicanas da América.

O projeto nacional, ainda, em curso assume uma postura centralizadora, pois governo forte, economia centralizada e sociedade tendo como referência os moldes da Corte é sinônimo de Nação consolidada. Essa referência também é adotada no projeto intelectual do IHGB ao qual suas seções regionais deveriam está submetidas.

Ao se fazer uma análise crítica das produções historiográficas deste período, podemos destacar as obras de Varnhagen, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia representaram muito bem este pensamento de entender a sociedade brasileira, além de Alfredo Taunay, Heitor Lyra, Pedro Calmon, Alcindo Sodré, João Pandi a Calógeras. Varnhagen exercer  grande influência no pensamento do IHGB na escrita da história brasileira e da história regional e em seus pressupostos.

---

<sup>44</sup> GUIMARÃES, *Na o e civiliza o nos trópicos*, 1988, p. 23.

### 1.3.2 As influências do IHGB na historiografia amazônica

Por ser dinâmica, a produção historiográfica, a todo o momento está sendo repensada, e mais uma vez será objeto de reflexão, mais especificamente a produção na Amazônia brasileira. Essa desconfiança historiográfica é assumida por Luís Balkar Pinheiro quando ele revela uma desconfiança sobre o produto historiográfico acerca da temática Cabanagem, principalmente sobre o que ele chamou de *produção factual*. Para reforçar sua preocupação, retoma Marilena Chauí que sugere “... por em dúvida a historiografia existente”, buscando o duplo lugar onde história e saber da história se produzem. E o autor alerta que se deveria fazer uma leitura aberta para não cair na “armadilha de empatia com o vencedor”<sup>45</sup>.

Diante do projeto político de historicizar o processo de construção nacional, os letrados do IHGB, terão uma árdua tarefa de explicar a conjuntura que se contrapunha a este projeto. As “revoluções provinciais”, segundo Geraldo Mártires Coelho colocavam em xeque o próprio Império, bem como o modelo centralizador<sup>46</sup>.

Mais uma vez, ordenamentos políticos e intelectuais se interligam. Ao defenderem um governo forte e soberano era, no entendimento dos integrantes o Instituto, coerente que se produzisse centralizadamente - no IHGB do Rio de Janeiro - a “nossa” história nacional, ficando, por sua vez, as produções regionais, apenas como colaborações integrantes da história brasileira - parte integrante do todo.

Mas, as produções historiográficas regionais influenciadas pelo projeto político-intelectual do IHGB não têm a mesma repercussão por essas “bandas” do Brasil, pelo menos na sua fase inicial. Superado esse ligeiro anacronismo, prevaleceram aqui, produções de fora do circuito acadêmico, através das quais se faziam uma “leitura essencialmente política e factual do processo histórico regional”<sup>47</sup> com todas os seus matizes (elitista e excludente), demonstrando suas conseqüentes fragilidades operacionais, ao trabalharem deficientemente com categorias relativizadas e/ou “estruturas conceituais”.

---

<sup>45</sup> PINHEIRO, Luís Balkar S. P. **Nos subterrâneos da revolta – trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem**. (Tese de Doutorado). São Paulo: PUC, 1998.

<sup>46</sup> COELHO, Geraldo Mártires. História e identidade cultural na Amazônia. In: D'INCAO, Maria Ângela e SILVEIRA, Isolda Maciel (Orgs). **Amazônia e a crise da Modernização**. Belém: MPEG, 1994, p. 182.

<sup>47</sup> COELHO, História e identidade cultural na Amazônia, 1994, p. 182.

Inspirado pelo modelo francês, de caráter iluminista, ainda segundo Coelho, o IHGB vivenciou duas fases. Inicialmente assumindo posições nacionalistas e românticas, mas posteriormente, refutada. Varnhagen irá combater, principalmente, esse romantismo “subversivo”, desconstruindo o “índio como imagem representativa da nacionalidade brasileira e da cultura nacional”<sup>48</sup>, por não ser passível, segundo sua percepção, de nacionalidade.

A escrita da história do Amazonas também é afetada por essas influências. As produções, quase sempre defasadas ou “eminentemente livresca”, numa demonstração clara de análise apriorística dessa sociedade, através de ordenamento e construção ideológica e cuidadosa dos fatos.

A influência do IHGB na escrita da história regional é bastante relevante. Ele irá no Amazonas, influenciar os intelectuais ligados à área de Letras pois uma característica dessa produção historiográfica é que ela é feita por pessoas de outras áreas do saber, que não a História. Afinal, a graduação em História, como área de conhecimento específico, só surge na década de 1980 no Amazonas.

Essa produção local é informativa, sem a preocupação com a discussão, a reflexão, a análise. É o chamado “positivismo mal acabado”. Prevalendo o ordenamento dos fatos, predomina a chamada história conservadora. Sendo inegável, entretanto, a importância dessa produção na composição da historiografia regional. Não devemos deixar de considerar nesta análise, que os marcos nacionais acabaram delimitando os marcos regionais, com suas peculiaridades (qualitativa e temporal).

Entra em cena um conjunto de trabalhos de inspiração romântica, que servem também para fundamentar as origens regionais a partir de uma influência europeia produzida pelos Institutos Históricos do Pará e Amazonas. Nessas análises o índio era o “representante por excelência da brasilidade”. “A elegia ao cabano era entendida como uma necessidade de lhes fazer a devida justiça”. Essas produções foram para Pinheiro a “glorificação retórica da Cabanagem”. Opõe setores conservadores e refratários à mudança, a um conjunto de historiadores com suas interpretações “românticas” desta temática.

---

<sup>48</sup> Ibidem, p. 180.

Destacam-se entre as produções historiográficas regionais as obras de Arthur Reis. Leandro Tocantins numa alusão a Reis, compara-o aos administradores coloniais, numa clara tentativa de integrar o governo e suas obras ao projeto regional traçado por Gilberto Freyre (luso-tropicalista). Ainda segundo ele, um bom governante teria que conhecer sua terra para poder administrar.

Com a preocupação de responder de que forma a jovem nação brasileira iria se consolidar diante das nações mundiais, intelectuais brasileiros, reúnem-se e através dele iniciam uma fase de produção historiográfica notadamente de caráter pragmático, na qual se caminha em ritmo consoante com os projetos político-administrativos. O próprio Arthur Reis, fundamenta seu orgulho nacional sobre o conhecimento de um passado escrito para a circunstância. De linguagem simples, porém elegante, a História de Arthur Reis demonstra que o mais importante era a acessibilidade de sua obra e de sua mensagem, que estilo e rebuscamentos. Criticado por Pinheiro, é retomado como um representante de *obras governistas* e que estas levam a reflexões que “não são, no entanto, suficiente para uma consciência exata”.

Reis influenciou toda uma geração com suas idéias, análises, métodos. Rosa do Espírito Santo e Antônio Loureiro são alguns desses exemplos. É o chamado vazio historiográfico, e aquilo que Florestan Fernandes aponta como abordagens diletantes que antecederam as abordagens sistemáticas embasadas em métodos de investigação científicos. Essa “elite escreve com a ótica saudosista”, entretanto, mesmo revelando a ausência de produção crítica é de inegável importância.

É o próprio Antônio Loureiro que fornece o quadro conjuntural do início da produção intelectual de Arthur Reis. Situando o período de 1917 a 1945 como uma época de crise econômica do Amazonas e altamente influenciado por um emergente pensamento regionalista. Assim, neste contexto de decadência da economia,

Pelo menos, no ambiente cultural, tentou-se uma saída com a criação de um espírito de resistência voltado para o ufanismo e o nativismo. Foram etapas importantes desta ideologia a fundação do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, em 1917, e da Academia Amazonense de Letras. Entre as grandes figuras desse movimento estava Álvaro Maia, com os pronunciamentos *Canção de Fé e Esperança* (1923) e *Pela Glória de Ajuricaba* (1930) marcos de uma visão sobre a Amazônia e o seu povo, o chamado Glebarismo. Obras importantes para essa linha de pensamento foram a *Corografia do Amazonas*



(1925), de Agnelo Bittencourt, e a *História do Amazonas* (1931), de Arthur Reis, além da extensíssima produção de Raimundo Moraes, a nível regional, e de Anísio Jobim, com suas monografias dedicadas aos municípios do interior.<sup>49</sup>

Não havia no Amazonas nem “vazio historiográfico”, nem ausência de produção de conhecimento sistematizado, como se pretendeu justificar o reconhecimento da obra de Arthur Reis na atualidade. Ela se destacou pela qualidade e não pela absoluta falta de opções.

Destacou-se no Amazonas, fugindo a essa influência metodológica e analítica positivista de compreensão da história regional o trabalho “A Expressão Amazonense”<sup>50</sup> de Márcio Souza que a propósito de uma reflexão sobre o processo cultural no Amazonas, fundamenta sua obra através de uma história conceitualmente crítica, constituindo-se na primeira leitura “à contrapelo” feita da história desse Estado.

Predominantemente elitizada e conservadora, essa escrita elaborada a partir dos paradigmas do IHGB, ficou conhecida sob a denominação de história oficial, e esta instituição como “instância de legitimação do saber”<sup>51</sup>. Cabendo, neste momento, um criterioso questionamento conceitual.

Seu trabalho não era isolado, compunha um projeto nacional de construção de uma “história total” da nação brasileira. Guardando coerência com este ponto de vista, a marca regionalista de sua produção, deve ser compreendida como um pequeno complemento da grande obra de cunho nacional. Participou, sob a orientação de Sérgio Buarque de Holanda da elaboração da “História Geral da Civilização Brasileira” e do “Ensino da História do Brasil” com Hélio Viana e outros.

Nesta tentativa de revisão historiográfica, ao estudar, aspectos da produção historiográfica anteriormente elaborada, é senão a própria produção de historiador que está em xeque. O que se evidencia disso tudo é a certeza que em história nada é definitivo e verdadeiramente absoluto, o próprio autor estudado já apontava, sem muita convicção, mas já como uma revisão das verdades históricas adquiridas através de um método, até então aprendidas com seus mestres, fazendo uma crítica da sua *História do*

---

<sup>49</sup> LOUREIRO, Antônio José Souto. **Tempos de esperança: 1917 – 1945**. Manaus: Ed. Sérgio Cardoso, 1994. (p. 13)

<sup>50</sup> SOUZA, Márcio. **A expressão amazonense. Do colonialismo ao neocolonialismo**. São Paulo: Alpha Omega, 1978.

<sup>51</sup> COELHO, História e identidade cultural na Amazônia, 1994, p. 180.

*Amazonas*, pois a considera incompleta, precisando de acurada complementação, dizendo que “Aliás, em história, o definitivo é sempre uma dúvida”<sup>52</sup>.

E continua sua reflexão evidenciando o caráter de sua produção historiográfica e sua abordagem metodológica. Reflexões estas que podem ser estendidas, com algum cuidado, para o conjunto de sua obra, nestes termos:

A todo instante, não apenas no que poderíamos chamar de ângulo de observação, de técnica de compreensão, mas no encontro de um documento novo, temos de refundir conceitos e, mais que isso, o relato dos fatos e a apreciação do comportamento dos homens.

Tentei, no começo de minha vida intelectual, ainda cheio do entusiasmo que o verdor dos anos permitia, uma *História do Amazonas*. Foi ação ousada, reconheço. Impunha-se, no entanto, elaborá-la com urgência, para dar fundamento à conscientização que pretendíamos criar nas novas gerações, preparando-as para um estado d’alma permanente no particular dos dias que se seguissem para o Amazonas<sup>53</sup>.

A produção de Arthur Reis pode ser entendida a partir da perspectiva *dualista*<sup>54</sup>. Ou o Brasil permaneceria agrário, subdesenvolvido, e a Amazônia dependente e pobre, ou se faria a opção pela modernidade, a industrialização e o progresso. Apesar de alguns movimentos político-sociais da Amazônia não terem esse aspecto desenvolvimentista, Reis os interpreta e os situa com esta configuração. Os movimentos de resistência, de independência do Brasil, abolicionista, republicano e outros receberam este tratamento, tendo sido, algumas características desses movimentos, marcadamente valorizadas pelo autor, para configurar o caráter nacionalista e modernista no qual estava inserido.

Arthur Reis percebe e até analisa esses modelos sociais diferenciados, entretanto não os analisa a partir de uma convivência relacional, mas as contrapõe. Este entendimento fica claro em seus livros *Rotina e dinâmica na vida brasileira* e *Tempo e vida na Amazônia*. Pelos títulos percebe-se o enfoque.

<sup>52</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Súmula de História do Amazonas – roteiro para professores**. Manaus: Edições governo do estado do Amazonas, Série Monteiro de Souza vol. II, 1965. Notas feitas na Apresentação do referido livro, p. 9.

<sup>53</sup> REIS, **História do Amazonas**, 1989, p. 9.

<sup>54</sup> SENA, Custódia Selma. **Interpretações dualistas do Brasil**. Goiânia: Editora UFG, 2003. Este conceito já foi devidamente trabalhado por outros autores, entretanto, retomo aqui a explicação de Sena que assim se refere: “o dualismo é representado como uma configuração ideológica central da sociedade brasileira; como uma forma da experiência de brasilidade e penhor de nossa singularidade” (p. 9).

Segundo Antônio Cândido<sup>55</sup>, o Brasil até o surgimento das Ciências Sociais no Brasil na década de 1940 era pensado através de ensaios que eram vistos mais como descompromissadas obras literárias do que como rigorosas produções científicas. O caráter cientificista, comprometido com a “verdade”, atribuindo validade às análises, será o novo tom das interpretações do Brasil.

Arthur Reis atribui à sua obra um caráter cientificista, distinguindo-se da literatura, aspecto este, muito utilizado pelos pesquisadores das décadas de 1930 a 1950 empenhados com a modernidade. De acordo com Lúcia Lippi Oliveira as doutrinas surgidas para fundamentar a formação da nação dividem-se em uma vertente cultural e outra vertente política, sendo esta a mais adequada para caracterizar a produção de Reis, pois este nacionalismo político “... valoriza a ação do legislador, do homem de Estado, como principal fator de constituição da nação”<sup>56</sup>, que norteará a obra deste autor.

A tarefa de Arthur Reis de investigar o Brasil do Norte, inicialmente incentivado à produção historiográfica, por Capistrano de Abreu no final dos anos 20, e a partir da década de 1950 por Sérgio Buarque de Holanda através de ensaios histórico-sociológicos, pode ser compreendida como uma produção periférica brasileira, no contexto do pensamento *dualista* nacional.

Arthur Reis, entretanto, desde sua obra inicial de 1931, estará empenhado em assegurar o caráter de veracidade à sua produção, ele se voltará para uma produção historiográfica, já amadurecida como campo de conhecimento com pretensões científicas aqui no Brasil. Apesar do compromisso ideológico, de acordo com a produção do IHGB, desde a época dos seus fundadores empenhados na construção nacional, Arthur Reis demonstrará sempre a preocupação com a “verdade” demonstrando uma fidelidade documental, principalmente por valorizar em demasia os documentos do poder, sua fonte privilegiada.

Reis valoriza o local através do modelo europeu. A tensão apontada por Antônio Cândido *entre o dado local e os moldes herdados da tradição européia*<sup>57</sup> inexistente na historiografia de Arthur Reis, pois este estatuto cientificista confere à sua obra – periférica - um caráter de reconhecimento pelos intelectuais do centro.

---

<sup>55</sup> CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Nacional, 1967.

<sup>56</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 29.

<sup>57</sup> CÂNDIDO, op. cit., 1967, p. 132.

Ainda assim, a produção de Arthur Reis será considerada, por esta perspectiva de Antônio Cândido, como estudos sociais realizados através de ensaio, assim como as obras produzidas entre as décadas de 1920 e 1930 de Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda e Paulo Prado.

A partir dos anos 40 ocorre a institucionalização das ciências sociais, afirmando o realismo sociológico sob a forma não-retórica, numa tentativa de rompimento entre ideologia e produção científica, apesar de também estar inserida no discurso da modernidade. Exemplo disso foi o livro *O caráter nacional brasileiro* de Dante Moreira Leite<sup>58</sup>.

#### 1.4 Cultura política e relações de dominação: historiografia amazônica e Arthur Reis

Ângela de Castro Gomes aponta uma revisão historiográfica partindo da inflexão das interpretações sobre as questões sociais verificadas nas teses e dissertações a partir dos anos 80, alterando os modelos referenciais para pensar as relações de dominação na sociedade brasileira, relacionando a conjuntura brasileira à revisão historiográfica nacional, destacando uma renovação da história política e sua articulação com a história cultural, privilegiando alguns temas que desvelavam as trajetórias de transformação da sociedade brasileira<sup>59</sup>.

É neste quadro reflexivo da historiografia, que Arthur Reis participa como objeto de estudo, pois ele, sua produção e postura político-administrativa, situadas num contexto específico serão fundamentais para a reflexão e posicionamentos da própria historiografia contemporânea. “A nova proposta, portanto, amplia o que se pode entender por ação política em uma sociedade marcada por relações de poder extremamente desiguais, como a brasileira”<sup>60</sup>.

Arthur Reis vivenciou quase todo século XX (1906-1993). Viu duas Grandes Guerras mundiais e várias experiências políticas nacionais, tais como a Revolução de 1930

<sup>58</sup> SENA, *Interpretações dualistas do Brasil*, 2003, p. 12.

<sup>59</sup> GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In.: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro, FAPERJ – MAUAD, 2005, p. 23.

<sup>60</sup> *Ibidem*, p. 21.

e o Regime Militar. Esses processos marcaram de algum modo a vida de várias gerações. O próprio modo de construção do conhecimento reflete tais processos.

A Segunda Guerra Mundial, particularmente, repercutirá de forma significativa, sobre vários meios de perceber a realidade, colocando em dúvida modos quase universais e exclusivos de fazer Ciência. A História igualmente sofreu este impacto. Entretanto, aqui na Amazônia, e mesmo no Amazonas isso não se deu de forma significativa, pelo menos, até a década de 1980. Arthur Cezar Ferreira Reis ancorou sua produção numa perspectiva quase romântica, seguindo um modelo de fins do século XIX, marcada por um perfil muito conservador e elitista do IHGB. Não é perigoso arriscar em dizer que ele pensava como os filósofos do século 18 como Montesquieu e Voltaire que escreviam “a história com a finalidade de compreender sua época. Nessa perspectiva, a história é posta a serviço da noção de progresso rumo ao qual a humanidade tenderia no futuro. Eles basicamente buscam encontrar na reflexão histórica uma confirmação para as suas idéias políticas”<sup>61</sup>. Assim, não podemos dizer que Reis era um homem além do seu tempo, muito menos que suas idéias eram deslocadas. Ele fazia parte de um conjunto de pensadores nacionais com objetivos e interesses comuns.

Seu propósito era romper com o “determinismo histórico” e, para isso, deveria se armar de algum modelo de desenvolvimento eficiente, pois a Amazônia, por ter perdido o “bonde da história”, deveria adotar a única solução disponível para seu problema histórico: a integração nacional. Cabe lembrar, que simultaneamente a isso, estavam em curso algumas revoluções, sociais e científicas, que não eram desconhecidas por Arthur Reis, mas foram conscientemente rejeitadas.

A produção de Arthur Reis, situada no campo da Sociologia ou da História é marcadamente política. Através desse viés ele confere sentido a comportamentos sociais ou mesmo individuais verificados na Amazônia ainda não estudados anteriormente, ressaltando a alternativa das tecnologias modernas como possibilidade de sobrevivência dos homens amazônicos diante do fracasso da natureza.

A inegável vinculação política de Arthur Reis com o Regime Militar, acentuada pelo apoio aos modelos nacionalistas, firmemente ancorados na implementação de uma política de integração nacional, que iam ao encontro da perspectiva de integração cultural defendida sublinaramente em suas obras, provoca, pelo menos em um primeiro

---

<sup>61</sup> CAIRE-JABINET, Marie-Paule. **Introdução à Historiografia**. Bauru, SP: EDUSC, 2003, p. 84.

momento, a percepção de uma postura paradoxal do autor em relação à defesa das teses do pensamento moderno claramente incrustadas em alguns de seus trabalhos.

Podemos utilizar estas mesmas reflexões para compreendermos a atuação política de Arthur Reis como governador do estado do Amazonas nomeado por um presidente militar. Integrou, assim, o organismo autoritário que governou o Brasil sob a forma de ditadura, com sua postura intelectual vinculada ao pensamento moderno, colocando no centro dessa análise o confronto, ou possíveis paradoxos entre ação e teoria, o homem do poder de um período de exceções e o intelectual.

Este trabalho não tem a pretensão de fazer julgamento do passado. Não que o passado seja intocável ou inviolável, seja por questões éticas ou de método. Podemos nos aproximar dele e nos utilizarmos da forma que melhor for conveniente, fugindo, assim, do caráter científico. E mesmo através dessa abordagem, na qual se tenta preservar o que chamamos de distanciamento científico, ainda assim guarda suas limitações.

Arthur Cezar Ferreira Reis tem sido um objeto de discussões muito singular. Ele tem provocado intensas reações, principalmente na Amazônia, quando serve de tema, ou é utilizado para fundamentar tantos outros assuntos sobre a região. Ele não foi indiferente com a Amazônia. E a Amazônia não tem sido indiferente com ele, provocando os mais diferenciados tipos de emoção. Por alguns é aclamado como mentor, outros se consideram seus herdeiros, e outros tantos acham que ele deu as verdadeiras ferramentas para a Amazônia, principalmente o Estado do Amazonas, chegar ao século XXI, com ares de modernidade.

Politicamente, tem sido também uma personagem bastante polêmica. Se por um lado demonstrou capacidade técnica na área administrativa e grandeza intelectual para dialogar e incentivar os diferentes campos da cultura e da arte, por outro lado faltou-lhe habilidade para conviver com as diferenças políticas.

A despeito dos métodos diferenciados, ou das críticas a outras formas de viabilizar o Governo Militar, o que se sobressai é que ele foi agente desse estado militarizado implantado no Brasil em 1964. Reconhecidamente identificado com o campo ideológico conservador, ligado por afinidades intelectuais e ideológicas à Escola Superior de Guerra, sem dúvida ele foi bastante importante na implantação e consolidação da Ditadura Militar no Amazonas.

No Estado do Amazonas ele seguiu o mesmo ritual adotado em todo Brasil. Perseguição aos agentes públicos que resistiram à implantação da Ditadura Militar, seja por motivos pessoais, políticos corruptos incrustado no poder há muito tempo, ou por motivos ideológicos, pertencentes a partidos políticos com vinculação mais direta com o Presidente deposto. Foram instaurados no Amazonas cerca de 30 Investigações Sumárias<sup>62</sup> com base no Ato Institucional, destacando-se dentre vários inquiridos: Plínio Ramos Coelho, Benjamin Brandão, Huascar Angelim e Lóris Cordovil.

A quase totalidade dos processos resultou em demissões, cassações, suspensão de contratos ou aposentadorias compulsórias, dentre outras penalidades, como condenação de uma aparente punição contra atos de improbidade administrativa.

O contexto no qual estavam inseridos esses inquéritos militares, sob o comando de Arthur Reis, revela o aspecto pouco imparcial no qual transcorreram. A corrupção e a falta de probidade eram, há centenas de anos, uma triste experiência no Amazonas. Em 1964 o panorama administrativo era o mesmo, entretanto, as “investigações sumárias” foram instauradas principalmente contra aqueles que tinham, ou tiveram alguma vinculação com o governador deposto pelos militares Plínio Ramos Coelho.

Através da publicação do “Sumário dos Inquéritos”, Arthur Cezar Ferreira Reis assim se manifesta:

Estão concluídas as Investigações Sumárias de que trataram o Art. 7º e seus parágrafos, do Ato Institucional e praticados, como consequência, os atos de punição dos que foram indiciados como culpados de corrupção e de improbidade administrativa, desse modo vencida a primeira e mais difícil fase de consolidação da Revolução Brasileira. O movimento de 31 e março, promovido pelas Forças Armadas que mais uma vez, se puseram ao serviço da Nação, visou à regeneração os costumes políticos e administrativos do país, dando-se termo a excessos e erros que lhe comprometiam a própria continuidade.

COMO GOVERNADOR, pratiquei atos que foram necessários, à vista dos processos instaurados nos setores da vida do Estado, e de que resultou o conhecimento de uma tremenda realidade. Como amazonense, muitas vezes senti a tristeza de tê-los de praticar, diante de circunstâncias tão desagradáveis. Confesso que se algum dia houvesse tido a certeza das condições em que encontrei o nosso Estado, não teria aceito a honra de governá-lo (p. 98).

---

<sup>62</sup> GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. **Sumário dos inquéritos**. Manaus: 1965. “Reunem-se neste volume Notas Oficiais publicadas pelo Governo do Estado do Amazonas, informando ao público sobre as conclusões a que chegaram as Comissões de Inquéritos, instauradas na base dos artigos 7. e 8. do Ato Institucional de 9 de abril de 1964”.

Através de um discurso evasivo, revela sua crença no método dos militares para resolver os problemas nacionais, a despeito desses próprios métodos.

Apesar de seu envolvimento político-ideológico com o regime militar de 64, Arthur Reis critica a falta de divulgação dos resultados dos Inquéritos Policial Militar (IPMs), o que, segundo ele, poderia ameaçar a lisura dos referidos procedimentos perante a opinião pública<sup>63</sup>. A publicização das conclusões desses Inquéritos realizada no Amazonas através do "Sumário dos Inquéritos" foi uma das únicas ocorridas no Brasil.

Administrador autoritário fecha jornais<sup>64</sup> que divulgam idéias diferentes das suas, é favorável ao bipartidarismo e à eleição indireta para governadores<sup>65</sup>, sendo, publicamente, chamado até de "ditador"<sup>66</sup>, entretanto, perante a sociedade amazonense, goza de respeito e admiração, principalmente por aqueles que se sentiam ameaçados pelo sistema comunista. A poesia de Sebastiana Moura<sup>67</sup> revela com clareza esta situação

(...)  
 Vinte sete de junho data magna  
 Que à Natureza e todo o povo se alegrou  
 Porque Arthur assumiu o grande cargo  
 Para ser o nosso governador  
 Porque trata o seu povo com carinho  
 Com bondade, com justiça e com amor.

Nosso Estado que jazia na miséria  
 Quando Arthur da miséria o resgatou  
 Este homem que parece ser guiado  
 Pela bênção e pela graça do Senhor  
 Fez hoje um ano que ele tomou posse  
 E o progresso em tudo já mostrou.

....  
 Eu te elogio, te admiro e te agradeço

<sup>63</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIA, 16 de maio de 1965. Declaração proferida em matéria intitulada "Reis: Revolução falhou não divulgando os IPMs".

<sup>64</sup> Notícia do fechamento dos jornais A GAZETA e O TRABALHISTA, através de legenda de fotografia a qual dizia "A Polícia Militar fechou dois jornais do ex-governador Plínio Coelho", do JORNAL DO BRASIL, do Rio de Janeiro.

<sup>65</sup> Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, 17/12/1965. Declaração feita em matéria cujo título é "Lomanto e Arthur Reis ficarão com a ARENA".

<sup>66</sup> Jornal ÚLTIMA HORA do Rio de Janeiro, em 27/08/1964, no auge da crise com Plínio Ramos Coelho.

<sup>67</sup> Processo n. 5293J/65, Palácio Rio Negro, Gabinete do Governador do Estado do Amazonas no qual consta a poesia de Sebastiana Moura em homenagem ao primeiro aniversário da administração de Arthur Reis no governo do Estado (27/junho/1965), bem como carta de agradecimento do Gabinete em nome do Governador (8/julho/1965). Atualmente estes documentos encontram-se na Biblioteca Arthur Reis em Manaus.



Por tudo que tens feito ao nosso estado.

Porque Arthur Reis tem feito  
 O que nem um governo fez  
 De pagar aos funcionários  
 Antes de findar o mês.  
 Tem governado e estado  
 Com justiça e com civismo  
 E como um herói nos livrou  
 Das *garras*<sup>68</sup> do *cumunismo*.

Arthur Reis, de alguma forma, e de acordo com as limitações de seus aportes teóricos teceu, o que Capelato chamou de, “as tramas mais complexas e nuançadas das lutas políticas”<sup>69</sup>, realizando estudos de fôlego, inegavelmente muito bem sustentados em fontes oficiais. Ele realiza estudos, adotando novas metodologias, mas com os mesmos aportes teóricos dos outros historiadores. E nesses novos estudos, que compreendem desde as relações sociais de dominações sociais - de dominação no trabalho a exemplo do trabalho do seringueiro-<sup>70</sup>, como sobre as relações entre Metrôpole e Colônia, estendendo-se até para uma grande variedade de aspectos que envolvem a ação cultural amazônica.

A historiografia de Arthur Reis usava estratégias com o poder de vetar algumas situações históricas para dar lugar à defesa de idéias que corroboravam com sua visão de mundo, tais como, as políticas de progresso e de integração regional. Essa historiografia de Reis, situada em um contexto mais geral do fazer historiográfico brasileiro analisado por Ângela de Castro Gomes, rejeitava tanto teórica, como empiricamente esses dilemas do tempo através de

uma análise dos processos sociais marcada pela linearidade e previsibilidade, em função da adoção de modelos teóricos de matriz iluminista. Nesse sentido, o que se estava recusando eram explicações que se construíram fundamentadas em variáveis ‘externas’ aos próprios processos históricos, isto é, que recorria[m] a fatores definidos *a priori*<sup>71</sup>.

<sup>68</sup> As palavras em itálico foram grafadas de acordo com o original.

<sup>69</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. História Política. **Revista de Estudos Históricos**, R.J. n. 17, p. 2, 1996.

<sup>70</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O seringal e o seringueiro**: tentativa de interpretação. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1953.

<sup>71</sup> GOMES, História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões..., 2005, p. 24.

No Amazonas a obra mais importante de Arthur Reis é “História do Amazonas”, formando e, de certa forma, influenciando várias gerações sobre sua forma de ver a história da região. A propósito dessa questão, grande parte do que se produziu de história desse Estado vinha com o lastro de Reis embutido nas reflexões, nos pontos de vistas, nas deduções e, conseqüentemente, nas conclusões. As “verdades” de Reis sobre o passado permearam, por muito tempo, na historiografia regional. A defesa incondicional do nacionalismo brasileiro e de seus interesses, presente na obra de vários historiadores amazonenses, é compreendida a partir da inserção de suas idéias e de sua obra no contexto da construção da nacionalidade brasileira. De acordo com Bachelard “O conhecimento, não pode ser utilizado como utilidade”. Assim, ao combater o utilitarismo do positivismo, podemos, a partir desta perspectiva, estender esta crítica à obra de Reis. Ele não compromete, em qualquer de suas obras, seus interesses ou propaganda de idéias as quais esteja defendendo, guardando sempre coerência do conteúdo ou das interpretações históricas com seus objetivos políticos, sociais ou econômicos. Isto não quer dizer que sua obra não sofreu mudanças metodológicas ou conceituais. As alterações encontradas no curso de sua produção foram acompanhadas de mudanças de pontos de vista, orientadas pela necessidade de adaptação exigida pela realidade em mudança<sup>72</sup> sem, entretanto, sair do marco elitista. Adjetivos, com a marca do ranço colonial, herdados pelas elites provincianas, as quais Reis estava inserido, foram abandonados, bem como outras fontes, além dos documentos oficiais, foram incorporados à sua metodologia de trabalho, como os jornais.

Seguindo a linha nacionalista em curso no Brasil, bastante reveladora é a relação que a obra de Arthur Reis tem com os princípios de instituições que possuíam este caráter. “Ministrar aos filhos o ensino cívico e ensinar-lhe o culto dos heróis que se sacrificaram por amor da Pátria e pela causa da sua independência, na fase colonial: Felipe dos Santos, Bexman, Vieira de Melo, Tiradentes e outros”<sup>73</sup> é, por exemplo, norma da Propaganda Nativista que Reis seguiu rigorosamente, publicando, em 1937, artigo destinado aos professores sobre **Felipe dos Santos**<sup>74</sup>.

---

<sup>72</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Um mundo em mudança**. São Paulo: Hucitec/Brasília: INL – Fundação Nacional Pró-memória, 1986.

<sup>73</sup> Propaganda Nativista. Mandamentos do Patriota Brasileiro. In.: OLIVEIRA, L. L. **A questão nacional na Primeira República**. 1990. (p. 155)

<sup>74</sup> REIS, A. C. F. Felipe dos Santos. In: **Revista da Sociedade Amazonense de Professores**, n. 25 Manaus: 1937.

As identidades, ao serem processuais, situacionais e passíveis de mudança, remetem para a necessidade de, ao serem feitas leituras da obra de Reis, identificamos as possíveis reestruturações metodológicas desse autor ao longo de sua produção teórica.

É possível identificar também, dentro do conjunto historiográfico de Arthur Reis a chamada *História Imediata*, modalidade historiográfica em que o autor é ao mesmo tempo historiador e personagem dos acontecimentos que descreve ou analisa (p.18), como na obra “Como governei o Amazonas”<sup>75</sup>, exemplo inequívoco da história do poder.

O Arthur Reis, no prefácio da segunda edição do livro de Antônio Baena<sup>76</sup>, traça sua compreensão geral sobre a Historiografia da Amazônia.

Essa historiografia dividida por ele em dois grandes períodos: as produzidas no período colonial e as feitas a partir da independência do Brasil.

No período colonial destacaram-se três tipos de publicações que davam conta do “registro dos fatos históricos”, com destaque para as crônicas. Sendo inaugurado, esse tipo de registro pelos espanhóis, seguidos dos franceses, ingleses, holandeses e portugueses. O traço característico dessas produções é o exotismo como descrevem a Amazônia. Comentando a “literatura exótica espanhola, escrita dramaticamente na selva amazônica” traça o perfil dessas crônicas, através das quais “Todo o mundo fantástico, que superaria de muito a imaginação dos credores de lendas e de sensacionalismo da idade média, estaria contemplada nas páginas dos cronistas dos episódios, da conquista a que se procedia com tanta impetuosidade e tanta violência”<sup>77</sup>.

À crônica fantástica feita pelos portugueses, Arthur Reis imputa-lhe um caráter de validação da própria conquista sobre as terras amazônicas.

Foram informações que não apenas esclareciam acerca do episódio, mas já expressavam as impressões que aturdiavam os soldados da conquista, ante o vigor da floresta e o esplendor da rede hidrográfica, paisagem inteiramente inédita aos olhares de homens que se afirmavam como história, na luta contra humanidades e espaços físicos...<sup>78</sup>.

<sup>75</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira Reis. **Como governei o Amazonas**. Manaus: Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1967.

<sup>76</sup> BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio das Eras da Província do Pará**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969. (Prefácio: pp. 1 a 4)

<sup>77</sup> REIS, **Compêndio das Eras...**, 1969, p. 1.

<sup>78</sup> REIS, **Compêndio das Eras...**, p. 2.

Essa historiografia demarcada pela conjuntura da conquista europeia na América apresenta um segundo grupo de cronistas, mais pragmáticos e agora

... mostram-se mais preocupados com a ação da sociedade que se criava do que propriamente com os efeitos mágicos do meio físico. As forças telúricas não lhes passaram despercebidas, é certo, mas não prevaleceram quando tiveram de indicá-las para armar o efeito dos episódios sobre que incidia a atenção do escritor. Foram vários esses cronistas. Civis e religiosos. Exaltaram o esforço para fazer funcionar um sistema político e uma ordem social, que representasse capítulo severo ou austero de uma civilização em experiência<sup>79</sup>.

Consolidada a conquista e formada na Amazônia uma “sociedade mestiça ou não”, surge um terceiro grupo de cronistas agora composto pelos “filhos da terra”, que “operava[m] mudanças e impunha[m] já com certa decisão a sua vontade disciplinadora”. Assim a crônica “... não está a cargo apenas do reinol [...]”. “Esses cronistas [nativos] já não são apenas os artifícios de uma aventura espiritual, vindos de fora [...]. Já há escritores nascidos na própria província ultramarina que dela se enamoram naturalmente e a ela consagram o espírito”<sup>80</sup>.

Após a independência a História, segundo Reis, deveria estar - e esteve - a serviço da construção da nação “para dignificar o Estado que o Príncipe fundava” (p. 3). Assim dois tipos de história destacaram-se. Uma que realizou um grande “inventário fornecido por todas as unidades regionais” sobre a realidade vivida no país naquele momento. “Agora, o que se desejava era o inventário do passado, uma história que fornecesse o conteúdo cívico, essencial à estruturação da unidade, do pensamento e da vontade nacionais” [...] <sup>81</sup>.

Esse “inventário do passado” servirá de fundamentação ao inventário do presente da nascente nação brasileira. “Escreveram-se, por isso mesmo, por todo o país, as crônicas locais, as histórias das unidades provinciais”, escrita por “uma elite capaz, diligente”, a qual Antônio Baena estava incluído.

#### **1.4.1 O lugar social das idéias de Arthur Reis: uma tentativa de compreensão**

---

<sup>79</sup> Ibidem.

<sup>80</sup> Ibidem.

<sup>81</sup> REIS, **Compêndio das Eras...**, 1969, p. 3.

Um dos problemas encontrados ao se trabalhar com produção historiográfica é o do sujeito historiador, e para resolver o problema identitário deste trabalho, Francisco Falcon sugere:

Tanto Lapa, como Fico e Polito atêm-se apenas às obras de história escritas por *historiadores profissionais*, ou seja, com uma formação específica em história. [...] Preferimos, portanto, acompanhar Iglesias e assim priorizar ‘obras de história’ e ‘estudos sobre obras históricas’, deixando em plano secundário a questão do ‘sujeito historiador’. Tal opção significa então que no lugar da ‘formação historiadora’ colocamos a *intenção* de se escrever um trabalho de história e o seu *reconhecimento* como tal pela comunidade intelectual em geral, e pela historiadora em particular<sup>82</sup>.

Apesar da não formação de historiador, verifica-se a *intenção* de Arthur Reis em traçar uma História para a região. Sua própria trajetória de vida pode ser resumida através de uma História Política na qual o poder e a política, sua vida e sua obra se confundem. Suas idéias, inegavelmente, tiveram significativa influência na região Norte e, mesmo, no Brasil. Ele participou de publicações nacionais e internacionais, contribuído para coletâneas, que de modo geral, nutrem um pensamento mais sistemático na defesa de idéias, um tanto, direcionadas, como por exemplo, a que tinha como propósito forjar o caráter de brasilidade da “frágil” nação. Segundo Geraldo Menezes

Sua obra, assim, analisada, revela o encadeamento lógico e orgânico de sua causa e efeito, a tessitura do processo civilizatório da história amazônica, ao longo do tempo. Ele procura as partes desarticuladas, reúne os elementos regionais, nas suas múltiplas origens e formas, para desempenhar e oferecer com fidelidade o painel da grande região ocidental<sup>83</sup>.

A partir de sua obra paradigmática – “A Amazônia e a cobiça internacional”<sup>84</sup> é possível traçar o perfil teórico e político de Arthur Reis, sendo revelados os fundamentos de suas idéias. Ela revela a proposta de um “intelectual”, que mantinha estreita relação com o poder político da época, não apenas na política administrativa como também ideologicamente. Defendia o modelo desenvolvimentista para a Amazônia, bem como sua

<sup>82</sup> FALCON, História das Idéias, 1997, p. 122.

<sup>83</sup> MENEZES, Geraldo de. Um amazônida universal. In: **Revista do IHGB**. Homenagem a Arthur Cezar Ferreira Reis, Rio de Janeiro, 1993, p. 11.

<sup>84</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1982. (Coleção Retratos do Brasil, v. 161). (1. ed. 1965).

integração efetiva (cultural, social, econômica) ao poder central brasileiro. A Amazônia, na sua concepção, deveria ser “verde-amarela”, ou seja identificada com o nacionalismo.

As falas do poder, entendidas aqui como a própria obra de Arthur Reis, por conseguinte, revelam resistência, pois os discursos não são lineares, eles revelam-se ambíguos. O administrador público e o intelectual lhe conferiam identidades plurais, entretanto, na polifonia da sua voz, havia uma coerência permanente e duradoura, assim “as relações entre *idéias* e *ideologia* conota sempre algum tipo de referência às *origens* e ao *papel* das idéias, ou de certas idéias”<sup>85</sup>. Assim, na administração pública sua experiência manteve uma coerência com os modelos teóricos defendidos. Entretanto, quando foi governador do Estado, apesar das divergências políticas, filosóficas ou culturais com representantes da intelectualidade do Amazonas colaborou ou incentivou essas pessoas no campo da produção cultural, situação nunca vista antes no Amazonas.

A sociologia de Emile Durkheim está presente em Arthur Reis. É recorrente na construção de seus argumentos o apelo ao “consenso” e à “coesão”, bem como estruturalmente o conteúdo é elaborado a partir da perspectiva de “comunidades”, situando todas as pessoas envolvidas em sua história em uma base geral. É verdade que conflitos e dissensões são abordados pelo autor, mas sempre como lapsos históricos, situações que fugiram do controle, apesar desses registros serem muito freqüentes, pois assim o foram na história. Cabe ressaltar também a constância do papel das normas e dos costumes como fundamentos da sociedade em sua obra.

A historiografia de Arthur Cezar Ferreira Reis é formada de generalizações e formalizações dos processos sociais. As idéias e ações dos seus personagens históricos são determinadas por esquemas ou verdades preestabelecidos. Além disso, encontramos também a premissa de que na relação de dominação – seja econômica, política ou cultural, o dominante é capaz de controlar e anular o dominado. Apesar disso, permite, com a inclusão de uma dimensão subjetiva, a compreensão histórica mais ampla da Amazônia, abstraindo dali um grande desequilíbrio de força entre dominantes e dominados.

Percebe-se a grande importância do pensamento e obra de Arthur Reis para a sociedade amazônica. Entretanto, não se pode atribuir o papel de introdutor ou inovador de idéias originais, porque não representou grandes rupturas nas formas de compreensão

---

<sup>85</sup> FALCON, História das Idéias, 1997, p. 97.

da Amazônia. Suas idéias foram absorvidas pela população, repercutiram com tanta eficiência porque elas circulavam amparadas em um suporte formado por um conjunto de idéias de outros pensadores, que, de modo geral, confirmavam e coincidiam com o pensamento do autor. Por sua vez, ele inova na qualidade das análises e interpretações, como por exemplo, em posicionamento que revela em monografia<sup>86</sup> publicada em 1956, através da qual identifica a permanência da legislação indígena que, no transcorrer da história sofria apenas mudanças formais ou superficiais, mantendo o indígena da Amazônia ao longo de todo o período colonial submetido às mesmas condições de relações de trabalho, exploração e dominação. Anos mais tarde, estas mesmas idéias foram defendidas e justificadas por Beatriz Perrone-Moisés<sup>87</sup>.

Para Reis as normas fundamentais se mantêm: “No *Diretório*, certas normas mandadas cumprir no *Regimento das Missões*, foram mantidas. Pelo que não será demasiado ou arriscado afirmar que o *Diretório* saiu, em linha direta, do que se continha de fundamental no *Regimento das Missões*”<sup>88</sup>.

Para Perrone-Moisés os princípios não se modificam:

À luz dos documentos, compreende-se que as assim chamadas *exceções* que teriam permitido a escravização indiscriminada mesmo quando se declarava a liberdade são mais do que exceções: não se aplicam aos indígenas do Brasil como um todo e constituem, ao contrário, princípios fundamentais de direito e da legislação indigenista, tanto quanto a liberdade. Resgate e guerra justa serão, ao longo de toda colonização, os dois casos reconhecidos de cativo legal, ambos fundamentados em princípios que não se modificam [...]”<sup>89</sup>.

Tomando como referência Eric Hobsbawm que considera o final do século XIX como a Era da “invenção das tradições”<sup>90</sup>, a compreensão da obra de Reis pode ser

<sup>86</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Os índios da Amazônia**. Manaus: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Publicação avulsa n. 3, 1956. Este artigo foi reeditado em REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Tempo e vida na Amazônia**. Manaus: Governo do Estado, 1965.

<sup>87</sup> PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indígena do período colonial (XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo, Fapesp /SMC/Cia das Letras, 1992 (pp.115-132).

<sup>88</sup> REIS, op. cit.,1956, p. 9.

<sup>89</sup> PERRONE-MOISÉS, 1992, PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indígena do período colonial (XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo, Fapesp /SMC / Cia das Letras, 1992 (pp. 128-129).

<sup>90</sup> HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **Invenção das tradições**. Tradução Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

situada como um reflexo tardio ou uma continuação desse pensamento que permeou o ambiente intelectual brasileiro em fins do século em questão.

“O lugar da memória social” estará dentre outras, desta forma, servindo como base para entendermos como a Amazônia foi dividida (fragmentada) e de que forma que Reis, ao partilhar as idéias de um grupo de pensadores que estão interessados em construir a identidade da jovem nação brasileira e como a Amazônia se integrará a este processo de construção estrutural. O 5 de Setembro, a adesão à independência e a conseqüente integração ao Estado brasileiro são tratados por Reis com esta perspectiva de história regional como complementar e indispensável para a composição total da história nacional.

Aqueles personagens históricos que iniciaram essa discussão da nacionalidade aqui na Amazônia, assim como suas ações, mesmo no período colonial, que foram compreendidas como facilitadoras dessa unidade territorial e populacional, serão transformados em heróis pela historiografia de Reis, e muito presentes também na memória amazonense. Assim, quando se fala de memória e história é prudente que se tenha consciência dos limites, ou mesmo da impossibilidade, da objetividade histórica. Arthur Reis ao levar em conta uma seleção consciente ou inconsciente, uma interpretação ou uma distorção a cargo de grupos sociais e não de indivíduos isolados<sup>91</sup>, contribuiu para forjar o caráter de uma regionalidade do Norte do Brasil.

Os temas selecionados por Reis e suas interpretações eram posições que já estavam em curso na historiografia nacional através dos pensadores do final do século XIX. Suas idéias, é necessário reconhecer, são socialmente partilhadas.

Ao se fazer uso do conceito “memória social” é necessário destacar que a sociedade é composta por diferentes grupos com diferenciados interesses, idéias e visões de mundo. Entretanto no Amazonas, mesmo considerando essa multiplicidade de identidades sociais e devido ao fato de ser a versão da história do Amazonas de Arthur Reis, a mais utilizada, suas idéias e construções teóricas fazem parte da memória coletiva, entretanto utilizada de acordo com os interesses de cada grupo, que seleciona como memorável ou digno de esquecimento os acontecimentos e particularidades propostos

---

<sup>91</sup> BURKE, Peter. **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, trad. de Alda Porto, 2000, p. 70.



na narrativa de Reis. A sociedade amazonense deve ser pensada no plural, pois ela não se esgota através de um único modelo explicativo.

A partir da abordagem geral de uma história regional integrada à nação, a proposta historiográfica de Reis não entra em contradição com a história produzida no Pará no mesmo período, nem mesmo com aqueles historiadores “paraenses” que o autor toma como referência. Entretanto, alguns aspectos temáticos revelam distinções e abordagens diferenciadas, sendo oportuno ressaltar que “As disputas entre historiadores que apresentam visões concorrentes do passado às vezes refletem conflitos sociais mais profundos”<sup>92</sup>, acrescentando que as:

Memórias oficiais e não-oficiais do passado podem diferir de forma aguda, e as memórias não-oficiais, que têm sido relativamente pouco estudadas, são às vezes forças históricas por seus próprios méritos; [...] Sem recorrer a memórias sociais desse tipo, seria difícil explicar a geografia da dissensão e protesto...<sup>93</sup>

Para o estudo da “recepção da obra”<sup>94</sup> de Arthur Reis no Amazonas, far-se-ia necessário um maior aprofundamento do tema em longa duração, fugindo, assim, apesar de possivelmente muito esclarecedor, ao objetivo deste trabalho. Entretanto, “uma consequência interessante é assim a tendência da história intelectual de romper os limites disciplinares estabelecidos, já que visa inserir o estudo das idéias e atitudes no conjunto das práticas sociais”<sup>95</sup>. Assim, acompanhando alguns livros sobre a História do Amazonas, posicionamentos de autoridade públicas sobre acontecimentos passados, são na verdade, construções ideológicas travestidas de fundamentação histórica, que permeiam o imaginário amazonense, fazendo parte, ou tendo sido incorporadas ao “senso comum” desta sociedade. A importância da incorporação da Amazônia ao domínio português e conseqüentemente, sua contribuição para a construção da “grande” nação brasileira, é um dos exemplos, fundamentados na historiografia de Reis e que, ainda hoje, é utilizado como um discurso naturalizado. A dominação colonial espanhola, na região que ficou conhecida como Amazônia, é vista como política externa, estrangeira e, que anacronicamente foi situada por Reis, e posteriormente referendada pelo senso comum, como uma ameaça à formação do território nacional.

<sup>92</sup> BURKE, *Variedades de História Cultural*, 2000, p. 85

<sup>93</sup> Ibidem.

<sup>94</sup> BURKE, *As fortunas d’o corteão*, 1977.

<sup>95</sup> FALCON, *História das Idéias*, 1997, pp. 93-94.

Assim, identificamos fragmentos do caráter dinâmico das idéias de Arthur Reis ao percebermos os atuais questionamentos sobre a natureza, o desenvolvimento, as políticas públicas, etc. A Zona Franca de Manaus é constantemente repensada nos dias de hoje, a partir da compreensão de sua origem e seus significados, dos quais Reis contribuiu para essa formação de valores. Na atualidade, essas idéias, estão sendo substituídas por outras através de uma constante articulação de produção de sentido nos diferentes tempos históricos. O que sobressai nesses novos modos de percepção, é que as “práticas sociais” são fundamentais para essas mudanças de significação e para o próprio entendimento das obras do autor.

O pensamento de Arthur Reis ao ser reelaborado, ou mesmo quando, ao longo da discussão proposta a se realizar nesta dissertação, deve levar em consideração o alerta sugerido por Q. Skinner, sobre o risco que se corre com o anacronismo, ao serem abordadas as idéias políticas e seu tempo.

Não se deve reduzir o entendimento dos textos de Reis, a uma abordagem exclusivamente a partir dos signos, como proposto por Verón<sup>96</sup>, ao afirmar que “é necessário ter presente que um texto ou mensagem não possui um sentido qualquer *fora da especificidade do sistema de operações semânticas que define sua recepção pelos destinatários*”. Entretanto, é importante que se leve em consideração sua observação que não se deve ficar no exclusivismo representacional e se deve avançar para o estudo das significações. Para ele, a idéia, por se tratar de um processo, ou mesmo, um *signo*, “a *idéia* pode sempre desempenhar diversas funções”. Os textos de Arthur Reis podem ser inseridos como “idéias políticas”. Entretanto, cabe a ressalva de que eles podem ser lidos, utilizados, “apropriados” a partir de diversas perspectivas e/ou para diversas finalidades. Eles podem ser entendidos como “verdades absolutas”, mas podem também, ser entendidos como uma bem trabalhada ficção sobre a Amazônia.

As indagações dirigidas aos textos ou discursos de Arthur Cezar Ferreira Reis devem sempre estar relacionadas à *intertextualidade* e à *contextualização* da mensagem. Assim percebemos, por exemplo, a diferença discursiva dos textos de Reis, “História do Amazonas” (1931), escritos ainda na juventude, e o conjunto de sua produção entre 1965 e 1977, sobre os índios. As expressões, tomadas como signo e relacionadas através de vários adjetivos, utilizados pelo autor em 1922 para se referir aos índios destacam-se

---

<sup>96</sup> Apud FALCON, História das Idéias, 1997, p. 96.

estes: “índios”, “indígenas”, “ameríndio”, “selvagem”, “indiada” e “tapuiada”. Já no artigo “Índios da Amazônia” de 1956 (reeditado em 1965) continua utilizando “índios”, “indígenas”, “selvagem” acrescidos por “povos indígenas da Amazônia”, “grupos tribais”, “nossos índios” e “filhos da selva”. Esses adjetivos enumerados são signos cheios de significados, compreendidos dentro de um contexto histórico específico. Os adjetivos representacionais “indiada” e “tapuiada” estão carregados de simbolismo ideológico, através dos quais os índios são referidos de forma depreciativa e racista, desqualificando-os diante de seu papel histórico na Amazônia. Esses adjetivos, em 1965, foram suprimidos e até mesmo substituídos por outros que denotam um sentimento de pertencimento e de identidade, tais como “nossos índios” e “filhos da selva”. A expressão “ameríndio” largamente utilizada anteriormente foi substituída, em sua obra da maturidade, declaradamente nacionalista. Cabe ressaltar que neste período da reedição do artigo, Reis era um homem público, exercendo função de grande relevância, a de governador do estado do Amazonas, e expoente das idéias da integração nacional promovida pelos militares que exerciam o poder político em sentido amplo. Aquela expressão, muito abrangente, poderia demandar inferências para referendar uma política internacional que poderia reforçar a materialização da Amazônia Internacional, até então existindo mais como uma abstração que uma região, política e geográfica, concreta. A política de nacionalização da Amazônia, embasada em uma história reforçada pelos laços coloniais portugueses fundamentavam o sentido de brasilidade e, por conseguinte, de nacionalidade homogênea da qual a região Amazônica fazia parte. Neste sentido, o “ameríndio”, agora ameaçador, foi substituído por “povos indígenas da Amazônia”, “grupos indígenas brasileiros”, “silvícolas amazônicos, parte da grande família silvícola brasileira, se é que assim podemos chamar-lhes” – os “nossos índios”.

A permanência do conceito “selvagem” nos dois períodos reflete a concepção de cultura e de Ciência adotada pelo autor, que reduz o estudo do homem aos métodos das ciências naturais. A partir de um texto sobre os “índios da Amazônia” pode-se perceber o entendimento de cultura para Arthur Reis:

As famílias significam, portanto, também, culturas, isto é, manifestações da natureza, do ser, da personalidade de cada uma. As culturas são, assim, a soma de todo o conjunto de manifestações de vida de uma família, do ponto de vista etnológico. Não há, está visto, grupo que não esteja integrado numa cultura.

Não há família que não represente um tipo de cultura. Todos os povos, dos de mais rudimentar condição existencial aos de quadros que proclamamos mais elevados, todos possuem uma cultura, na compreensão de uma cultura devendo ser considerado todo o conjunto de modos de ser, de vida, de trabalho, de atitudes, de comportamento<sup>97</sup>.

Cabe a pergunta. Se a “História do Amazonas”, obra mais importante e influente neste Estado que já estava esgotada há muito tempo e diante da existência de condições objetivas de uma reimpressão, por que Arthur Reis não a incluiu no conjunto de publicações editadas pelo governo do Estado, optando pela edição ou re-edição de outros trabalhos investigativos?

A produção de Arthur Reis era elaborada como um complemento à construção de uma grande e única história nacional, revelando universalismo e naturalismo iluministas. O orgânico, a tradição, a linguagem é que constituem a *história verdadeira*. Em síntese, o modelo historiográfico desse autor estava ancorado em concepções hegelianas, através das quais “as idéias possuem agora uma existência real ou objetiva e se constituem em princípio constitutivo do devir histórico”<sup>98</sup>. Numa “Sucessão cronológica de ‘reações’ e ‘influências’, tais relatos, repletos de incontáveis notas eruditas, pressupõem um tempo homogêneo e linear em que a continuidade é a regra e o contexto histórico mero ornamento”<sup>99</sup>.

Reis, no ardor da defesa da causa da Amazônia, apesar de não admitir, recai em uma, inegavelmente charmosa estética romântica como recurso retórico. É o que se pode perceber neste parágrafo:

Os índios da Amazônia possuem uma história que não os diminui aos nossos olhos. Ao contrário, dignifica. Porque, pelo que padeceram, pelo que proporcionaram, na formação regional, desde a contribuição étnica à econômica, pelo que puderam realizar como demonstração de resistência, de heroísmo, pondo por terra a conclusão apressada de que não expressavam senão inferioridade, passividade, incapacidade para a ascensão na vida, está a exigir uma outra compreensão de nossa parte. Ao invés de os desprezarmos, devemos procurar entendê-los como são e não como desejamos que sejam. As culturas são exteriorizações do ser de cada grupo. Daí porque não são iguais. E se tal ocorre, porque situamo-nos nas alturas para menosprezar os que nos acompanharam ainda nessas manifestações do nosso ser, mas fizeram as suas próprias, naturais, inconfundíveis e às quais, confessemos, tanto fomos buscar

---

<sup>97</sup> REIS, *Os índios da Amazônia*, 1956, p. 3.

<sup>98</sup> FALCON, *História das Idéias...*, 1997, p. 99.

<sup>99</sup> *Ibidem*, p. 101.

para definirmo-nos e caracterizar-nos, criando-nos. Evidentemente, essa atitude não está certa. Há que proceder a um exame de consciência severo, tranqüilo, para a **nova atitude que devemos assumir**. E é com humildade, compreensão, espírito aberto, que precisamos passar a considerar os nossos irmãos das selvas. (mantém distanciamento). Não com pieguismo, fazendo página de romantismo, criando índios falsos, índios mansos, generosos, ou desfibrados, mas vendo nos índios aquelas criaturas de carne e osso com erros mas com bondade também, não sendo santos mas matéria e espírito.(admitir que são matéria e espírito é o máximo da conciosidade - permissividade). A sociedade que estamos estruturando não pode nem deve ser, em consequência, uma sociedade que desconheça os nossos índios no que eles são ou como eles são, nas suas diferenças, nas suas peculiaridades, nas suas atitudes, nos seus usos e costumes, na sua psicologia. Ao contrário, ela dará uma grande prova de maturidade quando puder dizer que os entendeu e os está elevando a uma dignidade de vida e assegurando-lhes respeito e a convivência harmoniosa, essencial nas relações entre os povos e os grupos tribais de todo o mundo<sup>100</sup>.

Influenciado pelo pensamento de Gilberto Freire, marcadamente inserido na tradição da escola culturalista norte-americana, Arthur Reis elabora sua idéia de cultura a partir de uma proposta *difusionista*, através da qual esta cultura se desenvolve a partir das *trocas simbólicas* dentro de um contexto *determinado* pelo ambiente natural.

Utiliza um discurso pragmático, típico de quem está no poder, servindo como mais um mecanismo para viabilizar políticas, tais como o projeto governamental de integração nacional, de abertura de estradas, de ocidentalização dos povos da Amazônia para viverem plenamente a civilização. O discurso intelectual, renovado ideologicamente, muitas vezes entrava em choque com as questões concretas da realidade.

Cabe ressaltar o perigo de enquadrar as obras, os pensadores, os intelectuais e/ou as idéias, sob pena de recair no tão criticado positivismo, compartimentando, mais uma vez, as formas de pensamento e de conhecimento. Assim, não é adequado explicar as idéias ou “visões de mundo” de Reis através de uma cadeia evolutiva. Seu momento de produção estava situado em um tempo histórico a que ele estava vinculado. Entretanto, não se pode falar de uma única forma de pensamento, uma visão homogênea de mundo. É necessário entender o pensamento de Arthur Reis como um ‘microcosmo’ no qual o passado e o presente estão estruturalmente articulados. As relações históricas são articuladas temporalmente e cabe ao historiador reconstituir essas conexões.

---

<sup>100</sup> REIS, op. cit., 1965, p. 63-64.

Percebe-se tanto em *História do Amazonas, Limites e Demarcações na Amazônia*, quanto em *Lobo d'Almada: Um estadista colonial* que Arthur Reis utilizou criteriosa seleção dos temas, formulou perguntas para responder aos seus interesses a partir da construção de objetos específicos, selecionando e publicizando uma grande quantidade de fontes, através das quais construiu significações de mundo por meio dos seus textos históricos, pretendidamente verdadeiros, plausíveis, numa tentativa de chegar o mais próximo do real, buscando “traduzir como as pessoas de um outro tempo agiam, pensavam, se expressavam”<sup>101</sup>.

O ritual de 24 de Outubro, instituído pelo poder público municipal de Manaus, não teve, ainda, um teórico convincente para forjar esta data como um símbolo da municipalidade, assim como o 5 de Setembro teve Arthur Reis como seu grande divulgador. Considerando-se também que hoje, as necessidades históricas são outras. “Infere-se, assim, que a tarefa última destas liturgias é criar coerência e perpetuar o sentimento de pertença e de continuidade, num protesto, de fundo metafísico, contra a finitude da existência”<sup>102</sup>.

Quando nos relacionamos com as memórias de Reis, ele, por sua vez, dialogou com outras memórias, entrando em discussão, desta forma, o caráter subjetivo e o caráter coletivo da memória. “Segundo Paul Ricoeur, recordar é em si mesmo um acto de alteridade”<sup>103</sup>, sendo esta ação e recepção “da realidade sobre os mecanismos pelos quais se constroem identidades dotadas do poder simbólico de coesão social”<sup>104</sup>.

A relação passado-presente da historiografia de Reis é muito marcante. Pode-se mesmo dizer que sua obra está impregnada das *saudades do futuro* de Santo Agostinho, que se revela através da sua narrativa histórica passada sempre cheia de esperança. Quando Reis adota o pensamento moderno em suas produções, esta teoria já vem com a marca da superação. Podemos dizer que na Amazônia ocorreu uma modernidade tardia.

O homem da Amazônia brasileira se fez um homem amazônico, construindo historicamente, “...como diz Jean-François Sirinelli, uma visão de mundo partilhada, uma leitura comum do passado, uma projeção no futuro a ser vivido em conjunto”<sup>105</sup>, assim:

---

<sup>101</sup> PESAVENTO, *História & História Cultural*, p. 61.

<sup>102</sup> CATROGA, *Memória, história e historiografia*, 2001, p. 28.

<sup>103</sup> *Ibidem*, p. 17

<sup>104</sup> PESAVENTO, *História & História Cultural*, p. 75.

<sup>105</sup> *Ibidem*, p. 76.

A partir do exposto, é lógico que tenha sido na modernidade, e sobretudo no século XIX, que esse ritualismo memorial ganhou a sua mais pública expressão, podendo mesmo sustentar-se que aquele foi o *século da memória* (Pierre Nora, 1984). Mas foi também, e não por acaso, o *século da história*, isto é, o século da construção mítico-simbólica da nova idéia de nação. Entende-se. As transformações sociais, culturais e simbólicas exigem que os indivíduos, as famílias, as novas associações, as classes, os novos Estados-Nação procurassem no passado – com o havia feito a antiga aristocracia – a sua legitimação. É a mesma estrutura teleológica que se encontra nas práticas evocativas que estão ao serviço da instituição e do reconhecimento de identidades colectivas, bem como do delineamento finalístico do evolucionismo histórico que desenha os seus desejos de vitória sobre a inexorável degradação trazida pelo curso do tempo<sup>106</sup>.

A(s) releitura(s) da obra de Arthur Reis fornece(m) o “norte” para onde está caminhando a Amazônia.

A doutrina positivista, cujo fundador foi Augusto Comte, no século XIX, teve grande influência na produção historiográfica de Arthur Reis. Essa doutrina está ancorada no contexto da sociedade industrial que fornece uma confiabilidade na técnica e no progresso da vida humana, elegendo a técnica experimental como modelo essencial para o desenvolvimento dos povos. A Ciência foi profundamente afetada por esta concepção e ainda hoje ela é retomada das mais variadas formas.

O positivismo, resumido nas seguintes afirmações, foi fartamente identificado na produção historiográfica de Arthur Reis: “a) as únicas verdades a que podemos e devemos nos referir são os enunciados das ciências experimentais: trata-se de verdades claras, unívocas e imutáveis; b) todo e qualquer tipo de juízo deve ser abandonado como sendo teológico ou filosófico; c) a função das ciências experimentais não é a de *explicar* os fenômenos, mas de *prevê-los* para dominá-los; o que importa não é saber o “porque”, mas o “como” das ciências; d) o aparecimento da ciência esboçaria, para a humanidade, um mundo inteiramente novo, possibilitando-o viver na “ordem” e no “progresso”. Percebidas de forma isolada ou através do conjunto da obra deste autor, sobressaem conceitos, formas construtivas e de análises iluminadas pelo positivismo.

Dentre um elenco de nomes representantes dos mais diferenciados pensamentos, do conservador àqueles que optaram por uma crítica marxista da sociedade, Nelson Werneck Sodré cita em sua controvertida obra<sup>107</sup> “O que se deve ler para conhecer o

<sup>106</sup> CATROGA, op. cit., p. 29.

<sup>107</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **O que se deve ler para conhecer o Brasil**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, SD. Os referidos capítulos e respectivas páginas são: “Expansão geográfica” (p. 100), “Conquista do

Brasil” várias situações o nome de Arthur Cezar Ferreira Reis como um importante autor para se entender o Brasil, servindo de referência para pesquisas.

Nos capítulos denominados “Expansão geográfica”, “Conquista do Sertão”, “A Geografia” e “O território”, Sodré indica algumas obras de Arthur Reis como fontes que subsidiarão as pesquisas sobre os referidos temas.

No capítulo sobre “O território” indica a leitura dos dois volumes de *Limites e demarcações na Amazônia* de Arthur Reis como fonte principal, assim se referindo: “Ferreira Reis, especialista em história amazônica, estuda em detalhes os problemas de fronteiras da referida área, situando precisamente os trabalhos diplomáticos e os de demarcação, em estudo cuja importância histórica se equipara à importância geográfica”<sup>108</sup>.

Essas afirmações de Nelson Sodré servem para corroborar a afirmação de que a História do Amazonas tem importância quando relacionada à história nacional.

### 1.5 Possibilidades metodológicas

Arthur Reis vem sendo retomado (analisado, interpretado, referido) por muitos pesquisadores, dos mais variados campos e correntes de pensamento. Sua obra vem sendo *apropriada*, permitindo diversos entendimentos, muitas vezes divergentes, demonstrando a riqueza e a pertinência da obra.

Ele é tomado, por exemplo, no início da tese de Eloína Monteiro dos Santos<sup>109</sup> para apontar lacunas na historiografia regional, responsabilizando-o, desta forma

No início dos anos trinta, Arthur César Ferreira Reis publicou uma *História do Amazonas* homenageando o conterrâneo Álvaro Maia. Iniciou, assim, sua produção historiográfica sobre a região. O conhecido historiador amazonense, contudo, jamais privilegiou a história contemporânea e o período republicano esteve distante de seus temas prediletos de análise. sua atitude influenciou várias gerações de estudiosos da Amazônia/Amazonas.

---

Sertão” (p. 112), “A Geografia” (p. 241) e “O território” (p. 277). Primeira edição é de 1945.

<sup>108</sup> Ibidem, p. 282.

<sup>109</sup> SANTOS, Eloína Monteiro. **Álvaro Maia**: uma liderança política cabocla. Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas, 1997.



A exígua historiografia amazonense enfatizou, quase sempre, o momento da expansão da borracha, chamado apogeu (1880-1912), caracterizado pela exportação intensa de borracha natural para os mercados internacionais. Como exemplo temos os seguintes trabalhos: Arthur Cézár Ferreira Reis, “O seringal e o seringueiro”. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1953.<sup>110</sup>

Luís Balkar Pinheiro retoma Arthur Reis quando ele próprio denuncia as lacunas historiográficas da Cabanagem, assim expõe

... em meados dos anos sessenta, Arthur Cezar Ferreira Reis, o mais renomado historiador da Amazônia e um dos mais estudiosos dos temas regionais, apontava com pertinência um tipo de deficiência na historiografia da Cabanagem que não estava ligado ao aspecto quantitativo. Para ele, “até o momento, tem falado no processo apenas o governo e muito pouco os que se lançaram à revolução. A história vem sendo elaborada, portanto, apenas na base do pronunciamento de um lado, ignorando-se o outro, que foi o vencido. Aqui e ali, é certo, nos informes oficiais encontra-se uma pista que leva a reflexões diferentes. Não é, no entanto, suficiente para uma consciência exata”<sup>111</sup>.

Essa observação é de extrema relevância e remete ao cerne do trabalho que aqui se busca empreender. O fato de seu autor não ter respondido em seus inúmeros trabalhos a essa inquietação, de forma alguma a invalida, e é mesmo certo que qualquer nova proposta de revisitação do tema não deva ficar alheia a este chamado.<sup>112</sup>

Pinheiro também utiliza Arthur Reis como seu principal interlocutor para analisar a historiografia de Domingos Raiol e traça uma breve caracterização metodológica daquele autor frente à Cabanagem, sem, entretanto, analisar com profundidade este aspecto da historiografia de Reis, por não ser seu propósito.

Gisela Motta<sup>113</sup> situa criticamente a obra de Reis, a partir de uma concepção marxista, caracterizando-o como um intelectual conservador, nestes termos

<sup>110</sup> Ibidem, p. 3.

<sup>111</sup> REIS, A. C. F. “Apresentação”. In: REIS, G. M. R. **A Cabanagem: História de Óbidos**, (p. 12), apud PINHEIRO, L. B. S. P. **Visões da Cabanagem: uma revolta popular e suas representações na historiografia**. Manaus: Ed. Valer, 2001, p. 30.

<sup>112</sup> PINHEIRO, L. B. S. P. **Visões da Cabanagem: uma revolta popular e suas representações na historiografia**. Manaus: Ed. Valer, 2001, p.30.

<sup>113</sup> MOTA, Giselda. **Historiografia. Bibliografia. Documentos**. In: MOTA, Giselda. **Historiografia. Bibliografia. Documentos**. In: MOTA, Carlos Guilherme. **1822: Dimensões**. São Paulo: Perspectiva. 1972, (pp. 377-464). Essas críticas a Reis se referem ao artigo: “O Grão-Pará e o Maranhão”. In: HOLLANDA, Sergio Buarque de (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 2 ed. São Paulo, Difel, 1967. Tomo II, 2 vol., (pp 71-172).

O artigo pretende ressaltar como se mostrava a região Norte na época da 'Independência'. O trabalho destaca o Grão-Pará, Piauí, Maranhão e Rio Negro, analisando-os de maneira episódica e factual, atendo-se à descrição das decisões dos líderes políticos, como se eles realmente conduzissem a história. Há limitações no vocabulário, ao usar expressões como 'exercício manso da soberania', 'governo democrático', 'progresso'.

Preocupado com as problemáticas de sua geração ou com aquilo que poderia ser objeto de demandas das gerações futuras, Arthur Reis esteve sempre presente nas discussões e especulações sobre sua terra, a Amazônia-Brasil. Tentando dar respostas aos problemas, sejam sociais, políticos, econômicos e culturais ele tecia uma arqueologia, muito própria, do processo sócio-histórico amazônico traçando quadros que poderiam ser os causadores dos reais distúrbios regionais – a falta de desenvolvimento -, evidentemente ancorado por um suporte teórico, claramente adotado pelo autor, o que o colocava, com muita frequência em situação paradoxal. Retoricamente defendia os povos, a cultura, os conhecimentos e os bens naturais da Amazônia, mas ao mesmo tempo apresentava conclusões desenvolvimentistas que, em via direta, ameaçavam os postulados retóricos de sua narrativa historiográfica.

Barbosa Lima Sobrinho sintetiza o fazer historiográfico sempre aliado aos objetivos perquiridos por Reis desta forma

Só o que ele não consegue, com esse profundo conhecimento do problema, é considerar um episódio atual como se não houvesse nada para trás, como se não existissem quatro séculos de experiências, de lutas, de perigos e de provação. Menos pelo posto, que ocasionalmente ocupa, do que pela sua profunda identificação com a causa do vale amazônico, Arthur Reis sente que desempenha, em face da Nação brasileira, a função de sentinela. Não faz, por isso, cálculos de sobrevivência política ou de êxito pessoal. Limita-se a cumprir a tarefa de sentinela.<sup>114</sup>

Os interesses de Arthur Reis estavam voltados para o seu tempo presente, e sua obra carrega a marca daquela contemporaneidade.

Ainda que suas metodologias sejam, quase sempre, consideradas limitadas, Arthur Reis nos remete a pensar a realidade e os temas gerais por ele representados sob vários enfoques e perspectivas. Mesmo que embasado estrategicamente em um relativismo

---

<sup>114</sup> SOBRINHO, Barbosa Lima. O publicista, o governador e a Amazônia (Jornal do Brasil, 23/05/1965 – no prólogo do livro **A Amazônia e a cobiça internacional** de Arthur Cezar Ferreira Reis. 5. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982, p. 2.

metodológico não incorre em espontaneísmo ao pretender estabelecer a dimensão política de seus projetos culturais, sociais e/ou econômicos.

Assim, seus “discursos” ao serem tomados em sua positividade possibilitam aos pensadores da Amazônia encontrar as condições da emergência do pensamento e dos modelos predominantes na região, bem como “as regras que presidem seu surgimento, seu funcionamento, suas mudanças, seu desaparecimento, em determinada época, assim como as novas regras que presidem a formação de novos discursos em outra época”<sup>115</sup>. A historiografia de Arthur Reis, guardadas as limitações, é muito atual e indispensável para se construir uma razão sobre a Amazônia.

Reis pretende narrar a “verdade” científica, mas a própria opção pelas fontes do poder que privilegiou, transmite sua história “científica” através de axiomas. Não separa definitivamente, como era pretensão da objetividade histórica almejada, o sujeito do objeto. Para terem validade, a fala e a ação dos homens do poder de Reis, eram retratados através de adjetivos.

Algumas sociedades demonstram maior intenção em recordar o passado que outras, isso se dá quando existe a intenção de perpetuação de uma “herança nacional” por exemplo. Algumas experiências historicamente traumáticas ou que precisaram ampliar sobremaneira as formas de resistência para conseguir um êxito, de modo geral, fazem parte da memória social de um grupo. O 5 de Setembro, ritualisticamente, comemorado todos os anos no Amazonas, como forma de reforçar sua legítima autonomia, não é lembrado, nem mesmo ocupa um espaço de destaque entre os acontecimentos históricos do Estado do Pará. “Os [amazonenses] jamais esquecem disso: os [paraenses] jamais lembram”<sup>116</sup> o 5 de setembro. As ações do presente, cabe reforçar, muitas vezes evocam ações de heróis do passado, instalados na memória coletiva.

O real amazônico é construído com base nos exemplos historicamente construídos e naqueles historicamente esquecidos, situado por Burke como a “memória de conflitos quanto conflito de memórias”<sup>117</sup>. A partir de uma perspectiva dominante a Amazônia deve esquecer que ainda hoje a integração nacional, tão defendida por Reis, encontra-se inacabada.

---

<sup>115</sup> MUCHAIL, Salma Tannus. **Foucault simplesmente. Textos Reunidos**. São Paulo: Loyola, 2004, p. 11.

<sup>116</sup> LEVISON apud BURKE, **Variedades de História Cultural**, 2000, p. 82.

<sup>117</sup> BURKE, **Variedades de História Cultural**, 2000, p. 84.

A sua condição de “homem de ação”, assim como o comprometimento de seu pensamento político com a ordem autoritária vigente constituem provavelmente seus princípios que servem de limites restritivos para se tornar um marco na historiografia crítica mesmo quando assume posicionamentos antiimperialistas e nacionalistas ou manifesta em relação aos indígenas posições identificadas com o indigenismo do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) / Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Maurice Halbwachs (década de 20) fornece instrumentos para essa interpretação ao analisar a estrutura social da memória<sup>118</sup>, retirando do indivíduo particularmente a função de guardião da memória. A coletividade seleciona o que deve ser ou não “memorável” para a sociedade. A memória constitui-se, assim, como a própria reconstrução do passado histórico, pois ela é criteriosamente seletiva.

No Amazonas, a criação da Comarca do Alto Rio Negro e da Província, bem como Tenreiro Aranha, Eduardo Ribeiro são rememorados com bastante regularidade. O nome das Ruas 24 de Maio e 10 de Julho são representações de movimentos sociais significativos na memória historicamente construída em Manaus. A sociologia da memória de Emile Durkheim, a despeito de toda crítica que se tece a respeito da “memória coletiva” e do perigo da generalização, aí se verifica. E ainda alerta Fernando Catroga que “Cresceram [...] os usos e abusos da memória em consequência das manipulações ideológicas (exemplos: as comemorações), da mercantilização do culto do passado e das **resistências que bloqueiam a recordação**, ou, ainda, devido à imposição de memórias estranhas (Ricoeur)”<sup>119</sup>.

O discurso historiográfico de Arthur Reis sobre o Período Colonial adota Portugal como pátria e a partir dela a nacionalidade brasileira é construída. Isso fica evidente quando diz que:

Manuel da Gama Lobo d'Almada não podia figurar entre os que comprometeram, nas terras americanas, o nome de Portugal, mas situar-se entre os que construíram símbolo de nobreza e patriotismo  
[...]  
*Colonial* ilustre, ajudou na formação do Brasil, no extremo norte, ativa e eficientemente, coordenando, incentivando o desenvolvimento de todas as forças da riqueza regional, assistindo sem desfalecimentos a todos os

<sup>118</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

<sup>119</sup> CATROGA, **Memória, história e historiografia**, 2001, p. 33.

empreendimentos que podiam marcar progresso, utilidade, beneficio coletivo.<sup>120</sup>

A história de Arthur Reis, e os conseqüentes objetos por ela eleitos, vem sendo apresentada de acordo com o ponto de vista do grupo social ao qual pertencia o historiador, tornando evidente o relativismo histórico. Portanto, de um ponto de vista predominante dos de “cima”, com a tendência de não incluir a população menos favorecida como personagem, mas quase sempre como figurante.

Será neste quadro de relativismo que a objetividade de Reis é questionada, sem, entretanto, tecer juízo de valor sobre o autor, pois, tomando a afirmação de Peter Burke “todos nós temos acesso ao passado (como ao presente) via categorias e esquemas – ou, como diria Durkheim, as *representações coletivas* – de nossa própria cultura”<sup>121</sup>. As memórias de Arthur Reis devem ser utilizadas como fontes históricas, ainda que seja necessário elaborar uma crítica da confiabilidade dessas reminiscências devido a importância desse autor para a sociedade amazonense. O que Burke chama de “história social do lembrar”.

---

<sup>120</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Lobo d’Almada**: um estadista colonial. 3. ed.. Manaus: Academia Amazonense de Letras/Prefeitura de Manaus/Ed. Valer, 2006. (1ª edição 1940)

<sup>121</sup> BURKE, **Variedades de História Cultural**, 2000, p. 72.

## CAPÍTULO II

### UM PASSADO DE GLÓRIA: A “ORDEM”

Os processos sociais aqui abordados são, de modo geral, compreendidos como situações que se explicam a partir de demandas políticas que escapam aos interesses e participação das camadas populares.

Demarcados por diferentes causas, esses “movimentos sociais” extraídos da historiografia de Arthur Reis, preservando suas particularidades, são originários dos interesses das elites regionais amazonenses e incorporados pelos seguimentos populares, outros, nascidos de processos históricos de exclusão social, como demandas populares, em determinado momento são apropriados pelas elites.

A partir da construção histórica de Reis sobre esses processos, através dos quais ficaram nas mãos das elites o principal e único papel do encaminhamento dos interesses coletivos é possível fazer uma leitura que “desconstrói” essa exclusividade, e dentro do próprio texto desse autor, perceber a latente participação popular.

#### **2.1 Arthur Reis: uma introdução à história e aos movimentos sociais na Amazônia**

Neste contexto de crise de paradigmas, ao analisarmos o caminhar da historiografia, não se pode deixar de assinalar que as respostas encontradas para os períodos de ruptura são profundamente, mas não exclusivamente, marcadas por demandas historicamente determinadas. Aquela história, tradicionalmente elitista, que referendava a ação dos *grandes homens* como os únicos agentes capazes de ordenar os rumos de uma sociedade, foi (e ainda está sendo) questionada por vários historiadores, pois as grandes narrativas políticas não davam conta da complexidade das explicações históricas, seja da vida cotidiana ou dos grandes eventos. As análises das estruturas sociais, que sustentavam a história na sua *grande duração* estavam fazendo falta para uma compreensão mais completa dos acontecimentos ou dos próprios objetos da história. As análises estruturalistas ofereceram uma ampliação do universo compreensivo

dos vários campos históricos, entretanto, a própria história não pode prescindir de uma compreensão processual, incluídas as continuidades e suas descontinuidades.

A chamada segunda geração dos *Annales*, contribuirá para a pesquisa social ao incorporar às análises historiográficas a necessidade de dimensionar as emoções ou mesmo os sonhos dos homens e mulheres que viveram no tempo passado, reveladas através das imagens e das representações. Esse pensamento, chamado de “história das mentalidades”, já há algum tempo, foi incorporado pelas várias abordagens da história social e pela chamada “nova história cultural”. Essas análises, resignificadas, não ficaram apenas no campo das idéias (mentalidades), alertaram alguns historiadores, pois correria o risco dessa produção tornar-se unilateral, restrita ou mesmo estéril, no dizer de L. Febvre “descarnadas”.

Também as análises marxistas pré-estabelecidas, nas quais as estruturas econômicas são as determinantes para os processos sociais são criticadas por esses historiadores. E alguns desses estudiosos revisonam esse modelo teórico e incorporam aos seus estudos sobre os movimentos históricos agregando novos elementos.

Surge, assim, uma nova corrente de historiadores que não pretende supervalorizar o subjetivo, o individualismo, das ações isoladas das formas de pensar. Eles tenderam construir uma história na qual a coletividade e suas ações fossem valorizadas e consideradas como as verdadeiras agentes históricas.

O historiador inglês E. Paul Thompson é um desses pensadores da história que vem contribuindo de maneira especial para uma revisão do marxismo teleológico. Ele constrói seu pensamento a partir dos chamados “teóricos da consciência” como Lukács, sem mergulhar na fenomenologia, que valoriza principalmente as sensações, ou na semiótica, que se utiliza da codificação dos discursos. A partir dessa compreensão as classes se constroem num processo conjugado às condições objetivas e subjetivas, observando como as pessoas vivenciam suas carências no seu cotidiano. As revoltas, segundo Thompson, surgem a partir da ruptura da ordem na vida das pessoas e não da ordem social mais ampla, e a consciência vai se construindo na prática.

Tomando a categoria analítica de “campo de forças” gramsciana, Thompson inova ao atribuir relevância às ações políticas e culturais como fundamentais para a construção do processo de luta, deixando a economia para um patamar de menor importância, uma vez que a experiência vivida é percebida pelos agentes enquanto um modo cultural. Essa

experiência não é apenas empirismo, ela é um processo qualitativo, situando-a na “práxis humana” como “consciência e cultura”. Assim, as categorias thompsonianas podem ser universalizadas inclusive para pensar os movimentos sociais ocorridos na Amazônia.

O estruturalismo, fechado, amarrado no longo tempo, também passa por um reordenamento analítico, ao não se descartar a possibilidade de se construir a história a partir das narrativas, nas quais são evidenciados os processos e a dinâmica das gentes, embasadas nas análises estruturais daquelas sociedades passadas. Com estas incorporações ou revisões ao longo da historiografia percebe-se que não existe apenas uma forma de se tentar apreender o passado, nem um único método.

A história social tem dedicado especial atenção às análises dos movimentos sociais, e vem contribuindo, desta forma com valioso instrumental para a leitura e interpretação desses fenômenos. Entender o processo de construção da história social é situar o próprio movimento social da Amazônia nesta complexa redefinição de referências teóricas que vêm norteando as metodologias analíticas sobre esta temática.

O diálogo entre os pensadores da chamada história social e da cultural, utilizando grande variedade de fontes, hoje, incorporadas aos estudos acadêmicos, as quais antes eram, há algum tempo, impraticáveis. Ao se pretender estudar, dentro da obra de um autor as representações das pessoas comuns, das gentes do povo as Ciências Sociais são fundamentais para instrumentalizar esses estudos. Arthur Reis, ao ter privilegiado fontes do governo, da administração ou institucional, as referências a respeito das pessoas comuns não foram encontradas nesses anais das altas estruturas do poder estatal. O “povo”, aquele despossuído, deixa seus vestígios registrados nos arquivos e páginas policiais, nas igrejas, nos clubes populares, nas listas dos armazéns, etc, mesmo assim Reis teceu considerações a esse respeito, pois não pode relegar à invisibilidade segmentos tão marcantes na sociedade – os pobres. Não podemos esquecer também, que neste diálogo estão inseridas as dimensões subjetivas, tanto do objeto de estudo, com seus sentimentos, quanto do historiador, que constrói seu pensamento e suas análises a partir dos seus referenciais teóricos, e conseqüentemente, dos seus sentimentos também. A construção histórica, deste modo, não é neutra, ela é parcial e subjetiva.

Apesar de não se constituir em grandes preocupações da historiografia de Arthur Reis, ainda são demonstradas as tentativas de se resgatar as ações coletivas sem,



entretanto, deixar de identificar alguns “rostos” da multidão; não fugiu, entretanto, das abordagens meramente economicistas, falando com muita precariedade, ou mesmo deixando de lado a apreensão, nestes processos históricos, dos sentimentos, sensibilidades, angústias, medos e esperanças.

Ele preocupou-se também em trabalhar grandes temas, partindo das macro-abordagens, para assim, serem reveladas as estruturas. Alguns historiadores hoje vêm também a possibilidade da análise partir do micro-cosmo e, a partir daí ser relacionada aos longos processos e estruturas, não se deixando enveredar pela chamada “história em migalhas”, podendo, ao final, ser incorporada à “história total”, que segundo Ciro Flamarion Cardoso indica ser impossível conseguir, mas, mesmo assim, desejável.

O pensamento historiográfico renovado a partir da revelação de Marc Bloch ao afirmar que a História é sempre história do tempo presente, vem servindo de suporte para este trabalho, dentro de um ambiente de renovação mais ampla que este pensamento provocou ao influenciar todos os campos da História. Invariavelmente, os valores, sentimentos e aspirações vividas no tempo no qual o historiador está inserido e produzindo sua obra estará presente na sua produção. Os historiadores, por esta compreensão, levam com eles seus valores para o passado, correndo o risco do anacronismo, que por sua vez deve, a todo custo, ser evitado, sob pena de comprometer a qualidade da sua produção.

Os movimentos sociais são entendidos, dentro da perspectiva da história social, como a valorização das ações coletivas para a dinamização dos processos sócio-históricos. Ao pensar, nesta pesquisa, as atitudes coletivas num dado momento histórico, ainda nos quadros da *luta de classes*, as ações que socialmente são identificadas como coletivas e alinhavadas pela cultura daquelas pessoas comuns, são consideradas como atitudes de uma classe social. Assim, a classe será analisada pelo seu dinamismo, num dado contexto, e não atreladas às estruturas econômicas. Sendo estes entendimentos norteadores para uma leitura do significado de movimento social para Arthur Reis.

A narrativa descritiva dos grandes heróis de Arthur Reis, que garantiam aos ricos e poderosos a primazia do poder, das idéias, dos núcleos urbanos, etc. está dando lugar a inquietações mais sensíveis e menos maniqueístas.

É neste contexto, mais de dúvidas que de afirmações, que se está compreendendo as imagens construídas por Arthur Reis dos *grandes homens* e como ele representou as ações coletivas populares.

### 2.1.1 Os movimentos sociais na obra de Arthur Reis

Através das representações dos movimentos sociais da Amazônia na obra de Arthur Cezar Ferreira Reis, são identificados os diferentes movimentos ali ocorridos, os processos histórico-culturais e as ações e reações dos sujeitos sociais. Alguns desses movimentos aparecem em algumas de suas obras, mesmo que indiretamente, como um valioso espaço político de reivindicações e negociações, que historicamente sofreram avanços e recuos, mas que serviram de definidores dos modos de viver amazônicos. Percebe-se também que essas lutas políticas vivenciaram momentos de demandas político-sociais próprias que atribuíram àquelas mobilizações sentidos históricos específicos.

Apreende-se também as significações obscuras ou silenciadas no campo discursivo dos movimentos sociais na obra de Arthur Reis, identificando o modo de vida das pessoas comuns que combativamente resistiram ao modelo de vida europeu e de tudo que isto significou na Amazônia, mesmo que através de expressões de recriminações ou preconceituosas.

A aparente ambigüidade das formas discursivas de Arthur Reis por, de modo geral, ser caracterizado como aquele historiador que estava vinculado àquilo que os pioneiros da escola dos Anales se contrapunham através do “combate à história de reis e de batalhas”. Esse historiador, que paradoxalmente pode ser caracterizado como um “intelectual tradicional” da teoria gramsciana, oferece, entretanto, e na própria revisitação da sua obra que *poder* ocorre, mesmo que parcialmente, numa perspectiva relacional. Assim, os sentidos atribuídos a esses “acontecimentos” históricos por este autor servem para dar significados ao contexto amazônico, aos homens e mulheres desta região e à própria cultura. Alguns desses movimentos, devido sua proporção e significações históricas constituíram-se em fenômenos sociais de grande importância, nos quais todas as estruturas regionais foram colocadas em cheque.

A história pode ser sintetizada como um conjunto de “rupturas e permanências”. Com este entendimento, a despeito dos movimentos sociais serem considerados situações que provocam rupturas, sejam sociais, econômicas, políticas e culturais enfim, ressalta-se, assim a importância dos movimentos sociais para a dinâmica do processo histórico. Eles também asseguram formas de relações sócio-culturais que, de modo geral, mantêm os modos do bom viver, compreendidas como as permanências estruturais consolidadas culturalmente.

Entende-se, portanto, por movimentos sociais todas as situações de intervenção nas ordens sócio-históricas através das quais seus participantes tentam construir seu espaço de liberdade e de partilha de poder. Partindo da compreensão que os movimentos sociais correspondem a um conjunto de experiências e têm, historicamente, sido dinamizadores desses processos, a leitura atenta sobre esta temática, a partir da percepção de Arthur Reis, é bastante reveladora. Percebem-se através das reações dos “grandes homens” da História Amazônica as ações quase sempre silenciadas ou insuficientemente analisadas por Arthur Reis.

Arthur Cezar Ferreira Reis, desta forma é importante, por permitir ir além da proposição de Geertz de ser *bom pra pensar* a formação do pensamento (sócio-científico) amazônico. A partir de suas referências também se percebe o surgimento de uma visão racionalista nos marcos da nacionalidade brasileira, bem como pode se traçar mais um novo perfil dos movimentos sociais.

Esta análise da obra de Arthur Reis não está inserida no contexto no qual a crítica é pouco exercitada, muito menos a participação popular está sendo romantizada, mas resgata-se agora, com o olhar da sensibilidade, no que for possível, das diferentes ações político-culturais no interior dos movimentos, partindo do pressuposto que aqueles sujeitos históricos são representantes daquilo que é conhecido como resistência e colaboração, bastante presente na obra “O seringal e o seringueiro”.

A partir dos movimentos sociais de Arthur Reis situados dentro do modelo político-econômico do colonialismo português, apesar de reconstruídos através de adjetivos não muito esclarecedores, quase sempre numa perspectiva colonialista, ainda assim são bastante esclarecedores quanto aos problemas conjunturais nos quais se processaram, apontando que durante centenas de anos o modelo português implantou um sistema de exploração baseado no trabalho compulsório e na extração dos produtos

naturais, gerando um abismo entre as formas de ver e viver das pessoas que moram na região e aprofundando uma crise social que provocou choques constantes entre esses segmentos de interesses diferenciados.

O período colonial foi palco de fortes tensões, evidenciadas pelas rebeliões militares e conflitos interétnicos, agravado pela decadência econômica, crise social e desorganização política. A estratificação social, a escravidão negra, o trabalho compulsório indígena, bem como a expulsão de suas terras, são algumas das contradições sociais que maior peso tiveram para o surgimento dos inúmeros movimentos, de acordo com Arthur Reis.

Além disso, há o grande pano de fundo do período colonial que é a própria situação de colônia e o regime escravo e de virtual inexistência de uma sociedade civil. Arthur Reis não assume uma posição frontalmente crítica em relação a esses aspectos, apesar dos registros assinalados.

Suas análises, marcadamente, dicotômicas, atribuem juízo de valor tanto aos segmentos sociais que possuíam algum controle do poder, quanto aos outros que o exercia de forma mais sutil, como os pobres e excluídos. Enaltecendo, quase sempre, as causas dos que controlavam o poder e relegando à marginalidade ou à má “índole” dos outros. Mesmo assim, é possível perceber na tessitura de sua historiografia que as condições sociais, políticas e econômicas vivenciadas pelos vários segmentos sociais da Amazônia eram diferenciados, conseqüentemente, deveriam possuir interesses distintos e muitas vezes divergentes, refletindo, assim, em seus projetos políticos exteriorizados através de movimentos de reação. Cada segmento projetava nesta luta seus interesses específicos e ideais, refletidos através dos vários processos de manifestações e insurgências.

Durante a Cabanagem, por exemplo, nos vários contextos de crise revolucionária, percebem-se os participantes dos movimentos de resistência tais como os brancos pobres, negros escravos ou livres, mestiços marginalizados, tapuios e vários povos indígenas. Apesar da visível empatia pela causa dos “proprietários”, revela que durante o controle do poder, ocorreram disputas para afirmação de interesses divergentes. Nestes contextos de afirmação popular verificaram-se ocorrências de levantes em toda bacia Amazônica.

Assim, naqueles contextos históricos dos movimentos estudados por Arthur Reis pôde-se entender a participação popular como estratégia de sobrevivência e como resultado da “reestruturação das relações de poder”<sup>122</sup> e das políticas governamentais.. Toda essa discussão apenas reforça a necessidade de se entender a história do movimento social na Amazônia a partir de suas várias representações.

As representações dessas situações de flagrantes crises sociais, os diversos segmentos em conflito deixam externar com mais clareza seus anseios individuais e coletivos. Os diferentes movimentos de reação constituem-se em primorosos momentos para se perceber as grandes contradições sociais na Amazônia e como elas contribuía para redefinir novos projetos políticos.

Abstrai-se também de suas obras as razões atribuídas por Arthur Reis que ele julgou que motivaram a participação ativa dos diversos sujeitos históricos nesses movimentos, bem como ele voltou seu olhar para as perspectivas, os objetivos, as motivações, as finalidades e os comportamentos daqueles que sustentaram essas revoltas.

A interpretação da obra de Reis tem sua importância ressaltada pois, a partir dela é possível perceber o que é referido por Roger Chartier ao dizer que ao “inscrever os pensamentos claros, as intenções individuais, as vontades particulares, nos sistemas de constrangimentos coletivos”<sup>123</sup> os leitores, muitas vezes, tomavam seu pensamento como base para compor os sistemas de valores sociais e de projetos políticos que foram influenciados e, ao mesmo tempo, influenciavam a obra de Arthur Reis.

Não pode ser caracterizado como “o otimista, que enxerga as resistências como aberturas para uma realidade diferente”<sup>124</sup>, nem como “o pessimista, que não vê possibilidades de mudanças” (p. 3), enquadrando a população naquilo que chamavam de “cidadania outorgada” ou “cidadania excludente”. Ele, como um “intelectual da ordem”, apresentava sempre a possibilidade de progresso através de forças organizadas pelo capital através da mão firme e ordeira do Estado. Era um “otimista” da capacidade de mudanças da elite, mas apresentava o “povo”, no contexto de participação popular como

---

<sup>122</sup> SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Espelhos Partidos: Etnia, Legislação e Desigualdades na Colônia Sertões do Grão-Pará, 1755 – 1823.** (Tese de Doutorado) Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2001, p. 23.

<sup>123</sup> CHARTIER, In: **Rev. Estudos Históricos**, 1994, p. 8.

<sup>124</sup> CAPELATO, História Política. **Revista de Estudos Históricos**, 1996, p. 3.

vítima “à margem de uma história que produz exclusões e opressões”<sup>125</sup>. Essas reflexões, entretanto, não podem ser tomadas como exclusivas, uma excluindo a outra, pois corre-se o risco de incorrer em análises dicotômicas e superficiais, pouco contribuindo para a compreensão desse tão relevante autor para a historiografia nacional. “Talvez, no entrecruzamento dos olhares, possamos visualizar bons resultados”<sup>126</sup> (p. 3).

São freqüentes as análises ancoradas no modelo que trabalha as relações de dominação – no mundo econômico, político ou cultural -, a partir de premissas de que o dominante é capaz de controlar e anular o dominado, tornando-o uma expressão ou reflexo do dominador.

De modo muito sutil Reis reconhecesse, durante o contexto de lutas sociais, uma sociedade polissêmica e algumas vezes imprevisível. Evidentemente, ele não identifica as classes sociais no seu “fazer-se”, no entanto não encontra dificuldade em analisar a multiplicidade e complexidade dos diversos segmentos sociais e econômicos em movimento durante os contextos sociais destacados pelo autor que comporão, ao final, a história política brasileira.

Defensor de uma marca identitária para a Amazônia, a historiografia dos movimentos sociais de Arthur Reis pretende, em última instância, incorporar a história regional ao contexto da história brasileira, fundamentando, a partir dessa história comum a todos, a distinção da nossa nacionalidade. Atenta a estas preocupações é importante saber por que Arthur Reis privilegiou determinados movimentos sociais em detrimentos de outros, permitindo uma melhor compreensão da cultura política do passado.

Ao abordar a temática de movimentos sociais, Reis utiliza categorias bastante polêmicas, algumas externando ranços de uma época e de um mundo, pois ele não era indiferente ao seu tempo, interagindo com ele tendo a convicção de estar contribuindo para a construção da sociedade, podendo ser verificado isso através da postura assumida nas várias instituições das quais participou, cuja atuação caracterizou-se pela adoção de modelos administrativos inovadores. Bastante criterioso com as medidas adotadas, buscava muitas vezes, fazer investigações através de estudos técnicos, para a partir do conhecimento sistematizado dos problemas locais apontar o caminho a ser trilhado, sempre coerente com o seu compromisso com a modernidade. Assim ele guarda uma

---

<sup>125</sup> Ibidem, p. 2

<sup>126</sup> Ibidem, p. 3

coerência no seu discurso historiográfico, falando com a voz do seu tempo e fundamentação histórica, e a seu modo e de acordo com seu ponto de vista, as transformações necessárias à sociedade amazônica.

Não é possível “afastar a possibilidade de generalizações e formalizações dos processos sociais”<sup>127</sup> nas abordagens de Arthur Reis sobre os movimentos sociais. O autor não entra na trama dos movimentos esclarecendo os anseios e desejos de todos os segmentos envolvidos, consciente ou inconscientemente, privilegia a fala e as aspirações, quase sempre justas, do poder dominante. “Com isso, a análise dos processos sociais [não] se abre à intervenção dos atores [seletivamente excluídos]...”<sup>128</sup>.

Utilizando conceitos, até certo ponto do senso comum afasta a possibilidades de compreensão desses movimentos como sendo “sempre históricos, isto é, datados e localizados no tempo e espaço, não podendo ser bem compreendidos a não ser pela inclusão de uma dimensão ‘interna’. Vale dizer, pela inclusão das idéias e ações daqueles diretamente envolvidos, o que não permitiria esquemas ou verdades preestabelecidas”<sup>129</sup>.

Escapa ao autor a compreensão que

... entre seres humanos, não há controles absolutos e ‘coisificação’ de pessoas, e que, nas relações de dominação, os dominantes não ‘anulam’ os dominados, ainda que haja extremo desequilíbrio de forças entre os dois lados. Do ponto de vista empírico, a assertiva traz para a cena histórica, além de um sem-número de idéias e ações dos dominantes, outro sem-número de idéias e ações dos dominados, até então sequer imaginadas como possíveis. Tudo isso articulando em campos de análise que guardam independência relativa entre si, bem como profundas conexões e influências *mútuas*.<sup>130</sup>

Assim, todas as reflexões feitas até aqui só foram possíveis através da utilização desses novos aportes teórico-metodológicos, reconstruindo de que forma Arthur Cezar Ferreira Reis representou as trajetórias histórias do diversos movimentos sociais ocorridos na Amazônia abordados em sua obra, identificando como o autor analisa, a partir de suas postulações teórico-metodológicas, a participação dos diferentes sujeitos

<sup>127</sup> GOMES, Flávio. Em outras margens: escravidão africana, fronteiras e etnicidade na Amazônia. In: PRIORE, Mary; GOMES, Flávio, (Orgs.) **Os Senhores dos rios: Amazônia, histórias e margens**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2003, p. 24.

<sup>128</sup> Ibidem.

<sup>129</sup> Ibidem.

<sup>130</sup> Ibidem.

sociais, seus respectivos valores, comportamentos e *significações históricas* fora e no interior do movimento.

Os movimentos sociais analisados por Arthur Reis demonstram “as formas de exibição do ser social ou do poder político tais como as revelam signos e *performances* simbólicas através da imagem, do rito político ou daquilo que Max Weber chamava de *estilização da vida*”<sup>131</sup>.

Reis privilegiou situações, movimentos, acontecimentos, atores, etc., em detrimento de outros, restando ainda investigar, no transcurso deste estudo, o que ele conscientemente evitou. Sem, entretanto, deixar de situá-lo historicamente, sob pena incorrerem em riscos de anacronismo, não esquecendo, entretanto, de situá-lo, nas palavras de Burke, como um *guardião* “dos segredos da memória social”<sup>132</sup> da Amazônia.

Os heróis ou os bandidos construídos por Reis são acionados, rememorados ou legados ao esquecimento pela coletividade, variando de “um grupo para outro” e de uma época para outra. Ainda tomando Peter Burke “As memórias são maleáveis, e é necessário compreender como são concretizadas, e por quem, assim como os limites dessa maleabilidade”<sup>133</sup>.

As atitudes frente a determinados grupos sociais ou étnicos, por exemplo, podem ter sua origem em construções históricas inscritas na “memória coletiva” de uma dada sociedade. No Amazonas, ainda nos dias atuais é cultivada uma postura de resistência em relação aos paraenses, manifestadas através de diferentes mecanismos. Coincidentemente, a historiografia de Reis é marcada pela defesa de posturas autonomistas em relação ao Pará. O 5 de Setembro, como visto anteriormente, é data cívica regional mais importante e conseqüentemente, a mais comemorada no Amazonas. Anualmente, a resistência à dominação paraense é oficial e coletivamente comemorada. Ainda retomando apropriadamente Burke “Esses rituais são reencenações do passado, atos de memória, mas também tentativas de impor interpretações do passado, formar a memória, e assim construir a identidade social. São, em todos os sentidos, representações coletivas”<sup>134</sup>.

---

<sup>131</sup> CHARTIER, In: **Rev. Estudos Históricos**, 1994, p. 8.

<sup>132</sup> BURKE, **Variedades de História Cultural**, 2000, p. 89.

<sup>133</sup> *Ibidem*, p.73.

<sup>134</sup> *Ibidem*, p. 75.



O artigo de Mário Ypiranga<sup>135</sup> sobre o monumento em homenagem a abertura do rio Amazonas à navegação é exemplo de transmissão da memória da autonomia provinciana com inegável inspiração na historiografia de Arthur Reis.

Os livros de história sobre o Amazonas de Arthur Reis, e aqueles por ele inspirados, são os mais lidos neste Estado. Desta forma, sua visão de mundo, mesmo que inconscientemente, vem servindo de filtro para grande parte da coletividade perceber o seu mundo também. É possível dizer que o Amazonas vê o passado através dos olhos de Reis. Assim, torna-se oportuno questionar como Reis cria os heróis populares ou aqueles agentes de movimentos populares relegados ao esquecimento, resgatando a historiografia de Reis como um significado simbólico.

A historiografia que estava empenhada na construção da nacionalidade omite a grande repressão perpetrada por esses líderes contra os segmentos que continuavam em luta. Importante análise sobre historiografia de um dos movimentos sociais que compõe a Cabanagem na Amazônia é elaborada por Luís B. Pinheiro<sup>136</sup>.

Para construção de um mito é necessário enquadrá-lo em algum estereótipo vigente de herói ou vilão e “muitas vezes lhes atribui qualidades das quais não existem quaisquer provas de que sequer as possuem”<sup>137</sup>.

É necessário também levar em conta que no processo de construção do mito é necessário haver uma recepção para este processo ser concretizado, pois “é igualmente necessário levar em conta as funções ou usos da memória social”<sup>138</sup>. A memória deve ser vista como construção seletiva do passado.

A produção de Reis não pode deixar de ser considerada uma obra instrumentalizada. As suas ações tornaram claro seu empenho com os caminhos da Amazônia, assim a sua contribuição para construção de uma memória social se justifica “sobre a legitimação de ações no presente com referência ao passado”<sup>139</sup>.

Reis utiliza uma das fórmulas infalíveis para a criação de heróis. Reforçar o quadro de decadência, crise, aumento de impostos e de preços, escassez que sucedeu no Amazonas após a administração de Lobo d’Almada e Eduardo Ribeiro, por exemplo.

<sup>135</sup> MONTEIRO, Mário Ypiranga. **História do monumento da Praça de São Sebastião**. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1972.

<sup>136</sup> PINHEIRO, L.B. S. P. **Visões da Cabanagem – Uma revolta popular e suas representações na historiografia**. Manaus: Editora Valer, 2001.

<sup>137</sup> BURKE, **Variedades de História Cultural**, 2000, p. 79.

<sup>138</sup> Ibidem, p. 80.

<sup>139</sup> Ibidem, p. 81.

As ações dos diferentes sujeitos sociais inseridos nos diversos movimentos serão identificadas a partir e através de minha leitura (representação) a cerca dos eventos representados na obra de Arthur César Ferreira Reis para se tecer uma compreensão de *“como as idéias significam, se articulam umas às outras, são transmitidas ou recebidas”, tudo isto no âmbito de um processo mais geral que é o da ‘produção de sentido’*<sup>140</sup>.

Arthur Reis, de alguma forma, e de acordo com as limitações de seus aportes teóricos teceu “as tramas mais complexas e nuançadas das lutas políticas”<sup>141</sup>. Assim, é ‘identificado no autor que o “povo” é apresentado, no contexto de participação popular como vítima “à margem de uma história que produz exclusões e opressões”<sup>142</sup>, um grande pessimismo, que “não vê possibilidades de mudanças”<sup>143</sup>, enquadrando a população naquilo que chamavam de “cidadania outorgada” ou “cidadania excludente”. Essas reflexões, entretanto, não podem ser tomadas como exclusivas, uma excluindo a outra, pois se corre o risco de incorrer em análises dicotômicas e superficiais, pouco contribuindo para a compreensão desse tão relevante autor para a historiografia nacional. Atenta a estas preocupações é importante destacar que Arthur Reis privilegiou determinados movimentos sociais em detrimentos de outros. Seus referenciais de análise se mostraram inadequados para a compreensão dos novos fenômenos. A visão de uma sociedade civil polissêmica e imprevisível sugeriu a necessidade de novas categorias para se pensar o processo democrático.

Ele, no entanto, não encontra dificuldade em analisar a multiplicidade e complexidade dos diversos segmentos sociais e econômicos em movimento durante os contextos sociais destacados em sua história política brasileira. “O tema da participação política é chave para a compreensão da história brasileira. Visto pela perspectiva da longa duração, pode contribuir para esclarecer muitas outras coordenadas dessa história, permitindo melhor compreensão da cultura política do passado...”<sup>144</sup>.

Defensor de uma marca identitária para a Amazônia, a historiografia de Arthur Reis pretende, em última instância, incorporar a história regional ao contexto da história

---

<sup>140</sup> KRIEGER apud FALCON, Francisco. “História das Idéias”. In: CARDOSO, Ciro F.; VAIFANS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**, 1997, p. 94.

<sup>141</sup> Ibidem, p. 2.

<sup>142</sup> Ibidem.

<sup>143</sup> Ibidem, p. 3.

<sup>144</sup> Ibidem, p. 5.

brasileira, fundamentando, a partir dessa história comum a todos a distinção da nossa nacionalidade.

Quanto aos movimentos sociais, Reis utiliza categorias bastante polêmicas, algumas externando ranços de uma época e de um mundo. Ele não era indiferente ao seu tempo, interagiu com ele e dele tinha convicção. Apesar da pretendida objetividade positivista, Reis ao fazer sua opção social, faz também sua opção teórica, produzindo, assim, uma história elitista.

## 2.2 Movimentos autonomistas do Amazonas

Os “movimentos autonomistas” devem ser compreendidos, a partir da historiografia de Arthur Reis como processos originados de demandas das camadas dominantes, percorrendo um longo e sistemático processo de reivindicações, que ora são apropriados pelas camadas dominantes, a partir de situações surgidas no seio de conflitos sociais mais agudos, e ora o próprio movimento popular incorpora, como se fosse sua, essa demanda.

A Província do Amazonas criada em 1850, foi no período colonial, uma Capitania subordinada ao Grão-Pará, condição que se prolongou até 1823 quando esta divisão administrativa deixou de existir devido à independência do Brasil. A partir desse novo período a Capitania continuou sendo apenas uma Comarca, agora denominada de Alto Amazonas.

Os movimentos autonomistas foram uma série de situações político-sociais que envolveram os habitantes da Capitania de São José do Rio Negro, e posteriormente da Comarca do Alto Amazonas, em luta contra a subordinação político-administrativa em relação ao Pará.

Apesar de Arthur Reis não conferir a esses processos um caráter de movimento social, constrói uma narrativa<sup>145</sup> situada no campo da história política, que não é,

---

<sup>145</sup> Os movimentos autonomistas serão analisados a partir da principal obra historiográfica de Arthur Reis que é **História do Amazonas** (1931), sendo utilizados também, outras obras referenciais fundamentais para a compreensão crítica do assunto, tais como a **Súmula de História do Amazonas: roteiro para professores e A autonomia do Amazonas** (ambas de 1965) onde constam o que o autor considera fundamental sobre o tema, além do artigo **A explosão cívica de Manaus** (1932) que aborda com particularidade um dos eventos mais significativos desse processo.

entretanto, uma simples descrição de fatos seqüenciais, pois está repleta de impressões pessoais, construções ideológicas e análises que remetem até mesmo a reflexões críticas, sem deixar de ser uma historiografia conservadora.

Estes movimentos são narrados com a voz do poder e a partir dos documentos produzidos pelas pessoas do poder. No seu livro “A autonomia do Amazonas” (1965), relaciona uma série desses documentos que, segundo Reis servirá para conferir “autenticidade”<sup>146</sup> à sua história. Apesar desses movimentos não possuírem uma feição popular, e somente em alguns momentos assumirem esta característica, não perdem o caráter de movimento.

Um dos aspectos dos processos de modernização conservadora ou de modernização desencadeada inicialmente no plano político é o da mudança empreendida a partir de governantes e de grupos sociais que detêm o poder e a capacidade de tomar iniciativas em nome do conjunto da população, quando esta não manifesta essa vontade ou não tem oportunidade para tal.

Os processos de mudança que envolvem a modernização tem sua origem, em grande parte, em iniciativas das elites que se apresentam como representando os interesses nacionais, regionais e da população.

Exemplos conhecidos são os movimentos abolicionistas, pela república e “autonomista”, que não se sustentaram em movimentos sociais de feição revolucionária ou “jacobina”, mas em campanhas promovidas por regimentos oriundos das elites e grupos a elas de algum modo ligado.

Arthur Reis identifica manifestações autonomistas em várias situações históricas, tais como as enumeradas por ele, ocorridas em 1797, 1818, 1826, 1832, 1839, 1843, 1839 e 1850, narradas como movimentos episódicos, devendo, no entanto, ser entendidas como resultado de processo que guardam relações e conexões entre si.

A partir de Reis é possível também perceber os propósitos de autonomia em diversos níveis. Capitania do Rio Negro em relação ao Pará, Manaus em reação a Serpa e Barcelos, além de outros “lugares” que, conjuntamente com o apoio que se manifesta pela autonomia do Rio Negro, incluíam seu desejo de possuir uma Câmara, instituição fundamental para expressar tal autonomia e dar celeridade à solução de problemas

---

<sup>146</sup> REIS, A. C. F. Texto extraído do capítulo “As razões geopolíticas do Cinco de Setembro” do livro **A autonomia do Amazonas**, 1965, p. 11.

locais. No final do período colonial e da época imperial, ele registra também, a existência de grupos em defesa de melhoria de status do Grão-Pará e insatisfeitos diante desses regimes.

Expõe as condições econômicas do período sem, no entanto, relacioná-las aos processos históricos que envolvem diretamente as questões de autonomia. A situação de crise crônica da economia vivida na região aparece apenas como pano de fundo de um cenário que poderia ser modificado a qualquer momento por obra e ação de um administrador mais empenhado. Estabelece assim, como requisito de primeira ordem ao “progresso” regional e como o meio principal de evitar levantes regionais provocados por insatisfação econômica, a “consolidação” e manutenção do domínio territorial. A administração deveria ser forte e eficiente, e nada mais estimulante que uma elite *amazonense*<sup>147</sup> no poder para defender seus próprios interesses. O que parece indicar que, a crise da economia não estava ligada ao modelo colonial instalado, e sim à política imobilista imposta pelos governantes paraenses aos amazonenses.

A autonomia do Amazonas e seu conseqüente desenvolvimento econômico era condição imprescindível para a construção de uma identidade regional de ascendência portuguesa, conferindo segurança aos domínios territoriais, efetivada através de demarcação de fronteiras. O título do capítulo IV denominado “A consolidação do domínio e a consciência de autonomia”<sup>148</sup> sugere esta compreensão.

Tese parecida foi utilizada para justificar a independência do Brasil como requisito do fortalecimento de uma camada de proprietários brasileiros, que levariam ao desenvolvimento nacional. Reis adapta para o Amazonas as análises correntes entre os historiadores do país.

Povo e território são, segundo essa compreensão, requisitos constitutivos de uma nação. A autonomia asseguraria uma marca identitária aos amazonenses e a definição de um território específico, potencializava esta região como brasileira (no futuro). Essa idéia

---

<sup>147</sup> Expressão, anacrônica, bastante utilizada pelo autor, mas ainda não utilizada naquele momento, será construída a partir da atuação de maior dinâmica da Comarca do Alto Amazonas, exigida à época da Cabanagem.

<sup>148</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Súmula de História do Amazonas**: roteiro para professores. Manaus: Edições governo do Estado do Amazonas, Série Monteiro de Souza, vol II, 1965, p. 39. As informações contidas nesta obra não seguem uma ordem cronológica, contribuindo para conclusões anacrônicas.

é tão importante que Arthur Reis considera a criação da Capitania de São José do Rio Negro, em 3 de março de 1755, como a “raiz histórica do Estado do Amazonas”<sup>149</sup>.

A construção deste capítulo “A consolidação do domínio e a consciência de autonomia”, envolvendo dois grandes temas, não é casual e deve ser interpretada mais detidamente. Primeiro, Portugal ocupa a Amazônia, depois, demarca o território, assegurando-o legalmente através de tratados internacionais, conferindo também à ousadia da ocupação dos sertanistas, partidários da Coroa portuguesa, um caráter de legalidade. Ele foi construído, portanto, obedecendo a uma lógica racional, seguindo uma seqüência que conferiria legitimidade tanto à posse do território, quanto às reivindicações de autonomia do Amazonas.

Assegurados os direitos dos portugueses às terras da Amazônia, em 1750, a criação da Capitania de São José do Rio Negro em 1755, era um significativo passo, segundo essa compreensão, da definição de uma territorialidade específica para os “amazonenses”.

Para Reis “A criação da Capitania de São José do Rio Negro decorreu de razões políticas, devidamente consideradas em Portugal”<sup>150</sup>, entretanto, a Província, que significava o tão desejado sonho de autonomia, foi resultado de muita pressão interna, percorrendo diferentes momentos, circunstâncias e características sendo, de modo geral, seus participantes chamados de “patriotas”. “A idéia de que a subordinação ao Pará é que entravava o rendimento do trabalho na Capitania, foi, porém, aos poucos, tomando proporções”<sup>151</sup>.

Na apresentação do seu livro “A autonomia do Amazonas” Arthur Reis já afirmava que este ideal “... principiou quando, na Capitania de São José do Rio Negro, os próprios governantes tomaram a iniciativa de propor o problema à consideração das autoridades maiores no Reino”<sup>152</sup>. Assim, as primeiras atitudes que sinalizam para desejos autonomistas da região que futuramente será a Província do Amazonas serão, segundo ele, as medidas administrativas de Manoel da Gama Lobo d’Almada, que apesar de não se caracterizar como movimento social, nelas estiveram contidas os elementos fundantes de um território autônomo, pois

---

<sup>149</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>150</sup> Ibidem, p. 55.

<sup>151</sup> Ibidem.

<sup>152</sup> REIS, **A autonomia do Amazonas**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas. Série Alberto Torres, vol. II, 1965, p. 9.

Lobo d'Almada, [...] externou, a 2 de agosto de 1797, suas conclusões [...]. Pelo que sugeria, com a aplicação do regimento decretado para o Grão-Pará, dada a similitude das duas unidades, poderes amplos ao governador do Rio Negro, passo inicial para uma libertação da Capitania. Subordinada ao Grão-Pará, aos caprichos dos homens públicos de Belém, o Rio Negro tinha necessidade de autonomia para progredir. Os resultados para a própria fazenda real, seguros, beneficiada como seria ela com o aumento das rendas. A imensidade da Capitania, a garantia de seus extremos fronteiros, o raiar da civilização que tardava tanto ali, outros argumentos invocados, não pareciam suficientes?<sup>153</sup>

Lobo d'Almada, destacou-se como aquele que, segundo Reis “imaginara ampliar a Amazônia portuguesa apoderando-se do Marañon e do Cassiquiari”<sup>154</sup>. Além das visíveis intenções expansionistas de Almada, o que garantiria o requisito essencial para a construção de uma nação, que era o território, ainda segundo Reis, esse administrador conseguiu demonstrar a possibilidade de desenvolvimento econômico racional aos moldes da modernidade, pois

Para Lobo d'Almada, sua Capitania era *sumamente rica*, pois *que encerra em si mesma os principais meios para ser um estabelecimento opulentíssimo*, carecendo apenas de vontade, de energias que tirassem da barbárie para transformá-la em *um País de prosperidade e riqueza como é capaz*<sup>155</sup>.

Evocando uma figura histórica para qualificar sua defesa pela autonomia do Amazonas em relação ao Pará, Reis conclui que “Lobo d'Almada advogava a autonomia do Amazonas com calor. Era a primeira voz que se levantava, enérgica e razoável, povoando o fundamento da providência, que só em 5 de setembro de 1850 seria materializada”<sup>156</sup>.

A articulação positivista da narrativa compromete a qualidade do tema, pois a disposição das informações em conteúdos compartimentados, não permite uma contextualização do problema nos seus aspectos sociais e econômicos, empobrecendo a descrição política desses movimentos autonomistas. Eles são tratados como uma luta de um grande bloco homogêneo, composto pela Capitania do Alto Rio Negro, contra o Pará, não percorrendo as nuances que conferem distinções aos vários grupos existentes no

<sup>153</sup> REIS, A. C. F. **Lobo d'Almada – Um estadista colonial**. Manaus: Academia Amazonense de Letras, Prefeitura Municipal de Manaus, Editora Valer, 2006, p. 51. 1. ed., 1939.

<sup>154</sup> REIS, **Súmula**, 1965, p. 43.

<sup>155</sup> REIS, A. C. F. 2006, Lobo d'Almada, p. 43. As palavras em itálico correspondem às expressões originais de d'Almada transcritas pelo autor.

<sup>156</sup> REIS, **Lobo d'Almada**, 2006, p. 52.

interior das camadas dominantes, tanto do Amazonas quanto das elites provincianas instaladas em Belém.

Cabe ressaltar que na época colonial a região Amazônica, apesar da quase inexistente relação econômica com o Brasil, teve sua economia severamente atacada com os grandes gastos da Corte portuguesa depois que veio para cá, além da grave crise do preço do açúcar no mercado nacional. Pinheiro assim se refere a este período:

Com efeito, o peso fiscal aumentou sobremaneira, a ponto de os comerciantes de Belém terem que desembolsar 70:000\$0000 réis no ano de 1820, apenas para pagar os impostos de exportação, o que representava para o contexto paraense, uma soma bastante elevada (SPIX; MARTIUS, 1981, p. 32). No interior amazônico, os Governadores da Capitania do Rio Negro também se esmeraram em implementar medidas fiscais onerosas. Durante a administração de José Joaquim Vitória da Costa (1806-1818), foram criados 'impostos escorchantes, desanimando as tentativas agrícolas (REIS, 1989, p. 150).<sup>157</sup>

A Capitania de São José do Rio Negro não estava isolada das propagandas das novas idéias que tanto incomodavam aos dirigentes portugueses<sup>158</sup>, e alentavam desejos de controle direto da máquina pública, em benefício de uma camada de *proprietários*<sup>159</sup> nascidos na região, ou de excluídos do poder.

As idéias, manifestadamente de postura crítica, não exclusivamente em reação à subordinação ao Pará, mas às próprias condições econômicas, que afetavam a vida social, dos aventureiros ou moradores de São José do Rio Negro, eram cuidadosamente reprimidas pelas autoridades como se vê nas instruções recebidas por Manoel Joaquim do Paço, assim expostas:

2º. Por nenhum modo Vmce. Consinta as mais pequenas relações dos Povos daquela Capitania com os das Províncias insurgidas espanholas, empregando todos os meios que lhe forem possíveis para cortar toda a comunicação que possa haver entre ele [...].

3º. É especialmente necessário que Vmce. Tenha as mais exatas notícias e informações do progresso do espírito revolucionário nos países limítrofes da Capitania, da força armada que tem naquelas fronteiras, movimentos, e direções dos Corpos, e das disposições hostis ou pacíficas a nosso respeito [...]

<sup>157</sup> PINHEIRO, L. B. S. P. **Nos subterrâneos da revolta: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem**. Tese de doutorado, São Paulo: PUC, 1998, p. 106.

<sup>158</sup> REIS, A. C. F. **Portugueses e brasileiros na Guiana Francesa**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1953.

<sup>159</sup> Conceito trabalhado por PINHEIRO, L. B. S. P. 1998.



para conter em respeito os mesmos insurgentes ou para os repelir no caso de agressão [...].<sup>160</sup>

### 2.2.1 “A explosão cívica de 1832”<sup>161</sup>

Em 1832 ocorreu, em Manaus, o movimento de maior significação histórica em defesa da autonomia do Amazonas, denominado por Arthur Reis como “a explosão cívica de 1832” ou “o gesto marcial da abrilada”.

Escrita de cima, “a explosão cívica de 1832” é uma detalhada e rica descrição de um dos acontecimentos mais significativos ocorrido na Amazônia. De maneira episódica, isolada da grande convulsão social que estava em curso nesta região, que era a Cabanagem, Reis, mesmo sem ter essa pretensão, oferece, pistas e sinais para uma compreensão mais complexa deste acontecimento.

Apesar de demonstrar, através de esparsas referências, a situação de crise na qual vivia a Capitania, Reis não a contextualiza adequadamente, remetendo, muitas vezes o problema a uma situação de intrigas ou interesses pessoais ou de pequenos grupos, sem identificar os mais diferenciados componentes e seus mais variados interesses. Os dois blocos antagônicos identificados são os amazonenses e paraenses, sendo que o elemento português aparece, quase sempre, como agente ou defensor dos interesses paraenses.

Desde 1806, do início do governo de José Joaquim Vitório da Costa, Reis registra conflito do administrador com seus subordinados, numa franca crise de poder. Muitas vezes eram críticas ao modo privatizante de gerir a máquina pública, praticada por vários governadores, merecendo oposição tanto da população quanto do Ouvidor, e como denúncia, assinavam atas e listas da Comarca enviadas às autoridades, seja de Belém ou do governo monárquico<sup>162</sup>.

Durante o governo do Coronel Manoel Joaquim do Paço (1818 – 1823), Reis também registra forte oposição da população contra a atitude “monopolizador[a] das

---

<sup>160</sup> Códice 628 do Arquivo Público do Pará. Ofícios extraídos do Livro do 1. e 2. registros da secretaria particular do Ilmo. e Exmo. Sr. Conde de Vila Flor, 1817. Retirado de SOUZA, Márcio. **Breve História do Amazonas**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

<sup>161</sup> REIS, A. C. F. **A explosão cívica de 1832**. Manaus: IGHA, 2006. Este artigo teve sua primeira edição em 1932, como parte das comemorações de 100 anos do ‘12 de abril de 1832’.

<sup>162</sup> REIS, **História do Amazonas**, p. 150; REIS, **Lobo d’Almada**, 2006, p. 52, pp. 11-12.

drogas e frutos do Purus”<sup>163</sup> praticada pelo governador. Oportunista, este governador canaliza o “grande anseio pela autonomia do Rio Negro” em seu favor, propondo a D. João VI, numa manobra política, a autonomia desta Capitania, contanto que ele permanecesse no cargo de governador. Segundo Reis, esta proposta foi aceita pelos “amazonenses”, com apoio formalizado pelas Câmaras de Silves, Vila Nova da Rainha e Barcelos, incluindo assinatura de moradores. Cabe ressaltar, que estas ações foram movidas como reflexo da Revolução Liberal do Porto, oficializada em 1821 em Belém, e a adoção, através de ação mobilizadora, de idéias constitucionalistas para limitar os poderes do imperador português. A proposta de Paço não foi atendida e o “estouro constitucionalista de Felipe Patroni”<sup>164</sup>, influenciou a nova postura de São José do Rio Negro, pois “A Capitania, já em hostilidades ao governador Paço, recebe com expansões de alegria, com exaltação mesmo, a nova reivindicadora. Formaram-se Juntas governativas”<sup>165</sup>.

Com a deposição do último governador da Capitania de São José do Rio Negro, a Comarca do Rio Negro, com jurisdição nas áreas da extinta Capitania, ficou sendo governada, de 1823 a 1825 por Juntas governativas e até 1828 por uma Câmara Municipal localizada em Manaus, todas elas usufruindo de bastante autonomia, colocando em prática, as chamadas “aspirações políticas” dos amazonenses. Esta situação provocou uma reação do governo paraense, que enviou um comandante militar, com bastante poder para reverter esta situação.

Sobre este modelo administrativo inaugurado na Comarca do Rio Negro, após sua adesão ao Império Brasileiro, Reis oferece pistas de que a ameaçadora mobilização continuava, através do seguinte texto: “... A Junta, que, em última análise, representava a aspiração autonomista do Amazonas. [...] É que se falara em que a Junta se dispunha a promover uma **revolução**”<sup>166</sup>. E continua dizendo que substituída a Junta, o próprio presidente do Pará, José Felix Pereira de Burgos escreve para o Ministro do Império “... sugerindo, porém, que a solução seria a nomeação de um presidente subordinado ao Pará, mas com bastante força para conduzir o Amazonas a uma futura autonomia total”<sup>167</sup>.

---

<sup>163</sup> Ibidem, 1989, p. 151.

<sup>164</sup> Ibidem, 2006, p 12.

<sup>165</sup> Ibidem.

<sup>166</sup> REIS, **Súmula**, 1965, p. 46.

<sup>167</sup> Ibidem, p. 46-47.

A questão da autonomia também perpassa, seguindo o roteiro da História Política de Reis, pelo processo de independência do Brasil. Após essa independência em relação a Portugal em 1822 ocorrem várias manifestações de reação, segundo Reis, contrárias ao novo regime composto exclusivamente por brasileiros, pelo menos inicialmente. “Amazonas, nessa fase, permaneceu fiel a Portugal, deixando de considerar as proclamações emanadas do príncipe D. Pedro”<sup>168</sup>. Durante este processo, a participação dos amazonenses, agora ao lado do Império, continha a preocupação se suas intenções autonomistas seriam atendidas. A adesão do Amazonas ao Império brasileiro, em 9 de novembro de 1823, ocorre, segundo Reis, apresentando-se também com incertezas em relação à manutenção de sua autonomia:

A situação política que a Amazônia passou a viver desde esse momento exigiu, de seus homens públicos, decisões drásticas, atitudes decisivas. Levantando-se o Tocantins e o Baixo Amazonas contra o governo de Belém, organizou-se em Santarém uma Junta militar para resistir à **revolução**. O Amazonas fez, na oportunidade, o seu grande aparecimento no palco político enviando forças e recursos variados a Santarém, desse modo cooperando para o êxito das armas legais. Mas o seu grande problema era o de sua manutenção na condição autônoma. Seria conservada ou voltaria ao Pará? À nomeação de presidentes para as Províncias, o Amazonas não foi contemplado. A Junta do governo, no entanto, nem por isso entendeu que tivesse findado o seu mandato. E prosseguiu na direção política da região, em correspondência com o governo do Pará, de seu lado, nenhuma restrição opunha à situação. (REIS, 1965, Súmula, p. 45).

O que Arthur Reis não percebia, no seu limitado universo das intrigas políticas é que:

O acompanhamento dessas tensões sugere que a efervescência política presente entre as facções intra-coloniais tinha bases sólidas, não sendo, portanto, meros reflexos das contradições que em Portugal levaram ao ‘Pronunciamento do Porto’ em 1820; nem das que, no Brasil, foram responsáveis pela emergência de uma ‘consciência nacional’ em 1822. Ou seja, essas contradições eram a materialização mais efetiva e eficiente de uma postura política que ganhava vigor na exata proporção em que segmentos sociais dominantes iam adquirindo densidade numérica e qualitativa, diferenciando-se uns dos outros através de níveis distintos de acumulação e ostentação.<sup>169</sup>

<sup>168</sup> Ibidem, p. 45.

<sup>169</sup> PINHEIRO, **Nos subterrâneos da revolta – trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem**, 1998, p. 102.

O movimento que culminará com a proclamação da Província do Amazonas em 1832 ocorre durante a administração do Ouvidor Manoel Bernardino de Souza e Figueiredo, que mesmo após sua nomeação e posse, em 1827, a Câmara de Manaus continuava, com a conivência desta autoridade, com muitos poderes. Esta situação é modificada com a chegada do comandante militar Coronel Felipe Reis, provocando uma onda de insatisfação em diversos segmentos da sociedade. A elite do Alto Amazonas teve seus poderes diminuídos e o recrutamento militar de “voluntários” para compor o exército, gerou grande reação, provocada pelos “militares encarregados do serviço, num abuso perigoso, excederem-se”<sup>170</sup>.

É destacado como elemento que reforça essas posturas de contestação, as propagandas realizadas por prisioneiros políticos que passaram pelo Alto Amazonas, análise inspirada nos “Motins Políticos” de Domingos Rayol<sup>171</sup>. Reis assim percebe os sentidos do rumo que tomavam as ações dos grupos ali mencionados:

Agentes dos grupos em choque andaram a semear intrigas, a preparar o ambiente no Logar da Barra. Não entre o povo, indiferente e com a idéia única de autonomia. Não, ainda, no seio das autoridades, que não se mostravam simpáticas ou se não queriam mostrar simpáticas a este ou aquele grupo. Mas entre a soldadesca, excitada com os exemplos que vinham de fora, de todos os cantos do Império...<sup>172</sup>.

Agora, além da constante insatisfação da elite amazonense, um outro grande e totalmente excluído segmento social também manifesta contrariedade, isto é, uma numerosa camada de índios, recrutada à força para lutarem por causas estranhas aos seus interesses, com o agravante de não receberem o necessário para a sobrevivência, “E o resultado foi que, a 12 de abril de 1832, num gesto de desespero, a guarnição levantou-se. Felipe dos Reis foi morto pela soldadesca, Zany, escapando à mesma sorte, conseguiu fugir”<sup>173</sup>. “À frente dela, o soldado Joaquim Pedro da Silva. Os presos soltos, artilharia nos cantos das ruas, o trem de guerra em mãos dos insurretos. [...] A **desordem** tomou proporções”<sup>174</sup>. Este primeiro momento foi marcado por um caráter mais popular, liderado por militares de baixa patente, sua quase totalidade composta por índios,

---

<sup>170</sup> REIS, A. C. F. **A explosão cívica de 1832**. Manaus: IGHA, 2006. (1ª edição em 1932), p. 16.

<sup>171</sup> *Ibidem*, p. 20.

<sup>172</sup> *Ibidem*.

<sup>173</sup> REIS, **Súmula**, 1965, p. 47.

<sup>174</sup> REIS, *op. cit.*, 2006, p. 21.

fugindo ao controle de todos, pois eles se tornaram ameaças, segundo Reis, aos brancos, portugueses ou descendentes residentes na Comarca, assim descrevendo:

Depois, no furor do momento, os rebelados atiraram-se às ruas. Durante toda a noite, apavorando a população, a artilharia em funcionamento. As autoridades que entenderam acalmar os levantados, não lograram resultado mesmo porque muitos desistiram, receosos de um fim trágico. [...] O que ocorreu dahi em diante, até junho, ainda não está esclarecido. Sabe-se, pelas informações colhidas por viajantes e cronistas, que a população branca do Lugar deixou-o, receosa...<sup>175</sup>.

E apenas,

A 22 de junho foi proclamada a elevação do Amazonas à condição de Província, sendo proclamado seu primeiro presidente o Ouvidor Manuel Bernardino. E ao Rio de Janeiro, para advogar, perante S. Majestade, aprovação à atitude assumida, foi enviado, via Mato Grosso, o religioso Frei José dos Santos Inocente<sup>176</sup>.

Neste momento em que a elite de São José do Rio Negro assume o controle do movimento, e conseqüentemente da Capitania, adotando a oportunista bandeira da autonomia, única que tinha o poder de unificar interesses da camada de proprietários do Amazonas, representa uma contra reação aos rebelados, atribuindo outro caráter ao “12 de abril”, assumindo agora, um sentido meramente reformista, “dentro da ordem”.

Mesmo assim, esse movimento, em tempos de crises generalizadas por toda região, não tem seus interesses atendidos, sendo severamente reprimido, apesar de que

[...] Conselho do Governo, em Belém, por proposta de Batista Campos, sugeriu que nenhuma ação militar fosse iniciada contra os **revolucionários**. O presidente Machado de Oliveira não concordou, enviando uma expedição punitiva sob o comando do tenente-coronel Domingos Simões da Cunha Baiana, que atacou as posições ocupadas pelos **rebeldes**, nas Lages, venceu-os, apoderando-se, por fim, de Manaus e pondo fim à novel Província<sup>177</sup>.

Apesar de derrotados a mobilização dos *amazonenses* ainda era suficiente para impor a saída do militar que comandou a derrota das pretensões autonomistas de 1832 do Amazonas, extinguindo o governo da efêmera Província do Amazonas.

<sup>175</sup> REIS, op. cit., 2006, p. 21.

<sup>176</sup> REIS, **Súmula**, 1965, p. 47.

<sup>177</sup> *Ibidem*, p. 48.

Sua leitura histórica condescendente com algumas personagens do poder não deixa Reis, reconhecer, por exemplo, que esta “explosão cívica de 1832” ocorrida em Manaus revelou a fragilidade de um dos segmentos da Cabanagem, a camada dos “proprietários”, representada por Batista Campos, considerado pela historiografia de Reis como um ilustre líder cabano. O levante militar, de caráter mais popular e incorporado como luta autonomista do Amazonas contribui para a queda de Batista Campos do poder. Décio Freitas contribui para uma melhor compreensão, esclarecendo que

No ano de 1832, preside a província o coronel Machado de Oliveira. Ele liberta os presos políticos, autoriza o regresso dos desterrados, entre eles Batista Campos. Durante o desterro, o padre percorreu as principais vilas do Alto e Baixo Amazonas, que o reconheceram como autoridade legítima, dada sua condição de vice-presidente. Mas Batista Campos perde o controle do movimento quando eclode na Barra um levante militar autonomista, comandado por um soldado que desliga do Pará a comarca de Rio Negro<sup>178</sup>.

Esta intensa mobilização ocorrida no Amazonas, conhecida como luta pela autonomia, além de provocar, pelo menos indiretamente, a saída de Batista Campos do governo faz refletir as diferenças e contradições existentes no amplo processo de crise social já em curso na Amazônia.

Reis descreve o apoio recebido de outras Câmaras, sugerindo que o movimento no Amazonas não foi um fato fortuito, sem repercussão, ou apenas com repercussão política. Este apoio sugere envolvimento social, mesmo que através da manifestação de uma instituição política.

A grande repressão contra este movimento de 1832, a despeito de acabar, através de uma medida exemplar, os ânimos e qualquer forma de pretensões políticas, teve repercussões inversas, a partir dela, “Todavia, o preço dessa ação foi a consolidação de ressentimentos profundos e duradouros.”<sup>179</sup>

Este movimento de 1832 em Manaus, não pode ser entendido como fato isolado, nem quanto ao processo de luta por autonomia, nem como manifestação da grave crise social e econômica em que vivia a Comarca do Rio Negro. Na verdade, ele está inserido num contexto nacional de lutas que vinham, ou estavam se esboçando Império afora. O Código de Processo Criminal, criado em 1832 foi uma resposta a isto, e “O governo

---

<sup>178</sup> FREITAS, Décio. **A Miserável Revolução das classes infames**. Rio de Janeiro: Record, 2005. (p. 81)

<sup>179</sup> PINHEIRO, **Nos subterrâneos da revolta – trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem**, 1998, p. 118.

paraense, dando-se presa em executar o Código, pelo ato de 25 de junho de 1833 dividiu o território da Província em três comarcas...<sup>180</sup>, sendo criada a Comarca do Alto Amazonas. A experiência autonomista da Capitania de São José do Rio Negro e a necessidade de repressão de uma possível e iminente crise devido ao profundo clima de insatisfação na qual se encontrava a região, também são fatos que devem ser compreendidos em todas as suas possíveis implicações.

A estrutura judiciária imposta pelos portugueses às colônias da América, é tratada por Reis como exemplo de eficiência, tanto pela durabilidade, quanto pela capacidade de ter assegurado a posse dessas terras sob seu controle. A “formação judiciária” na Amazônia, antes de ter sido um instrumento para assegurar direitos e justiça, serviu de estratégia para garantir a ordem e a dominação. Assim, “O organismo judiciário, portuguez, conservou-se portuguez. As figuras que elle creou foram as mesmas sempre, aqui, alli, acolá”<sup>181</sup>.

Apesar de Arthur Reis oferecer todos os elementos necessários ao entendimento amplo deste tema, suas limitações teóricas, reforçadas principalmente por sua “visão” instrumentalista, deixam escapar, em suas análises, as críticas condições históricas em jogo naquele momento. Neste sentido, sobre o movimento de 1832 ele conclui que

As ocorrências trágicas de 12 de abril foram comunicadas ao Presidente da Província e às várias vilas da Comarca, e estas noticiando-se que o luzisuno, representado no coronel Reis, estava de vez extinto, prova a juntar-se na alegação de que o movimento tinha também o caráter nativista, que se encontra em todas as demonstrações cívicas da época, de luta aberta contra o elemento alienígena.<sup>182</sup>

Muito preso à dualidade da análise nativista, apesar de citar esporadicamente, não relaciona os diferentes corpos sociais e seus distintos interesses, deixando escapar o grande quadro da crise cabana que já estava em curso na Amazônia brasileira. Mas, a partir de suas informações percebe-se a configuração clara dos dois momentos vividos pelo movimento de 1832. O primeiro, sob a denominação de “o gesto marcial da abrilada” é marcado pelo caráter de maior radicalização, liderado pelos indígenas

<sup>180</sup> REIS, **História do Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989, p. 167.

<sup>181</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. Formação Judiciária. In.: **Revista do IGHA**, Ano III, Vol. III, N. 1 e 2, Manaus: Typographia Phenix, 1933, (pp 27 – 32), p. 27.

<sup>182</sup> REIS, **A explosão cívica de 1832**, 2006, p. 21.

incorporados ao exército, e já inserido no quadro geral da Cabanagem, sendo, este período denominado por Arthur Reis como de “desordem”<sup>183</sup>, contrastando com o segundo momento, denominado “explosão cívica”, quando a camada de proprietários, composta pelos “patriotas”, assume o poder, proclamando a Província, que serviu de freio ao rumo que estava tomando esta mobilização.

A falta de discussão, ou omissão, das relações de poder e das nuances que envolveram a problemática autonomista no Amazonas, não é privilégio de Arthur Reis. A ausência do acontecimento mais dinâmico sobre este tema, que foi a proclamação da Província do Amazonas em 1832, pode ser visto neste exemplo: “As reformas judiciárias de 1832-1833 paralisaram as discussões e, apenas em 1839, é que a idéia é retomada quando um novo projeto foi apresentado...”<sup>184</sup>.

### 2.2.2 “Afinal a Província”

Além do favorecimento ao progresso econômico, a autonomia do Amazonas, segundo Arthur Reis deveria ser compreendida a partir de uma necessidade de proteção das fronteiras nacionais, assim, para ele “A criação da Província do Amazonas deve ser explicada: a) pelo propósito governamental de satisfazer os anseios das populações do extremo-norte, que pulsavam pela autonomia; b) razões geopolíticas que ponderaram sobremaneira levando o governo imperial à decretação da providência, que vinha sendo postergada incessantemente”<sup>185</sup>, mais uma vez utilizando um tema da História Amazônica para compor o grande mosaico da História Nacional.

Apesar dele não relacionar a declaração de autonomia de 1832 do Amazonas como reflexo do movimento cabano, Reis identifica o ideal autonomista em outro momento da Cabanagem. Segundo ele,

No decorrer dessas jornadas de sangue, [...] Em meio a tudo o quanto ocorria, a idéia autonomista vicejava. Quando os rebeldes se apossaram, em 1836, de Manaus, uma das promessas que fizeram foi a de obter a elevação da Comarca

<sup>183</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>184</sup> SANTOS, Francisco J. dos; SAMPAIO, Patrícia Maria Melo (Orgs.). **Estado do Amazonas em verbetes. Ensino Fundamental**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2002, p. 17.

<sup>185</sup> REIS, A. C. F. Texto extraído do capítulo “As razões geopolíticas do Cinco de Setembro” do livro **A autonomia do Amazonas**, 1965, p. 83.



à condição de Província. As forças legais restaurando a ordem, de seu lado não desdenharam da idéia e assumiram compromisso idêntico<sup>186</sup>.

Para Arthur Reis o ideal autonomista era um valor muito importante para constar como projeto político apenas dos cabanos. Devido a isso ele trata de incluir os representantes legais, os verdadeiramente competentes para liderar empreendimento de tamanho vulto, como defensores da autonomia.

Os momentos que antecederam a criação da Província do Amazonas também são descritos com ênfase na participação política de alguns personagens. Segundo Reis existem iniciativas de vários presidentes da Província do Pará solicitando a autonomia, tais como: José Felix Pereira de Burgos, Machado de Oliveira, Souza Franco e Jerônimo Francisco Coelho<sup>187</sup>. E essa nova configuração política do Amazonas é determinada a partir de um projeto de lei, apresentado, em 1826, por D. Romualdo Antônio de Seixas – Marquês de Santa Cruz -, propondo a elevação da Capitania à condição de Província e por várias vezes ter ido à tribuna nacional para defendê-lo<sup>188</sup>, tendo sido colocado em discussão novamente em 1828, após novo parecer da Comissão estatística da Câmara<sup>189</sup>, projeto este retomado em 1839, reforçado com os argumentos de ameaça externa.

Essas iniciativas, de cunho legal e administrativo, que aparentemente não expressam desejos coletivos e muito menos destacam participação popular, ao nos limitarmos às descrições de Reis, deixam rastros de uma permanente e longa insatisfação no Rio Negro que pressionam, de várias formas a tomada dessas iniciativas. Outro questionamento que contribui para essa suposição é o fato de os administradores não serem daquela Comarca e não terem que tomar essas iniciativas sem que houvesse uma pressão, tácita ou não, dos interessados.

Mais uma vez os argumentos nacionalistas são utilizados, relacionando a autonomia com a defesa do território. Reis utiliza a manifestação de uma ilustre figura, para reforçar seus argumentos, indicando que

---

<sup>186</sup> REIS, **A autonomia do Amazonas**, 1965, p. 91.

<sup>187</sup> REIS, **Súmula**, 1965, p. 56.

<sup>188</sup> REIS, A. C. F. 1989, p. 184. Em nota no fim da página dá as referências: “Esses discursos estão publicados nos ‘Annaes do Parlamento Brasileiro’, referentes a 1826, vol. I, pp. 153-154 e nas ‘Obras do Arcebispo da Bahia, Marquez de Santa Cruz’”.

<sup>189</sup> REIS, **História do Amazonas**, 1989, p. 184.

Em 1843, em face de certos perigos que se desenhavam no horizonte com relação à Amazônia, cobiçada por outros povos, o Ministro do Exterior, Honório Hermeto Carneiro Leão, insinuou a criação da Província: era preciso aparelhar efetivamente a região para opor-se a qualquer pretensão mais objetiva daqueles povos ambiciosos de espaço e de matéria-prima.<sup>190</sup>

Em 1840, o antigo projeto recebe o primeiro parecer favorável e só em 1843 é novamente colocado em discussão, tendo sido registrado intenso debate<sup>191</sup>, até “as tentativas armadas de 1832 e da Cabanagem vieram à baila”<sup>192</sup>, comenta Reis. Após várias emendas o projeto foi aprovado pela Câmara e encaminhado ao Senado.

Enquanto isso, segundo Reis, a Assembléia Provincial discutia a possibilidade da concessão da autonomia, mas com grandes restrições, divergindo das resoluções da Câmara<sup>193</sup>.

E continua descrevendo que

O Conselho do Governo e a Assembléia Provincial do Pará, numa compreensão admirável do problema, dirigindo-se ao Parlamento Imperial, também pediram que esse criasse a Província. O projeto do deputado João Cândido [de 1839] foi então objeto de consideração. Houve grandes debates. Souza Franco, ex-ministro de Estado e ex-presidente da Província, apresentou emendas substanciais. Era representante do Pará, a essa altura, o economista João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, que fora autor das indicações do Conselho do Governo e da Assembléia Paraense. Tomando maior interesse pelo assunto, movimentou-o de maneira que fossem vencidos os embaraços que surgiram. E a 5 de setembro de 1850, pela lei 592, a Província foi criada<sup>194</sup>.

Os anos que antecedem à criação da Província do Amazonas são descrito por Reis como uma sucessão de iniciativas pessoais, sem, entretanto, dar a devida dimensão e significado às grandes pressões internas, às graves crises políticas e econômicas que contribuía não apenas para conferir um novo quadro político ao Brasil, mas também à Amazônia, que já estava se configurando de forma bastante clara. O próprio movimento de 1832 é tratado pelo autor como um episódio à parte de todo esse processo.

É necessário esclarecer que em 1848 a configuração e as próprias ações da elite instalada em Belém diferia daquela anteriormente dominada pelos comerciantes

<sup>190</sup> REIS, *Súmula*, 1965, pp.56-57.

<sup>191</sup> REIS, *História do Amazonas*, 1989, pp. 186-187.

<sup>192</sup> *Ibidem*, p. 187.

<sup>193</sup> *Ibidem*, pp. 188-189.

<sup>194</sup> REIS, *Súmula*, 1965, p. 57

portugueses. Agora ela cedia lugar, dividindo espaço com comerciantes ingleses e norte-americanos, na Barra a configuração era outra. Os comerciantes portugueses ainda dominavam o comércio, e para não dizer, a economia em seu sentido mais abrangente. Percebe-se este quadro através de Henry Bates ao reconhecer que

O tipo de portugueses que migram para o Brasil parece preferir o comércio varejista a se dedicar à nobre atividade agrícola. Se os ingleses são considerados uma nação de lojistas, que dizer então dos portugueses? Em Barra havia uma loja para cada grupo de cinco casas residenciais<sup>195</sup>.

Confirmando sua história construída por grandes atos de heroísmo, elege-se Tenreiro Aranha como o herói da Província do Amazonas. Mesmo dentro dessa perspectiva burocrática, outros nomes mais expressivos se destacaram em defesa da Província, como é o caso de Souza Franco. Aranha mereceu reconhecimento na historiografia de Reis por ter sido, segundo ele, o precursor de um novo momento histórico para o Amazonas marcado, entre outras iniciativas, pela organização de empreendimento de grande alcance:

A questão da autonomia da comarca do Alto Amazonas, já vimos, colocava-se entre as mais importantes e justas. Não compreendia a política imperial esquecendo uma região que tanto poderia contribuir para a economia nacional. Em ambas as campanhas fora vencedor. Satisfizera-se a aspiração dos amazonenses e organizara-se a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas<sup>196</sup>.

Seu governo, de pouco mais de seis meses dificilmente poderia ter realizado todas as obras destinadas ao engrandecimento do Amazonas, relacionadas em sua historiografia.

Apesar de destacarem-se como personagens governadores de Capitania, Ouvidores, vereadores, presidentes da Província do Pará e Senadores transformando as ilustres autoridades em seus verdadeiros comandantes do sonho de autonomia, narrativa esta que muitas vezes omite ou reduz o perigoso envolvimento popular. Mesmo assim Reis remete a um subjacente apoio e participação efetivamente popular destas medidas,

---

<sup>195</sup> BATES, Henry. **Um naturalista no Rio Amazonas**. Tradução de Regina R. Junqueira. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1979, p. 134.

<sup>196</sup> REIS, **História do Amazonas**, 1989, p. 191.

referindo-se, por exemplo, ao “povo de Parintins” e de que “de Tabatinga veio a artilharia do fortim”<sup>197</sup>, que aparecem as assinaturas de moradores nas atas das Câmaras Municipais. E que rebeliões militares e passeatas que convenientemente eram utilizadas em defesa dos interesses dos autonomistas da região do Alto Rio Negro, além de frases reveladoras como a seguinte, sobre a resistência da aclamação de 1832: “pelo número de homens mobilizados para os encontros militares em perspectiva, vê-se, claramente, que o movimento falava à alma das gentes do Rio Negro, levando-as à exaltação”<sup>198</sup>.

De modo geral, fica claro assim que os dirigentes do Alto Amazonas eram fiéis colaboradores do governo paraense, contanto que tivessem asseguradas suas vantagens econômicas, retiradas da Capitania, com a maior eficiência e brevidade possível, enquanto durassem suas administrações. São vários os exemplos dos administradores que se envolverem mais nos lucros de suas próprias fazendas do que no desenvolvimento da região, tal como ocorreu com a desigual prosperidade da “fazenda do Tarumã” de um dado governador.

Desde o período colonial havia no Amazonas um pacto de convivência entre a elite, que foi identificado por Reis, sem, entretanto, constituir a seu ver em grave problema. Assim observando que “A harmonia de vistas entre autoridades amazonenses e paraenses era, até então, a mais completa. Todas as ordens e instruções régias, que chegavam tinham imediato cumprimento”<sup>199</sup> o que é complementado, mas a partir de outro ponto de vista, por Souza, para quem “... as elites regionais se articularam apenas burocraticamente com o Império, num artificialismo puramente conciliador. O antigo colono lusitano, que experimenta sopros de modernidade com Pombal, torna-se um dissimulado político, que adota o imediatismo como forma de sobreviver...”<sup>200</sup>.

A História do Amazonas, assim como a americana, é marcadamente violenta. Apesar da história de Arthur Reis amenizar os conflitos, muitos deles transformados em necessários atos de heroísmo, sua historiografia é repleta de termos que não deixam dúvidas quanto às relações conflituosas dessa história. Expressões como “luta”, “exaltados”, “exaltação”, “choque armado”, “gentio rebelado”, “sangrentos embates”, “série de incidentes”, “graves sucessos”, “série de perturbações”, “sedições”..., bastante

---

<sup>197</sup> REIS, A. C. F. **A explosão cívica de 1832**. Manaus: IGHA, 2006. (1ª edição em 1932), p. 23.

<sup>198</sup> Ibidem, p. 25

<sup>199</sup> REIS, **História do Amazonas**, 1989, pp. 154-155.

<sup>200</sup> SOUZA, Márcio. **Breve História do Amazonas**. São Paulo: Marco Zero, 1994, p. 107.

freqüentes revela esse caráter pouco, ou nada pacífico dessa história que foi (e está sendo) construída através de lutas e correlações de forças entre seus diversos atores sociais, confrontando-se, em contrapartida, com “heroísmo”, “coragem”, “autêntico estadista”, “visão de estadista”, “brioso”, “oficial distinto”, “energia construtiva”, “bom governante”..., quando se refere aos conquistadores e administradores. Os gestos de violência dos europeus e seus aliados são cuidadosamente assim justificadas,

E com tal heroísmo se houveram, que logo no primeiro século a colonização espanhola estava espalhada de norte a sul da América.

Os conquistadores, homens do seu tempo, homens da Renascença, tinham defeitos. Tinham também qualidades que os redimem do quanto perpetraram de mau. Tudo aqui conspirava contra eles: clima, meio geográfico, o indígena. Mas era preciso vencer. Os fins justificavam os meios de que se utilizaram.<sup>201</sup>

No avanço da conquista sobressaem movimentos que resistiam a essa expansão, assumindo os mais diferentes aspectos, seja através de protestos “dentro da ordem”, seja através de revoltas e até de revoluções populares, todas elas claras relações de poder entre sociedade e Estado. A história do Amazonas e os movimentos por sua autonomia podem ser entendidos como a história das disputas e das relações de poder, e por não dizer, instaladas fortemente na esfera dos movimentos sociais. Os movimentos autonomistas são portanto, disputas dentro e pelo aparelho de Estado, mas marcadamente sociais e abrangentes.

Mesmo com as limitações desse conceito, é possível situar os movimentos autonomistas como tais, pois

movimento social só existe se combinam tais dimensões: classe, nação, modernização, ou mais exatamente, se fala em nome de uma classe contra outra, em nome da nação contra o estrangeiro dominante, em nome da modernização e da integração contra a tradição e seu bitolamento.<sup>202</sup>

Reis destaca o processo de luta do Alto Amazonas por autonomia, situado em um período consideravelmente longo, iniciado em 1797 e apenas conquistado em 1850, sugerindo, uma latente mobilização, que apenas as iniciativas pessoais dos seus “heróis”, sem uma base de sustentação, não seriam suficientes para manter vivo esses desejos por

<sup>201</sup> REIS, *História do Amazonas*, 1989, p. 37.

<sup>202</sup> TOURAINE, Alain apud ALBUQUERQUE, J. A. de Guilhon. *Classes médias e políticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 100.

tanto tempo. Além disso, ele não consegue reconhecer que a aguda crise social e econômica, herança do período colonial e perpetuada na experiência imperial, são fatores determinantes para a situação de descontentamento no Alto Rio Negro.

Mesmo que as manifestações autonomistas, consideradas com maior rigor, ou através de outros aportes teóricos, não sejam consideradas como movimentos sociais, a forma como foi apresentada na historiografia de Reis, a participação de uma coletividade, subjacentemente, acentuada, confere-lhe este caráter movimentista.

### 2.3 Movimento Abolicionista no Amazonas

Os “movimentos abolicionistas”, por sua vez, devem ser compreendidos como processos sociais que, pela historiografia analisada, são situados como “movimentos políticos” encaminhados exclusivamente pelo poder político dominante, quando investigados mais detidamente revelam um caráter marcadamente social com profundas origens e explicações em demandas populares.

Um dos aspectos que fizeram parte do significativo movimento de resistência negra, em todo Brasil, contra o sistema escravagista que direcionou o modelo econômico brasileiro desde o período colonial até momentos antes da proclamação da república, foi o movimento abolicionista. Este movimento, sem ser uniforme, ocorreu em tempos e modos diferenciados.

Na Amazônia, desde a chegada dos primeiros africanos, na condição de mão-de-obra escrava, são encontrados registros de um dos mecanismos mais presentes dessa resistência, que são as fugas.

A cultura historiográfica sobre o movimento abolicionista no Amazonas é, mais uma vez, acentuadamente marcada pelas idéias de Arthur Cezar Ferreira Reis, herdeira, por sua vez do pensamento de Langsdorf<sup>203</sup> e de Gilberto Freire<sup>204</sup>, que exercerá um

---

<sup>203</sup> LANGSDORF. Relatório do Sr. Langsdorf da viagem ao Pará, 1825 a 1829. In: **Revista do IHGB**, 53, 1876. Ele afirmou que “Na província do Pará, negros e mulatos são em pequeno número, tendo em princípio sido os índios reduzidos à escravidão, tornou-se tardia e menos ativa do que em outros pontos do Brasil a introdução dos filhos da África” (p. 172).

<sup>204</sup> FREYRE, Gilberto. **Novos estudos afro-brasileiros 1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

espaço privilegiado nesta produção, tal como estas afirmações sobre a presença negra nesta região:

Não houve, no Amazonas, um contingente de negros que tivesse significado participação intensa no processo de mestiçagem ou de criação da riqueza econômica. Região pobre, não pode importar escravos da África. Ademais, a economia de coleta, que a caracterizava, só podia ser realizada com o braço indígena local, pois que este é que estava habituado a identificar as espécies, na floresta, para o intercâmbio mercantil.

Isso não quer significar, fique bem claro, que a contribuição do negro não tivesse ocorrido. O que houve foi uma contribuição muito pequena. [...] <sup>205</sup>.

Que serão reproduzidas como a síntese mais fiel desse processo.

A despeito dos mais diferenciados métodos de resistência utilizados pelos negros não terem ameaçado a existência da sociedade escravista da Amazônia, seja através de resistência cotidiana como as fugas individuais ou coletivas, violências contra senhores ou seus representantes, seja participando oportunamente de movimentos políticos como o movimento autonomista em sua fase crítica, de acordo com o momento histórico esta ordem ficava seriamente ab<sup>206</sup>alada, como aconteceu a partir da Cabanagem.

Apesar da grande influência das idéias de Joaquim Nabuco<sup>207</sup> na historiografia conservadora dominante brasileira, que construiu a abolição da escravidão negra no Brasil como um “movimento”, Reis o acompanha nas análises de uma abolição cunhada a partir do parlamento, feita ordeiramente, sem ameaçar as estruturas socioeconômicas do país, através de medidas burocráticas, transformando os escravos, em meros espectadores e beneficiários desses gestos altruístas.

Contra-pondo-se a essa manifesta invisibilidade, comunidades de remanescentes quilombolas, amparados por uma nova forma de perceber a história das “minorias”, estão conquistando espaços de cidadania na sociedade brasileira. Estes novos métodos de investigação e a realidade que estão revelando estão contestando ou desacreditando àquela historiografia da negação, da qual Arthur Reis faz parte. Será na construção dessa identidade coletiva que serão rompidas “as dicotomias entre ciência e prática social”<sup>208</sup>.

<sup>205</sup> REIS (1), A. C. F. **Súmula de História do Amazonas**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1965.

<sup>206</sup> SANTOS, Myrian Sapúlveda. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, out., 1998.

<sup>207</sup> NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Petrópolis: Vozes, 1988.

<sup>208</sup> SANTOS, Myrian. op. cit., 1998.

O ausência do negro no Amazonas, uma marca da historiografia de Arthur Reis, dificulta, e muito, novos estudos desse segmento social desde o período colonial até a abolição da escravidão, entretanto, ela não o inviabiliza. Pelo contrário, suas pesquisas sempre detalhadas, cuidadosas, cheias de informações particulares sobre as documentações e arquivos pesquisados nos quais o historiador se apoiou, são de fundamental importância para essa mesma historiografia que sinaliza outra concepção de história.

Mesmo nos seus silêncios, que podem ter diversas justificativas, Reis vai deixando pistas da marcante presença negra e as políticas que a envolveram.

### 2.3.1 Economia

As circunstâncias que envolveram a dinâmica da economia na Amazônia, segundo Reis, de não possuir como suporte principal a mão-de-obra escrava negra, construindo uma cultura mais “liberal” é o principal traço distintivo local, resultando daí que “Não se criou no Amazonas, em consequência, uma mentalidade escravagista na base da mão de obra africana. Daí a facilidade por que os amazonenses se deixaram empolgar pelo movimento abolicionista”<sup>209</sup>. Coube aos brancos, portanto, a defesa dos interesses e direitos dos escravos, totalmente dispensáveis, se for aceita tal compreensão do processo.

Ocorre que as pesquisas mais recentes sobre a economia na Amazônia apontam em uma direção inversa da afirmação que “a economia de coleta, que a caracterizava, só podia ser realizada com o braço indígena local, pois que este é que estava habituado a identificar as espécies, na floresta, para o intercâmbio mercantil”<sup>210</sup>. A criação de gado e a agricultura, e mesmo a coleta, do cacau são exemplos da fundamental participação dos escravos negros neste processo econômico.

O cacau desempenhará papel de destaque no processo de colonização da Amazônia no século XVIII, mas apresentando condições oscilantes, sendo sugerida, a fuga

---

<sup>209</sup> REIS (1), *A autonomia do Amazonas*, 1965, p. 61.

<sup>210</sup> *Ibidem*.



de escravos como causas dessas crises<sup>211</sup>, sem serem descartadas situações catastróficas como as enchentes.

Economia e processo de resistência negra são faces da mesma moeda. Os quilombos do Baixo Amazonas, por exemplo, começam a surgir no final do século XVIII e, segundo Acevedo e Castro “A formação desses agrupamentos [...] e a introdução de escravos africanos, coincide com os primeiros anos de expansão da cultura do cacau”<sup>212</sup>.

Os projetos de navegação, intensificados a partir da criação da Província no Amazonas e fartamente elogiados por Arthur Reis proporcionaram uma dinâmica peculiar da economia desta sociedade, devido à facilidade de transporte de produtos. Além disso, a Lei de Terras de 1850, também incentivará a ampliação e consolidação de propriedades rurais e todos esses elementos eram fomentadores da utilização de mão-de-obra escrava negra na Amazônia, pois se constituía em uma das principais forças de trabalho da agricultura e da pecuária, gerando aumento de produtividade, exigência principal das novas condições impostas pela economia. No Amazonas, algum tempo depois dessa data, muitos escravos foram enviados para trabalhar em uma colônia em Itacoatiara<sup>213</sup>, fomentada também pela apreensão de escravos contrabandeados, devido à proibição do tráfico negreiro.

Arthur Reis oferece os elementos necessários para uma percepção mais próxima da realidade que aponta para a presença e o papel que a escravidão negra certamente desempenhou na economia e na formação social da Amazônia, como demonstra neste texto:

Com o decorrer da experiência colonial, ao lado da tarefa da matéria-prima vegetal e da pesca, seguida do salgamento do pescado para o comércio a longa distância, foi surgindo, com mais interesse e certa pressuridade, a atividade agrícola, lavrando-se a terra com as espécies, como cacau, o cravo fino e grosso, o tabaco o algodão e as espécies alienígenas, representadas principalmente pela cana, para cuja utilização imediata foram sendo montados novos engenhos de bom rendimento e depois pelo café e anil. O escravo negro começa, nessa fase, a ser empregado...<sup>214</sup>.

<sup>211</sup> ALDEN, Dauril, 1974, p. 44 apud ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. **Negros do Trombeta**: guardiães de matas e rios. 2. ed. Belém: Cejup/ UFPA-NAEA, 1998, p. 48.

<sup>212</sup> ACEVEDO, op. cit., 1998, p. 59

<sup>213</sup> BAZE, Abrahim. **Escravidão**: o Amazonas e a Maçonaria edificam a história. Manaus: Travessia, 2001.

<sup>214</sup> REIS (2), A. C. F. “O negro na empresa colonial portuguesa”, In.: **Tempo e vida na Amazônia**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1965 (pp. 143-156). ( p. 148)

Entretanto, apesar dessa acertada caracterização das transformações que estariam ocorrendo nos quadros da “experiência colonial”, prefere uma conclusão que parece negar as evidências por ele próprio apontadas, ao conferir pouca importância ao negro: “... A população era, porém, pobre, muito pobre mesmo. Escasseavam os recursos para a importação do braço africano. E ainda, apesar de todas as dificuldades, naturais ou criadas, o contingente gentio local era o suficiente”<sup>215</sup>.

Sua abordagem determinista vai colaborar, portanto, para conclusões que são dificilmente aceitáveis. Vejamos o exemplo contido nesta afirmação:

No Brasil, esses contingentes de mão-de-obra tiveram uma atuação constante e intensíssima. De certo modo podemos atribuir-lhes muito do que constitui o fundamento da atividade agrária e da atividade mineradora então em desenvolvimento. Nas áreas onde essas atividades não foram ponderantes, como ocorreu no Nordeste seco, pastoril, ou na Amazônia florestal e úmida, a contribuição dos negros foi muito menos expressiva, tanto no quantitativo como no rendimento de sua presença e atuação<sup>216</sup>.

A partir desta perspectiva econômica, que resultou em percepção histórico-social redutora e simplista, o estudo sobre os movimentos sociais negros da Amazônia só se justificariam, por exemplo, a partir do “esforço” do branco para “humaniza[r]” a região, dentro do quadro geral de desenvolvimento e progresso, sugerindo assim o autor que:

A presença do elemento negro, na Amazônia, como aspecto da atuação portuguesa, é uma presença que está exigindo uma pesquisa, significou o propósito do colonizador para assegurar a região na base de um sistema de vida menos rude, num esforço por humanizá-la. Só então será possível afirmar de sua importância, de sua permanência através de usos, costumes, mesclas de linguagem, alimentos, da própria mestiçagem étnica e de pronunciamentos políticos de tanta significação na história regional<sup>217</sup>.

O trecho acima parece claro em contradizer a afirmação insistente do autor quanto à presença pouco significativa do negro na Amazônia. Em primeiro lugar, ao reconhecer que o tema necessita de investigação mais profunda, em face de sua relevância para compreender um aspecto substancial da atuação portuguesa na

---

<sup>215</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Tempo e vida na Amazônia**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1965. (Série Alberto Torres, v. III), (pp. 148-149).

<sup>216</sup> REIS, Tempo e vida, 1966, pp. 145-146.

<sup>217</sup> Ibidem, p. 156.

Amazônia. Ou seja, que a presença do negro estaria sendo parte da conquista da região como um dos agentes de sua humanização e civilização.

O segundo o aspecto aqui indicado claramente pelo autor é que a mestiçagem étnica envolvendo os negros na Amazônia implicou, por um lado, na sua “permanência através de usos, costumes, mesclas de linguagem, alimentos”, como do reconhecimento da presença e importância “de pronunciamentos políticos de tanta significação na história regional”.

### 2.3.2 Hierarquia social e historiográfica

“O negro, terceiro elemento, foi o menos numeroso. Veio da África ou de outras capitanias do Brasil. A provisão de 1º de abril de 1680 ordenou uma introdução anual de pretos da Guiné, por conta da Fazenda Real”, através da Companhia de Comércio do Maranhão que trouxe os primeiros escravos para a Amazônia, entre 1682 e 1685<sup>218</sup>.

Historiografia visivelmente de afirmação e legitimação da colonização portuguesa, da qual devemos ser, sobretudo, “agradecidos” herdeiros, Reis elege, como segundo expoente dessa história nacional, seguindo padrões de um moderno romantismo, o índio, que estará presente, em várias situações como pessoas dignas de direitos e os principais responsáveis pelo engrandecimento da Amazônia, sob, evidentemente, o comando do colonizador branco.

A redução dos negros a um papel mais que secundário compromete esta historiografia de Reis, afinal o menor número de escravos negros na Amazônia não pode servir de argumento para afirmar seu papel relativamente na formação social e em sua participação nos processos sócio-políticos. A história da América já refuta este argumento, pois os europeus, quando aqui chegaram, também eram minoria e desempenharam papel determinante nesse processo histórico.

Diluída na sua literatura, o autor vai revelando sua pouca afinidade com os interesses dos negros em seu processo histórico, sendo, algumas vezes, pouco cuidadoso com as expressões utilizadas, revelando doses de preconceito. Expressões como “as

---

<sup>218</sup> Este autor já havia se referido anteriormente que os primeiros negros vindos para a Amazônia foram durante a ocupação holandesa. (REIS, **Aspectos...**, 1966, p. 196).

peças entradas”<sup>219</sup>, “os lotes trazidos da Guiné”<sup>220</sup> utilizadas para se referir aos escravos chegados da África, tratando-os, sem qualquer senso crítico, pelos mesmos adjetivos utilizados pelos comerciantes escravistas. São, portanto, exemplos de tratamento preconceituoso.

Os movimentos de resistência negra também foram descritos, fornecendo roteiros preciosos para estudos futuros, apesar de acentuadamente crítico quanto a esses processos, pois, para ele os escravos estavam “fugindo aos misteres que lhes cabiam”<sup>221</sup>, verdadeira legitimação do sistema escravagista, classificando suas fugas como atos criminosos, como aqui demonstrados: “Ao tempo em que Tavares Bastos percorreu as duas Províncias amazônicas, o número de quilombolas, entrando no censo, por viverem nos mocambos, desertores e criminosos, só no Trombetas era avaliado em dois mil”<sup>222</sup>.

O empenho de Arthur Reis na defesa da colonização portuguesa como pré-requisito indispensável à formação da sociedade nacional brasileira, revela-se como aspecto de maior significação em sua historiografia, levando a um encobrimento, ao colocá-lo em segundo plano, a denúncia da super-exploração da mão-de-obra inserida nesta história. Assim, sem construir um conhecimento crítico sobre o processo histórico da Amazônia, naturaliza esse processo em afirmações como a seguinte em que considera “memoráveis” as atividades escravistas da Companhia:

Imaginava-se, agora, que esse estado de coisas devia ser alterado para realizar-se uma economia de base agrária. O índio era avesso ao trabalho sedentário das fainas agrárias. Impunha-se, pois a solicitação à África que estava suprindo de mão-de-obra o mercado sempre exigente e nunca satisfeito do Nordeste e das áreas de mineração, no Centro-Oeste. E essa solicitação foi feita por intermédio da Companhia, com resultados verdadeiramente memoráveis. Porque a ativação da empresa agrícola foi levada adiante com sucesso, graças a essa contribuição em braços, proporcionada pela Companhia, chamada a todo momento para resolver mil problemas que surgiam perturbando a marcha normal dos negócios do Estado<sup>223</sup>.

<sup>219</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966. (Série Alberto Torres v. V) (REIS, **Aspectos...**, 1966, p. 149)

<sup>220</sup> REIS, **Aspectos...**, 1966, p. 150.

<sup>221</sup> REIS, João José. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 233.

<sup>222</sup> REIS, A. C. F. **História de Óbidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Belém: Governo do Estado do Pará, 1979, p. 94.

<sup>223</sup> Idem, **Tempo e vida**, 1965, p. 152

A mão-de-obra escrava negra, além de naturalizada, é associada às atividades agrícolas, pastoris e manufatureiras seguindo o modo pelo qual a mentalidade colonial e escravista percebia e incluía o escravo negro, opondo-o ao indígena, identificado com os diversos modos de extrativismo visto como predatório.

Ancorado em frágil metodologia ou em argumentos reconhecidamente pragmáticos Reis, mesmo quando qualifica o trabalho escravo negro, utiliza informações correntes na literatura colonialista e escravista sobre a economia, ao colocar no âmbito da depredação da natureza, o trabalho extrativista, apesar de todas as pesquisas anteriormente publicadas sobre os danos ambientais causados pela agricultura e pela pecuária. Ele se refere a uma carta de um governador do Pará a Portugal através da qual “propunha o problema da importação do braço africano, essencial ao desenvolvimento dos projetos de ativação na base da agricultura e não apenas da exploração destrutiva da natureza”<sup>224</sup>.

Merece ser destacado, entretanto, uma das raras vezes que faz comentários críticos ao sistema escravagista negro como neste “Cacheu e Bisnau foram os dois pontos de embarque, na África mais ligados ao Pará nesse **comércio odioso**”<sup>225</sup>.

Diferente do tratamento dado aos negros, Reis demonstra sua preferência pelos índios em diversas situações, tal como:

De 1815 em diante, Ega ficou sendo sede de uma comandância de praias [...]. Começou desde logo, porém, a agarração de indígenas do Japurá, levados aos centos para o Lugar da Barra, onde os vendiam de dez a trinta mil réis. Ega celebrizou-se por esses fatos deprimentes<sup>226</sup>.

Em outras situações elogia suas qualidades, assim:

O homem, naquele trecho, não sofreu mesclas, fusões, cruzamentos que lhe tirassem a fisionomia primitiva. É o nativo forte, aguerrido, trazendo vivas as características da raça indômita. Por que um erudito de agora, Araújo Lima, enxergou, na região, o último reduto do tipo do vale. Viveiro esplêndido, assim, a desafiar o inquérito dos estudiosos.

<sup>224</sup> Ibidem, p. 154.

<sup>225</sup> REIS, **Aspectos...**, 1966, p. 116. Neste comentário o autor faz referência a um artigo seu “O negro na empresa colonial portuguesa”, anteriormente publicado (1966), sem constar esta observação.

<sup>226</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Aspectos sociais da valorização da Amazônia**. Fac-similado. Manaus: Governo do Estado do Amazonas / SEDUC, 1999, p. 140.

Dessa população, são os Mundurucus os que dão o nome àquele mundo. Após vêm os Maués, os Tupinambaranas, os Maraguazes<sup>227</sup>.

Até seu herói da colonização mais festejado, Lobo d'Almada recebe críticas quanto a sua política indigenista<sup>228</sup>.

As raras vezes que Reis externa elogios aos negros são para qualificá-los, mais ainda para o trabalho servil. Quando, por exemplo, os tapuios e caboclos arruinados pela bebida, frente ao comodismo dos brancos que aqui chegavam, Reis tece elogios aos negros. Aliás, as únicas qualidades dos negros destacadas por Reis serão as que os qualificam para o trabalho. Assim, "Exaltavam-se as qualidades do negro: 'os pretos são muito mais robustos e próprios para os trabalhos violentos do que os índios, depois que adquirem a inteligência necessária para os executar'. Para eles [brancos?], não havia palavras de louvor"<sup>229</sup>.

Reis era um pesquisador da história da África, com vários artigos publicados<sup>230</sup> e trabalhos realizados em parceria com instituições africanas. Não era, portanto o desconhecimento sobre a presença negra na Amazônia. Suas análises sugerem mais propriamente um posicionamento, o que conduz à negação ou a redução do significado das ações e dos movimentos de resistência negra.

Esses comentários terminam por suscitar a questão de que pontos de vista, afinal representam o essencial de seu pensamento em torno do papel da escravidão e, em termos de Amazônia, dos escravos e suas ações. Essas posições às vezes paradoxais, ou aparentemente paradoxais do historiador, constituem um dado importante a ser levado em conta, tratando-se, sobretudo do historiador da região cuja obra tornou-se a principal referência da historiografia tradicional.

---

<sup>227</sup> Ibidem, p. 115

<sup>228</sup> Ibidem, p. 119

<sup>229</sup> REIS, op. cit., 1966, p. 119-120.

<sup>230</sup> **A Economia Brasileira e a valorização da África e da América Espanhola - concorrência dessas regiões com o Brasil.** Trabalho apresentado ao Conselho Econômico Nacional da Indústria. Rio de Janeiro: 1951. ; **A África negra no mundo moderno.** Rio de Janeiro: 1973. ; **O Modelo Africano.** Jornal do Comercio. Manaus. S/D.

## 2. Montando o mosaico

3.

Apesar de Arthur Reis deixar evidente seu conhecimento sobre a ativa participação negra no processo histórico do Amazonas, ele não lhe confere a devida importância, tratando-a apenas como pequenos detalhes ilustrativos, procurando de modo insistente retirar-lhe o significado. Considerando a qualidade de sua produção historiográfica, entretanto, indispensável para a pesquisa de temas amazônicos, ele fornece pistas da significativa presença negra no transcorrer de seus textos.

Por exemplo, apesar de no livro “Manaus e outras vilas”, Reis, continuando a prática de conferir invisibilidade aos negros, descrevendo a composição étnica de Manaus, Barcelos, Maués e Tefé aparecendo como elementos formadores dessas sociedades apenas os brancos e índios, sendo estes divididos em duas categorias, o tapuio e o caboclo. Na descrição dos quadros econômicos, políticos e sociais, os negros estão ausentes, aparecendo somente, quando impostos pelo rigor da pesquisa, apenas nos censos estatísticos. No Lugar da Barra 379 escravos<sup>231</sup>, Barcelos: 167 escravos<sup>232</sup>, em 1833 Maués:<sup>233</sup> 63 escravos, em 1775, em Tefé: 10 escravos, e sobre a vila de Nogueira diz que era “Povoado de brancos, em 1775 o número de habitantes elevava-se a algumas dezenas”<sup>234</sup>. A própria descrição desses lugarejos dificulta identificar a presença negra, pois de modo geral eles são descritos como divididos em bairros especializados, um para brancos e outro, denominados repartimentos ou repartições, habitados pelos índios disponíveis para o trabalho.

Apesar de não relacionar a formação histórica de Parintins e Rio Branco com a existência de negros, em diversas situações, através de esparsas informações fornecidas por Reis, é possível perceber esta presença ao dizer que “No alto rio Branco desde 1791, com a iniciativa de Lobo d’Almada, que fundou a fazenda de São Bento, com 17 novilhos e vacas, os rebanhos cresceram. Pelo Baixo Amazonas, também. Parintins nascera de

---

<sup>231</sup> REIS, *Aspectos sociais da valorização da Amazônia*, 1999, p. 14.

<sup>232</sup> *Ibidem*, p. 99.

<sup>233</sup> BAENA, *Compêndio das Eras da Província do Pará*, 1969.

<sup>234</sup> REIS, *Aspectos sociais da valorização da Amazônia*, 1999, p. 134.

uma fazenda de criação”<sup>235</sup>. Sabe-se que a atividade pecuarista está estreitamente vinculada à mão-de-obra negra.

Informação indireta também se obtém sobre existência de negros no Rio Branco através de livro de um tabelião de Barcelos, entre 1801 a 1806. “Na Capitania de São José do Rio Negro assinalava-se, em consequência, um creso: José Antônio Évora, fazendeiro no Rio Branco, agricultor no rio Negro, senhor de vasta escravaria negra, produto, tudo, esclareciam as más línguas, de práticas que as leis teriam de punir”<sup>236</sup>.

Mesmo as várias estatísticas transcritas pelo próprio autor, com referência a outros pesquisadores, como os censos feitos por Baena da chegada sucessiva de milhares de escravos<sup>237</sup>, que apontam para uma grande população negra de Óbidos, por exemplo, Reis, mesmo assim, desconsidera a importância desse contingente da população para a formação histórica daquele lugar à “A experiência social portuguesa, levada adiante com tanto êxito, encontrou em Óbidos, pela existência de grosso contingente gentio, um amplo campo para frutificar, como frutificou. A ponto de podermos afirmar que a paisagem humana, assim dirigida, até o presente não foi alterada. Mesmo porque a contribuição africana não teve proporções impressionantes, ou se apresentou com força para perturbá-la”<sup>238</sup>, em uma sistemática tarefa de embranquecimento da Amazônia, suavizando, por esta percepção, a presença negra da história regional, com o cuidadoso objetivo de não “perturbá-la”. Mesmo assim, observa que os “relatórios dos presidentes da Província enumeram vários casos dessa natureza” (REIS, 1989, p. 234).

As referências à existência de instituições de repressão aos escravos negros são também indícios de uma população negra instalada, inserida no processo produtivo e resistindo a esse modelo, tal como ocorreu em Barcelos: “O **pelourinho** caíra e ninguém cuidara em reerguê-lo. À falta de uma cadeia, os presos eram recolhidos ao calabouço do quartel”<sup>239</sup>.

Outras pistas que Arthur Reis deixa, das quais podemos deduzir a presença negra na história do Amazonas são os vários casos de varíola, doença importada da África, que

<sup>235</sup> REIS (3), A. C. F. Aspectos da formação étnica e econômica. In.: **Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia**. Manaus: Edições governo do Estado do Amazonas, 1966. (vol. V)

<sup>236</sup> REIS, **Aspectos...**, 1966, p. 121.

<sup>237</sup> REIS, **História de Óbidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Belém: Governo do Estado do Pará, 1979, p. 93.

<sup>238</sup> Ibidem, p. 92.

<sup>239</sup> REIS, **Aspectos sociais da valorização da Amazônia**, p. 98



ele cita em variados lugares e em datas distintas, significando a existência de negros naquelas áreas.

Ainda que inserido na influência de uma antropologia racista pretensamente científica, e apesar das posições manifestamente preconceituosas, Reis, no entanto, não chega ao ponto de tecer afirmações racistas tais quais as feitas pelo casal Agassiz, ao dizer: “Cafuzo, mameluco e mulato participam dos caracteres de seus autores tanto quanto a mula participa dos do cavalo e da jumenta”.

### 2.3.4 Processo de abolição

O negro do Amazonas foi excluído, “silenciado”, totalmente amordaçado pela historiografia de Reis. Medíocre participação na economia, principalmente no período colonial, pouca significação cultural na formação da sociedade amazônica, pois “de sua passagem, em conseqüência, pouco ficaria”<sup>240</sup>, e total nulidade política, sendo expurgado até de importantíssimos movimentos sociais, como a Cabanagem:

Branco e negro não cruzaram a valer, na Amazônia. Uma legislação severa proibia o conúbio, taxando de infames os brancos que deles participavam. Índios e negros não cruzaram também a larga, que os índios jamais tiveram simpatia por eles, julgando-os inferiores, o que foi um bem, mais tarde, na Cabanagem, levando estes a permanecerem, na sua grande maioria, ao lado dos senhores<sup>241</sup>.

E apenas através da voz dos brancos, “todos nomes respeitáveis, o que significava a seriedade do movimento”<sup>242</sup>, os negros tiveram seus direitos suplicados numa “humanitária atividade”<sup>243</sup>, conduzindo à vitória da abolição. Ela, neste entendimento, foi obra heróica e patriótica dos brancos.

Pesquisador habilidoso, Reis procura oferecer suportes às suas afirmações. É o caso, por exemplo, de sua insistente argumentação tendo por base o reduzido contingente populacional negro e uma ínfima população de descendentes, portanto não

<sup>240</sup> REIS, *Aspectos...*, 1966, p. 116.

<sup>241</sup> *Ibidem*.

<sup>242</sup> REIS, *História do Amazonas*, p. 235.

<sup>243</sup> *Ibidem*.

se constituindo em um relevante grupo de resistência ou de pressão política na Amazônia, e também no Amazonas durante o processo abolicionista.

Coube aos brancos, portanto, a obra da abolição da escravidão. A existência de uma historiografia das diferentes formas de resistência negra e de ações de escravos negros que possuem conexão evidente com a Abolição pode ser ilustrada com a percepção de autores como Maria Sylvia de Carvalho Franco, para que “o escravo [...] existiu como ‘presença ausente’, mas constante e pesada, no mundo dos homens livres [...]”<sup>244</sup>. A partir dessas interpretações, não se pretende negar as informações da historiografia dominante sob a liderança de Arthur Reis, que privilegia “todos da melhor sociedade da capital”,<sup>245</sup> como dirigentes do movimento abolicionista, pelo contrário, eles, os segmentos proprietários, representados por alguns pesquisadores como elementos da Maçonaria<sup>246</sup>, foram os articuladores políticos desse processo, o que não se pode omitir nesta discussão é toda uma resistência negra que por séculos incomodou, e com muita persistência as camadas dominantes.

O pesquisador de hoje envolvido com História do Amazonas, e dos processos sociais nela envolvidos deve ouvir o apropriado questionamento de Walter Benjamin e perguntar-se: “...não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram?”, e a partir das valiosas sugestões de Arthur Reis, compulsadas com outras fontes, identificar, dentro deste movimento abolicionista burocraticamente construído, rastros daquilo que E. P. Thompson chamou de uma “tradição anônima”, que pressionou, inegavelmente, a libertação da condição escrava no Amazonas. Encontram-se nos arquivos cartoriais, por exemplo, muitos escravos que compravam sua própria liberdade e auxiliaram a liberdade de outros escravos, a existência de pelourinhos em diversos lugares do Amazonas e registros de escravos encarcerados revelam insubordinação e atentados contra seus senhores<sup>247</sup> e não se pode negligenciar a existência de uma pressão sistemática desses escravos, utilizando métodos variados e com alcances limitados, mas que se constituem em expressões claras de uma mentalidade de liberdade, contrariando a regra do comodismo habitual dos negros na Amazônia, que também através de uma explicação determinista, como se a floresta inibisse essas práticas libertadoras. A grande

<sup>244</sup> FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1997, p. 9.

<sup>245</sup> REIS, A. C. F. **História do Amazonas**, 1989, p. 239.

<sup>246</sup> Além de Arthur Reis destacam-se Antônio Loureiro, Mário Ypiranga, Abrahim Baze.

<sup>247</sup> REIS, op. cit., 1989, p. 234.

quantidade de quilombos, por si, já contesta essa explicação que Reis e seus seguidores insistiam em apresentar e de como o meio natural foi aliado dessas instituições alternativas criadas pelos negros fugidos<sup>248</sup>.

A própria História do Amazonas de Reis é repleta dessas informações, mesmo que às margens da história principal, liderada pelos brancos e seus descendentes. Assim, através de dados estatísticos, pode-se inferir a freqüência de fugas de escravos pela constatação de constantes decréscimos populacionais dessa etnia, pois apenas as mortes naturais e as vendas de escravos para outras Províncias não justificariam essa diminuição sistemática. Supondo que os números maiores correspondem à chegada de escravos na Amazônia, as várias estatísticas mencionadas por Reis indicam números mais elevados nos anos de 1833 e de 1860, por exemplo, para apresentarem a seguir uma tendência para o decréscimo nos períodos posteriores:

Sob o Império, a população negra não teve aumento excessivo. Os escravos vinham da Angola e de vários pontos do Brasil. Falam as várias estatísticas levantadas. Em 1833, a comarca tinha 962 escravos; em 1840, 710; em 1851, 750; em 1856, 912; em 1860, 1026; em 1869, 581; em 1881, 1716; em 1883, 1117; em 1884, 1501.<sup>249</sup>

Esses dados merecem uma análise cuidadosa e devem ser comparados com outras fontes eventualmente disponíveis, como critério de validade de pesquisa, servindo as informações de Reis como elemento de formação de questionamento. Apesar do caráter branco e anti-popular da abolição da escravidão negra no Amazonas, Reis oferece elementos de contradição. A participação dos catraieiros que se recusavam em transportar escravos, foi um exemplo disso<sup>250</sup>.

Arthur Reis questiona a ausência da igreja Católica como defensora dos interesses dos escravos negros no Amazonas, o que merece ainda estudos mais aprofundados, e à falta desses defensores, coube aos brancos o papel de defensores dos interesses dos escravos, assim “Logo após a independência, começaram então as primeiras vozes a

<sup>248</sup> FUNES, Eurípedes A. “Nasci nas matas, nunca tive Senhor: História e memória dos mocambos do baixo Amazonas”. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos S. (Orgs). **Liberdade por um fio – História dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1998. A propósito dessa resistência no Brasil destacam-se as pesquisas de João José Reis e Eduardo Silva expostas em **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**, 1989; além de importantes contribuições de Luiz Mott, Kátia Mattoso, Antonio Risério e outros.

<sup>249</sup> REIS, **História do Amazonas**, 1989, p. 233.

<sup>250</sup> *Ibidem*, p. 240.

erguer-se contra a situação daquela gente. E aos poucos se foi avolumando a corrente que pregava a liberdade”<sup>251</sup>, ainda ligado a uma tradição de Joaquim Nabuco, Reis remete os primórdios da campanha abolicionista no Amazonas à independência do Brasil, como se escravidão fosse um mal herdado do período colonial e que o Brasil agora deveria ser uma pátria livre composta de homens livres<sup>252</sup>.

Arthur Reis contempla apenas algumas idéias de Nabuco, pois com o objetivo de forjar uma história do Amazonas genuína, a causa do Amazonas recebe uma periodização própria que vai de 1866 a 1884, e foi abordada como complemento do movimento abolicionista nacional, e não apenas como um resultado do processo central, localizado a partir da Corte, ou mais especificamente, do Parlamento, divulgado pela imprensa e encampado, a partir de então, nas mais longínquas províncias, como sugeria as análises de Nabuco. Para Reis, cabe ao Amazonas, “[...] como justificadamente escreveu o historiador J. B. Faria e Souza, a *glória dos primeiros movimentos abolicionistas*”<sup>253</sup>.

A campanha segue em uma ordeira luta dentro da ordem provincial, através do parlamento, “quando o deputado Agostinho de Souza apresentou à Assembléia Legislativa Provincial, a 13 de maio de 1866, sendo aprovado, um aditivo ao orçamento,... [para] a emancipação do elemento servil”<sup>254</sup>. Esta política de financiamento público para financiamento de libertação de escravos é complacientemente aceita por Arthur Reis, ressaltando-a como uma ação meritória, pois mudava-se lenta e ordeiramente a condição dos escravos, sem desequilibrar a estrutura econômica da Província, sem prejuízos aos proprietários. A propósito desta data, José Maria Bezerra Neto, tece uma análise muito apropriada da negação da Cabanagem, e tudo que ela representou de perigo aos modelos sociais, políticos e econômicos vigentes na Amazônia à época desta revolta, pelos abolicionistas ao escolherem o 13 de maio como marco do processo abolicionista no Pará. Foi em 13 de maio de 1836 que os cabanos foram derrotados, sendo retirados do poder que haviam assumido em Belém. O deputado abolicionista do Amazonas ao adotar esta data, também estava assumindo uma postura de louvor à ordem restabelecida na Amazônia pelos legalistas, sendo absorvido por Arthur Reis como marco inicial do processo abolicionista no Amazonas.

---

<sup>251</sup> REIS, *História do Amazonas*, 1989, p. 234.

<sup>252</sup> NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

<sup>253</sup> REIS, op. cit., 1989, p. 234.

<sup>254</sup> *Ibidem*.

Assim, “... os abolicionistas identificavam-se com o processo de emancipação política do Grão-Pará, mas não se viam como herdeiros da luta da Cabanagem pela liberdade”<sup>255</sup>. O mesmo ocorreu no Amazonas, pois estava marcada para o dia 5 de setembro de 1884 a data da declaração da extinção da escravidão. A redenção dos escravos seria relembrada na data da elevação do Amazonas à condição de Província. Seria comemorada uma dupla liberdade, se não fossem alguns imprevistos, como a ameaça de deposição de Teodoro Souto, do cargo de governador, antecipando a abolição da escravidão negra no Amazonas para 10 de julho do mesmo ano.

Prossegue Arthur Reis sua narrativa, classificando o movimento abolicionista em três etapas. A primeira, de iniciativa parlamentar, em 13 de maio de 1866, quando é proposto um orçamento para concessão de alforria de escravos. Estranhamente, Reis omite a Lei de 1864 que reconhecia os “africanos livres” que entraram no Brasil ilegalmente e que vieram para o Amazonas para trabalharem em uma colônia de Itacoatiara<sup>256</sup>, afinal, esse reconhecimento era uma imposição da legislação que proibia o tráfico de escravos em todo Brasil, apenas um reconhecimento, não constituindo iniciativa heróica ou genuína como queria construir sua História do Amazonas.

Assim, com a Lei de 1866, “O Amazonas adiantava-se na criação do fundo de emancipação, primeira medida séria para a liberdade dos escravos a que o país assistiu”<sup>257</sup> e somente em setembro de 1870, Parlamento Nacional aprova uma medida com igual finalidade. Aqui no Amazonas, entretanto, “a verba não teve imediata aplicação” (p. 234). Outras propostas de orçamento se seguiram até que 1871, a

Assembléia, num gesto profundamente humanitário, [...] resolveu, [conceder] a liberdade do ventre daquelas mães que, por seu estado de saúde estivessem em estado de procriarem. Novamente o Amazonas se antecipava. A lei do ventre livre, idealizada pelo Visconde do Rio Branco para o Brasil, só seria uma realidade em 28 de setembro de 1871 e em parte devido à vontade do legislativo amazonense<sup>258</sup>.

<sup>255</sup> BEZERRA NETO, José Maria. O doce Treze de maio. O abolicionismo e as visões da Cabanagem, Grão-Pará – Século XX. In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas; LIMA, Maria Roseane Pinto (Orgs.). **Faces da História da Amazônia**. Belém: Paca-Tatu, 2006, (pp. 341-382). (p. 376)

<sup>256</sup> LOUREIRO, Antônio José Souto. **O Amazonas na Época Imperial**. 2. ed. Manaus: T. Loureiro Ltda, 1989, p. 215.

<sup>257</sup> REIS, **História do Amazonas**, p. 234.

<sup>258</sup> *Ibidem*, p. 235-236.

A História do Amazonas, construída por Arthur Reis, pretendia dar exemplo à nação e não apenas fazer referência a uma campanha que já estava em curso no país.

A segunda fase do movimento abolicionista de Reis é marcada pela participação da sociedade organizada, para dar apoio às iniciativas do Executivo e do Parlamento. Em alguns momentos, ocorreu a inviabilidade de aplicação de verbas, ou mesmo a demora em instituí-la, pouco esclarecido por Arthur Reis, sendo necessária essa participação. A historiografia de Reis inova em relação ao tom memorialista da campanha abolicionista quando cede espaço às sociedades libertadoras como gestoras desse processo, aspecto esse ainda pouco esclarecido por Arthur Reis

Já em 1870 fala do surgimento da *Sociedade Emancipadora Amazonense*, “um centro que tivesse por fim manumitir o maior número de escravos”<sup>259</sup>, “formada pelos melhores elementos de todas as classes”<sup>260</sup> e que por alguma razão deixou posteriormente de existir e que segundo Reis é sucedida, em 1881, pela *Cearense Libertadora*. Posteriormente, são criadas várias dessas sociedades, agora, segundo Reis incentivadas e com o aval do governo provincial, Teodoro Souto. São elas: a *Sociedade 1º de Janeiro*; a *5 de Setembro*, de Caiçara, no Solimões; a *Amazonense Libertadoras*; a *Libertadora 25 de Março*; a *Cruzada Libertadora da Escola Normal*; o *Clube Escolar Abolicionista* e o *Club Juvenil Emancipador* dentre outras criadas em várias cidades do Amazonas como em Manacapuru, Itacoatiara, Codajás, Manicoré e Parintins. Em outros lugares não citados foram criadas essas organizações como em Maués, Humaitá e Tefé<sup>261</sup>.

Preocupado em citar os nomes dos ilustres membros dessas organizações, Reis perde a rica oportunidade de deixar transparecer um movimento polifônico, com vários interesses em jogo. Seu discurso acentuadamente governista ressalta a participação da organização diretamente vinculada a Teodoro Souto, descrevendo o movimento como uma obra orquestrada pelo governador.

As diferenças existentes entre as duas sociedades vinculadas à Maçonaria não foram evidenciadas, afinal ambas tinham um ponto em comum, a regulamentação imediata dessa mão-de-obra que iria surgir no mercado.

A voz oriundas das camadas mais populares, através dos estudantes que criaram sociedades fora da tutela do Estado. Onde estavam os catraieiros que já haviam

---

<sup>259</sup> REIS, *História do Amazonas*, 1989, p. 234.

<sup>260</sup> *Ibidem*.

<sup>261</sup> IGHA. *Documentos manuscritos sobre a abolição da escravidão no Amazonas*. Manaus, 1988.

manifestado seu apoio à abolição dos escravos? É provável que nas associações dos maçons eles não fossem encontrados.

E finalmente o terceiro momento do processo abolicionista de Arthur Reis será aquele que levará à vitória final, liderada pelo poder Executivo na figura do governador.

Sem a preocupação de dar uma interpretação forçada dos fatos, quanto à política de Teodoro Souto de conquistar a liberação dos escravos, gradualmente, sem provocar profundos impactos na sociedade e na economia, através da indenização aos senhores pela declaração de liberdade de seus escravos, Reis afirma que “Com a presidência do dr. Teodoro Souto, acelerou-se o esforço visando, agora, não apenas a libertação paulatina de escravos, mas a total, o que foi realizado...”<sup>262</sup>, e acrescenta que “a verba não foi, porém, utilizada. É que os proprietários de escravos haviam concedido a liberdade sem exigir pagamento”<sup>263</sup>, contrariando as informações das correspondências das autoridades que relatam a utilização dos Fundos de Emancipação<sup>264</sup>

Teodoro Souto, comparado à Lobo d’Almada foi elevado ao rol dos grandes administradores do Amazonas, nesta historiografia de Arthur Reis construída a partir de documentos oficiais, através dos quais ele reelabora as memórias dos abolicionistas, como se fossem suas.

Somente em 30 de março de 1887, foi oficializada a inexistência de escravos no Amazonas, após o “encerramento do livro de matrículas de escravos”, na Alfândega de Manaus<sup>265</sup>.

A existência e as ações de tais organizações indicam a presença de uma sociedade civil ou de uma sociedade que apresentava a possibilidade de expressões de interesses diversificados e até mesmo opostos. O estudo detalhado dessas organizações, associações, movimentos oriundos da população revelam a existência de vida social e política intensas.

A produção de Arthur Reis indica muito claramente essa realidade, essa situação. Lembremos ainda que o Estado e as ações de governo sempre revelam a existência de um campo de luta dentro desse próprio Estado, refletindo os interesses e as forças sociais presentes.

---

<sup>262</sup> REIS, **Súmula**, 1965, p. 62-63.

<sup>263</sup> *Ibidem*, p. 63.

<sup>264</sup> IGHA, **Documentos**, 1988.

<sup>265</sup> LOUREIRO, **O Amazonas na Época Imperial**, 1989, p. 219.

Nesta perspectiva historiográfica na qual a política assume o papel principal, Arthur Reis conclui que de acordo com as características da economia amazônica, voltada principalmente para uma atividade extrativa “Não se criou no Amazonas, em conseqüência, uma **mentalidade escravista** na base da mão de obra africana. Daí a facilidade por que os amazonenses se deixaram empolgar pelo movimento abolicionista”<sup>266</sup>.

Merece atenção especial o que o autor entende por “mentalidade escravista”, considerando a condição indígena neste processo histórico amazônico, pois se sabe que, durante todo período colonial e grande parte do imperial, os índios nunca foram livres.

Assim, o que se deve acrescentar é que “A abolição não é um evento estritamente político, ainda que se tenha cristalizado como tal. Trata-se de um processo que se desenvolvia pouco a pouco no seio da sociedade escravocrata, como um dos seus produtos naturais”<sup>267</sup>. A configuração econômica consolidada no final do século XIX exigia a inserção da Amazônia no mercado internacional, pressionada e submetida a uma nova necessidade do capital. A industrialização, e mais particularmente, a procura pelo látex da Amazônia, cria novas regras de produção e conseqüentemente, novas formas de produzir e de mão-de-obra.

Já em 1870, época das intensas campanhas abolicionistas no Amazonas, a borracha já ocupava peso principal na economia regional. As atenções dos proprietários, incentivados também pela Lei de Terra de 1850, voltam-se para resolver o problema da ocupação de grandes extensões de terra no Amazonas, os seringais, com colonos que eles iriam buscar em outros lugares, como os trabalhadores do Ceará, que premidos pela miséria e pela seca, foram com mais facilidade convencidos a virem resolver seus problemas na Amazônia, compondo o quadro de trabalho da chamada, fase áurea da borracha. Os escravos não estavam contemplados nesta política de colonização da Lei de Terra. Sua função social na Amazônia, a partir dessa política econômica, estava cumprida.

Arthur Reis fornece aos pesquisadores, um dos mais importantes elementos para reflexão, sobre o movimento abolicionista no Amazonas, que é o entendimento dessa “mentalidade escravagista”, que poderá, pela complexidade da sugestão, chegar um pouco mais próximo do que os abolicionistas pretendiam.

---

<sup>266</sup> REIS, **Súmula**, 1965, p. 61-62.

<sup>267</sup> IANNI, Otávio. **As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional**. São Paulo: DIFEL, 1962, p. 209.



Sinalizando para a compreensão de que modo o que se chama de movimento abolicionista, na realidade se expressa não apenas entre os diferentes grupos da população, mas de um modo diferenciado também no seio do próprio poder: Estado, governo, posição dos governantes, legislativo, etc.

## CAPÍTULO III

### O OUTRO LADO DA HISTÓRIA: A “DESORDEM”

#### 3.1 “Nos entreveros da Cabanagem”<sup>268</sup>

A Cabanagem tornou-se o mais significativo movimento social e político ocorrido na primeira metade do século XIX na Amazônia. Objeto de inúmeras e diferenciadas pesquisas e interpretações, tem suscitado até hoje, uma gama de opiniões diferenciadas, refletindo o quadro de complexidade do próprio movimento.

O autor da maior obra sobre o assunto é Domingos Raiol<sup>269</sup>. Sua compreensão sobre Cabanagem está presente em várias obras sobre o tema, não apenas como referência bibliográfica, mas como modelo metodológico. Arthur Reis também será influenciado por este pensamento. Portanto, é oportuno neste momento destacar como Reis faz seu diálogo com aquele autor, sendo possível, a partir daí, a abstração conceitual da Cabanagem em ambos os autores.

As várias obras de Arthur Reis em que aborda a Cabanagem estão permeadas de citações e referências indiretas à obra e às idéias de Raiol. A despeito da concordância com o pensamento predominante de Raiol, Reis demonstra uma percepção criteriosa sobre aquela interpretação da história. São bastante esclarecedoras as impressões de Reis sobre aquela obra que tanto lhe influenciou, assim dizendo:

Raiol chamou seu livro *Motins Políticos*. A denominação não me parece feliz. [...] A Cabanagem, com cinco anos ininterruptos de guerra civil, não pode ser tida e havida como uma rebeldia de escassa importância. Suas raízes encontram-se em toda aquela série de acontecimentos que despontam com os entreveros da Independência e se alongam até 1835, quando assume a intensidade que lhe reconhe[ce]mos. Esses acontecimentos constituem uma cadeia de fatos revolucionários, que o próprio Raiol divulgou, registrando-os em muitas de suas minúcias. Processo revolucionário que teria sua eclosão final na Cabanagem. E se assim foi, por que não reconhecer que neles devemos

<sup>268</sup> Título de um dos capítulos do livro de REIS, A. C.F. **História de Óbidos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Belém: Governo do Estado do Pará, 1979, p. 64.

<sup>269</sup> RAIOL, Domingos Antônio. **Motins Políticos - Ou História dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. Pará: Universidade Federal do Pará. 2. ed., 1º vol., 1970.

ir buscar as raízes dos fatos revolucionários posteriores? Motins ou prelúdios de uma grande revolução, como a gaúcha, a nossa Cabanagem?<sup>270</sup>

A impropriedade que Arthur Reis aponta em relação ao título da obra de Domingos Raiol, *Motins Políticos*, faz com que este não comporte toda a dimensão que o acontecimento histórico encerra. Entretanto, teriam melhor fundamentação se a própria obra de Reis não o colocasse em contradição. Ele próprio utiliza o conceito de “revolução” para a Cabanagem, mas seguidamente a desqualifica pela falta de “capacidade intelectual e moral” das lideranças, transformando-a em atos de selvageria. A capacidade intelectual de Reis revela-se capaz de demonstrar profundo conhecimento reflexivo sobre o assunto. Sua historiografia, entretanto, revela seus constantes pontos e aproximação e de coincidência com a visão de Raiol.

Apesar do título da obra constar um conceito específico de movimento social, e sem entrar no mérito de uma discussão conceitual, Domingos Raiol utiliza “motim” genericamente, recorrendo até ao conceito de “revolução” para identificar alguns fenômenos desse processo histórico.

Continuando as críticas à obra de Raiol, em certo momento chega a considerá-la imparcialmente “reduzida a inventários ou registro de fatos”, sem se aventurar em explicações, sem fazer exegese<sup>271</sup>.

As razões históricas, as justificativas, os adjetivos depreciativos ou enaltecidos são alguns dos detalhes contidos nos ‘Motins Políticos’ que revelam a parcialidade e as construções analíticas do autor, revelando uma postura historiográfica a partir de uma análise comprometida com as estruturas de poder. Afinal ele fazia parte daquele estrato social, e estava realizando a difícil tarefa de escritura de uma história do presente. O próprio autor evidencia o lugar a partir do qual está falando ao dizer que “Escrevemos sobre fatos contemporâneos e conhecemos os espinhos que nos cercam. Tratamos de acontecimentos políticos e divisamos os partidos em luta contra nós. Os ressentimentos talvez não estejam ainda amortecidos”. Percebendo isso Pinheiro havia concluído que “O legalismo de Raiol está presente em cada página de sua obra [...]”<sup>272</sup>.

<sup>270</sup> REIS, A. C. F. In: **Introdução** de “Motins Políticos”, RAIOL, D. A. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, p. 5.

<sup>271</sup> REIS, 1970, In.: Introdução de RAIOL, p. 6.

<sup>272</sup> PINHEIRO, **Nos subterrâneos da revolta – trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem**, 1998, p. 54.

As “exegeses” contidas no corpo da obra de Raiol, e aparentemente não percebidas por Reis, foram na verdade absorvidas por este com se fossem suas, com suave e passiva aquiescência. A imparcialidade encontrada por Reis em *Motins Políticos* demonstra esta interpretação feita sem conflitos ou sem grandes divergências revelando uma aproximação, até mesmo uma identificação com a perspectiva da narrativa de Raiol, colaborando para que aquele não notasse que se tratava de uma obra explicativa.

A qualificada historiografia de Reis revela o senso crítico e analítico deste pesquisador, sem, no entanto, abrir mão de sua “visão de mundo” que marcará sua produção intelectual. Ela estará sempre a serviço da construção de uma sociedade brasileira mais desenvolvida e qualquer disfunção social, que não se encaminhe nesta direção, é tomada como acontecimento perigoso, merecendo ser severamente criticado. Assim, o autor aponta sempre como consequência da Cabanagem, em quase todas as publicações nas quais este assunto foi tratado, considerações semelhantes a esta: “O Alto Amazonas, finda a luta, arrastava-se em penúria. Toda a atividade agrícola desaparecera. A população diminuía consideravelmente”<sup>273</sup>, reafirmando sua tese principal de que a “desordem” inviabilizava o progresso.

Mesmo possuindo instrumentos analíticos mais sofisticados, Reis vai escrever sua Cabanagem com a “voz” do poder dominante, a mesma usada por Raiol para escrever a sua. Ambos estavam lado a lado, partilhando, cada um a seu tempo e municiados por algumas variações metodológicas, a mesma perspectiva do olhar. Segundo Raiol, em seus escritos sobre a Cabanagem, aí podendo ser inserido Reis, foram divisados, e com bastante determinação, “os partidos em luta contra nós”<sup>274</sup>.

Arthur Reis e Antônio Raiol, inseridos na historiografia de cunho elitista, escreviam a partir do poder e para ele. Ambos falavam a partir de um único lugar, o da “ordem” administrativa. Assim Reis se manifesta sobre a reação à Cabanagem: “Aos poucos foi sendo vencida a desordem”<sup>275</sup>, e na mesma direção continua em outra obra sobre o mesmo assunto: “Em todas essas circunstâncias a colaboração de Pauxis se fizera rápida e eficiente. Como Óbidos se fizera forte! Como seus homens se tinham revelado cheios de

---

<sup>273</sup> REIS, *História do Amazonas*. 1989, p. 181.

<sup>274</sup> RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos - Ou História dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Pará: Universidade Federal do Pará. 2ª ed., 1º vol., 1970. Prefácio escrito para a primeira edição, em 1865. (p. 8)

<sup>275</sup> REIS, A. C. F. Cabanagem. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 347, Abr/Jun, 1985. (p. 27)

sentimentos cívicos! Como os pauxianos das horas angustiosas da cabanagem estavam longe daqueles eternos inimigos das razias internas, nas questiúnculas de aldeia!”<sup>276</sup>. Ele deixa claro de que lado estava. E não era, definitivamente, sua história, assim como a de Raiol, uma história “vista” ou construída a partir “de baixo”.

Arthur Reis lamenta a ausência de fatos, que considera de relevante importância para compor o quadro mais completo da Cabanagem na obra de Raiol, principalmente sobre questões do Baixo e Alto Amazonas. Crítica fundamental, que é capaz de perceber nitidamente a necessidade de uma historiografia mais elaborada em relação à Cabanagem no Amazonas. Uma historiografia revestida de consistência capaz de suprir as lacunas existentes sobre este tema e de revisar e ampliar os poucos registros existentes.

Ainda na Introdução do livro de Raiol, Reis manifesta sua posição contrária a um tipo de leitura da Cabanagem, apadrinhada pelo IHGB, que explica este movimento a partir do “sentimento nacionalista”<sup>277</sup> como os dinamizadores desse processo. Este pensamento ganhou destaque com as publicações feitas em comemoração ao centenário da Cabanagem, em 1936, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Pará<sup>278</sup> que numa revisão da historiografia tradicional, inicia, porém cheia de atropelos, a valorização deste acontecimento regional como marco formador da brasilidade e inserido no contexto nacional.

Assim, ao criticar Raiol e aqueles que partilham da visão “nacionalista”, Reis alerta:

Sem que partíssemos do exame da situação social que experimentava a Amazônia ao findar o período colonial, condição a refletir os altos e baixos da sociedade regional, a problemática política e econômica, todo e qualquer esforço para afirmar o que teria motivado o período estaria condenado de início. Porque seria justamente naquele passado mais próximo que deveríamos descobrir as raízes do processo revolucionário. Aqueles que não tinham contra os que tinham, da observação de Handelman [...].<sup>279</sup>

Ou seja, chamando a atenção para a necessidade da percepção da crise social da região Amazônica como um dos fatores determinantes da Cabanagem.

<sup>276</sup> REIS, **História. de Óbidos** 1979, p. 80.

<sup>277</sup> REIS, In. RAIOL, 1979, p. 5.

<sup>278</sup> PINHEIRO, L. B. S. P. **Visões da Cabanagem**, 2001, p. 63.

<sup>279</sup> REIS, A. C. F. In: **Introdução** de “Motins Políticos”, RAIOL, D. A. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, p. 5.

A complexidade deste movimento, afirmada anteriormente, pode ser demonstrada através das várias interpretações a que ele vem sendo submetido ao longo do tempo. Metodologias, aportes teóricos e conseqüentes expressões conceituais marcam essas diferenças que, apesar das não raras contraposições, revelam de um ou outro modo a dimensão deste acontecimento. Destaca-se assim, como reflexo dessa tensão historiográfica a “visão” que Luis Balkar Pinheiro tem sobre a Cabanagem assinalando que ela

[...] expressa antes um momento conjuntural da história paraense onde aquelas diferentes trajetórias de tensões, na base e na cúpula da sociedade local, fossem apenas latentes ou explicitadas, haviam ganhado expressão e densidade ao se entrecruzarem, produzindo um processo aberto de confrontações armadas que colocou por terra todo e qualquer vestígio de autoridade institucional, no momento mesmo em que a pluralidade de demandas do movimento, bem como seus aspectos conflitantes, inviabilizavam a emergência de um ‘projeto’ de hegemonia entre os rebeldes

<sup>280</sup>

A Cabanagem, tema presente na obra de Arthur Reis, será aqui objeto de análise a partir do conceito amplo de “movimento social”, portanto, sem reduzi-lo a uma definição estrita, pois o que se pretende é que este não seja nesse momento o propósito deste estudo, na medida em que se está vislumbrando é a possibilidade de ampliação da compreensão deste processo histórico a partir do “olhar” deste autor.

Em 1936 ocorreram as comemorações do centenário da Cabanagem. Típicos “eventos” de rememoração dos “mortos” que deram suas vidas pela construção de uma grandiosa nação.

A partir desta data a Cabanagem será encenada como o lugar histórico da aliança da Amazônia e do Brasil. Entretanto, os Institutos, forjadores do mito desta gigantesca nacionalidade, e responsáveis por estes rituais na região revelam, logo na apresentação, as limitações da Cabanagem como acontecimento histórico digno desse novo *status* que se pretendia a ele atribuir. Paradoxalmente, foi escolhido 15 de agosto, o dia da derrota dos cabanos em Belém, para as comemorações.

Arthur Reis ativo participante de alguns Institutos Históricos também está envolvido neste processo. Entretanto, ele se destaca por não concordar com a idéia maior

<sup>280</sup> PINHEIRO, L. B. S. P. **Visões da Cabanagem – Uma revolta popular e suas representações na historiografia**. Manaus: Editora Valer, 2001, p. 119.

dessa corrente de pensamento, a da “restauração nativista”<sup>281</sup>, que encontra as origens da Cabanagem no “sentimento nacionalista, que por algum tempo foi apresentado como o fundamento da explosão, [e que, segundo Reis] não nos parece sensato ou de modo a merecer a nossa aceitação”<sup>282</sup>.

Apesar de demarcar sua diferença, Reis não questiona a data escolhida, apontado também os limites de sua revisão historiográfica. O peso do drama social, vivido desde o período colonial na Amazônia, coerentemente assinalado por Reis como gérmen do conflito cabano, acompanhando o pensamento de Handelmann, não tem força para questionar o dia 15 de agosto como data ritualística. Ele dá um salto de qualidade, mas não rompe totalmente com o pensamento predominante da historiografia conservadora de Raiol. De modo geral, sua Cabanagem é qualificadamente conservadora. Aponta importantes caminhos para reflexão, mas continuou, assim como possivelmente Antônio Raiol também, comemorando a derrota dos cabanos. Comemora-se a Cabanagem, como acontecimento genérico, mas os cabanos com suas complexas aspirações, não.

Como reflexo dessa situação, Arthur Reis publica em Manaus, um artigo especial para a *Revista do Estudante* de julho/agosto de 1936<sup>283</sup>, intitulado “Cabanagem”, no mesmo período das comemorações do centenário deste movimento.

Através deste condensado artigo é possível perceber as principais idéias do autor sobre o assunto, e de modo claro, seu distanciamento em relação aos historiadores dos Institutos Históricos e Geográficos e suas limitações metodológicas.

Através deste artigo síntese sobre a Cabanagem, Arthur Reis oferece os elementos básicos que nortearão sua historiografia sobre o tema, servindo de subsídios para os mais diferenciados leitores, pesquisadores ou historiadores das mais distintas percepções ou visões de mundo, pois este historiador vai além de simples formulações conservadoras, contribuindo, com informações adquiridas em anos de pesquisa arquivística, para a formação de um conjunto de argumentos sobre este assunto, pois fornece, direta ou indiretamente, elementos que podem ser “apropriados” de diferentes formas e intenções.

Na historiografia de Arthur Reis sobre a Cabanagem sobressaem os três grandes eixos de sua abordagem: a) tratada como um evento singular, porém parte da história

---

<sup>281</sup> Ibidem, p. 63.

<sup>282</sup> REIS, Introdução RAIOL, 1970, p. 5-6.

<sup>283</sup> REIS, A. C. F. “Cabanagem”, In: **Revista do Estudante**. Manaus: Ano 1, Nº 4 e 5, Jul/Ago, 1936, p. 9.

nacional; b) inserida no campo da história política de afirmação ou negação dos agentes e c) permeada de reflexões críticas sobre o movimento.

### 3.1.1 “A Amazônia participa da história nacional...”

...com um punhado de horas sensacionais, dramas que viveram os nossos maiores. Começamos com a conquista colonial da hirtlândia, em luta feroz contra o nativo, contra o intruso holandez, inglez e francez, contra o hespanhol a quem tomamos o domínio de uma immensidade territorial que lhe reconheceu de direito sua o Portugal de 1493. Depois, Fo a obra santificada das ordens religiosas, que venceram o nativo, facilitando a tarefa do soldado e do soldado e do estadista vindos de Lisboa. Mais tarde, com a epopéa do nordestino que triumphou na arremetida contra a jangla escrevendo as páginas da abastança com o ouro negro e os capítulos admiráveis da integração do Acre ao Brasil”<sup>284</sup>.

Nele encontram-se também elementos nacionalistas, de formação de uma nação grandiosa e unificada, formada por pessoas que não têm medo de demonstrarem verdadeiros gestos desse patriotismo, vinculada à história nacional vivida naquele momento, contribuindo para a sua construção.

Tentando buscar as origens da Cabanagem nas diferenças, que não eram apenas políticas, mas com forte caráter econômico, Reis remete esta discussão aos momentos anteriores e aos imediatamente posteriores à independência do Brasil, identificando dois grandes grupos. Segundo ele, “Pode-se mesmo afirmar que se constituíram dois grupos, que passaram a digladiar-se: o dos brasileiros natos, exaltados, que teve como o padre Raimundo Sanches de Brito [...]; e dos reinóis e descendentes [...]”<sup>285</sup>. Esses grupos, para alguns historiadores, serão transferidos como os grupos predominantes do movimento cabano, transformando a Cabanagem em uma luta contra esses portugueses.

Reis transforma duas personagens em heróis da Cabanagem. No Baixo Amazonas, o padre Sanches de Brito e no Alto Amazonas, Ambrósio Aires, já com forte influência de Bertino Miranda. É bastante significativo esse reconhecimento, pois eles irão fundamentar sua historiografia dos fatos históricos que constroem o Brasil como nação. Esses “caudilhos”, representantes das forças legalistas, lideraram a repressão aos cabanos

---

<sup>284</sup> Ibidem, p. 9.

<sup>285</sup> REIS, *História de Óbidos*, 1979, p. 48-49.



e, segundo o autor, foram os responsáveis pela manutenção da unidade territorial brasileira.

Sanches de Brito, por exemplo, é identificado por Reis como um árduo defensor da independência do Brasil. O representante do grupo “exaltado” das lutas pela independência é transformado em ferrenho inimigo da “ameaçadora” Cabanagem. Sua historiografia demonstra fragilidade para colocar personagens históricos no lugar que ele considera acertado. Não aprofunda, portanto a presença de antigos “exaltados”, como Batista Campos, como líder cabano, e não faz mais referência à aliança entre o líder cabano e Sanches de Brito. Não relaciona também a postura política de vários Juizes de Paz que anteriormente tiveram uma postura favorável à independência e, posteriormente se converteram em lideranças cabanas.

Apesar de narrar o apoio dado por muitas Câmaras Municipais do Baixo e Alto Amazonas aos portugueses contrários à independência e discutir a política de conciliação entre “reinóis” e brasileiros, omite, posteriormente a vinculação de alguns desses pró-reinóis, como líderes, ao lado dos brasileiros “exaltados” no combate à Cabanagem.

E continua a construção de sua historiografia nacionalista, fundamentada nos princípios da revolução burguesa como igualdade, liberdade, democracia, como pode ser lido no trecho a seguir, associando a Cabanagem a outros movimentos de amplitude nacional:

Cabanagem revelou um estado de espírito da Amazônia e refletiu a inquietação que assinalava o Brasil de então. No sul, aos Farroupilhas se proclamavam em república. Não era o ascencionismo, mas a mudança de regime político, o anseio pela democracia. Aqui, batiamo-nos contra o advena que desconhecia as nossas cousas e nos pretendia mandar. Queríamos igualdade, liberdade. Era o mesmo anseio pela democracia. Aqui como lá um idealismo sadio pelo Brasil. Angelim, tentando por estrangeiros audaciosos que lhe oferecera na ajuda financeira e material para desligar a Amazônia do Império, expulsou-os de palácio e do Rio Rei. Angelim tinha apenas 21 anos de idade!<sup>286</sup>

Reis descreve as relações de intensos conflitos entre os vários segmentos sociais e instituições, revelando, por exemplo, que em 1831 o Pará vivia uma crise de poder, como fica patenteado pelas animosidades e desconfianças demonstradas entre os grupos

---

<sup>286</sup> REIS, “Cabanagem”, In: **Revista do Estudante**, 1936, p. 9.

caramurus e constitucionais. Referendando, portanto, as impressões de Bernardo José da Gama que “sentiu a Província não se integrara ainda ao sistema nacional – *parece não pertencer ao Império Brasileiro*”<sup>287</sup>. Apesar da caracterização geral, o autor reduz esta situação, a simples antagonismo entre brasileiros e estrangeiros<sup>288</sup>.

É inquestionável a existência desses antagonismos entre brasileiros e portugueses, entretanto Reis, seguindo os mesmos caminhos daqueles que ele criticou, supervaloriza esses conflitos e disputas, aparentemente numa tentativa de também justificar uma história ufanista.

E os exemplos seguem afirmando essa particularidade da luta dos brasileiros, como as causas da Cabanagem aqui apontadas:

Explicável, esse drama de sangue, pela estreiteza partidária que movimentou e dividiu a sociedade paraense desde a Independência, pelo jacobinismo desenfreado, pelas velhas diferenças sociais que explodiram com uma violência ilimitada, podemos encontrar suas manifestações mais próximas nos incidentes que decorreram da abdicação de D. Pedro I e da implantação do regime regencial<sup>289</sup>.

O Grão-Pará ainda estava, é bem verdade, vivendo os reflexos de um problema mal resolvido como o Império Brasileiro, através da freqüente resistência dos descendentes de portugueses e daqueles que ainda residiam na região a um poder subordinado ao Centro-Sul do Brasil. Para eles era mais conveniente usufruírem uma liberdade comercial mais ampla, através da qual havia uma maior possibilidade de incremento dos negócios e da concentração de riqueza.

Os “reinóis” manifestavam essa intenção de maior autonomia a cada oportunidade que surgia. Isto ocorreu com mais clareza: como o apoio às medidas tomadas a partir da Revolução Liberal do Porto; quando da independência do Brasil e após a abdicação de D. Pedro I. Tão logo se apresentava um quadro histórico de crise, eles aproveitavam o momento para conduzirem sua própria política econômica e de tentar assegurar seus ideais de autonomia.

A historiografia militante não permite abruptos rompimentos com o pensamento dominante e conservador. Ainda no artigo em homenagem à Cabanagem de 1936,

<sup>287</sup> REIS, **Hist. Civ.**, 1985, p. 105.

<sup>288</sup> REIS, **Hist. Civ e Artigo Cabanagem** 1985, IHGB, 1985.

<sup>289</sup> REIS, **História de Óbidos**, 1979, p. 65.

comemora, juntamente com seus pares a derrota dos cabanos dizendo que “No ataque a Belém, a 14 de Agosto, as forças de Vinagre e Angelim portaram-se com uma bravura de entusiasmar.” (p. 9), exaltando a dignidade dos perdedores, haja vista, não existe, nesta história outro papel que os dignificassem. Neste momento, alguns cabanos foram incorporados à História Nacional como honrados perdedores.

Neste contexto de conferir nova feição a alguns personagens cabanos, Arthur Reis vinha demonstrando sua postura analítica diferente desse excessivo nativismo do movimento, pensamento de modo geral adotado em 1936, mas com nuances que o distinguia dos demais. Já em 1931 na *História do Amazonas*, ele já tecia elogios a segmentos cabanos que estavam fora dos padrões meritórios ao analisar o governo cabano em Manaus dizendo que “Os cabanos, justiça se faça, contrariando quanto se dizia deles, governavam com lisura” e continua com observação de apreço a “Bernardo Sena, escrupuloso, mostrava-se de excessivo rigor na guarda da Fazenda Pública. Era figura interessante, sobre cujos precedentes também nada se conhece”<sup>290</sup>.

Reis nos remete, sem dúvida, a pensar que “Cabanagem foi uma hora grave, que a história Amazônica, Brasileira, precisa registrar em toda a sua singularidade”<sup>291</sup>, observação que preserva sua atualidade.

### 3.1.2 “Cabanagem é, assim o romance de nossa intrepidez”<sup>292</sup>

“Os homens que representam na cabanagem os papéis de maior destaque são poucos do lado da rebelião, muitos no grupo legalista. Poucos lá, porque o movimento foi da massa popular, que protestou, pelas armas, contra dois séculos de negação de direitos”<sup>293</sup>, desta forma Arthur Reis revela seu método de análise da Cabanagem.

Assim como na análise hegeliana o “espírito do mundo”<sup>294</sup> e o curso da história cabe ao “herói”, não tem espaço na historiografia de Arthur Reis para as dezenas de

<sup>290</sup> REIS, *História do Amazonas*, 1989, p. 176.

<sup>291</sup> REIS, Cabanagem, In: *Revista do Estudante*. 1936, p. 9

<sup>292</sup> Ibidem.

<sup>293</sup> Ibidem.

<sup>294</sup> HEGEL, Wilhelm Friedrich. *Lecciones sobre la filosofia universal*. Traducido por José Gaos. Madrid: Alianza Editorial, 1986. - Para Hegel o reino do espírito – as idéias – é o criador do mundo, e a história universal se desenvolve no terreno do espírito (p. 59). Por obra do espírito o homem sabe de si, produz-se, “hace a si mismo” (p. 64), “Por tanto, lo que se realiza em la historia es la representación del espíritu” (p. 65).

milhares de cabanos que se envolveram, com muita determinação, neste movimento social de ampla magnitude, significados e conseqüências.

Quanto mais distantes dos benefícios do poder, ou se tratando de Amazônia, quanto mais distantes do processo de civilização, neste caso os índios, “tapuios” e “caboclos”<sup>295</sup>, são os que menos contam historicamente, pois a estes cabem os papéis de simples objetos da história, estando também incluídos os negros. Esses cabanos tiveram sua efetiva participação, seus anseios e objetivos reduzidos a conclusões permeadas de adjetivos depreciativos que desqualificavam suas presenças e atitudes. Eles são “vítimas” de Hegel, que “preferem a felicidade à grandeza”<sup>296</sup> e lutavam, segundo esse tipo de compreensão da participação popular, antes de tudo, para satisfação de necessidades primárias provocadas pela fome, desconforto, humilhação, ódio, vingança, etc., não havendo, dentre seus objetivos de luta um projeto político. Eles eram “poucos” porque seus desejos não deveriam possuir importância histórica relevante, pois não extrapolavam a esfera do “mundo privado”, marcado pela satisfação pessoal e imediata. Só aos “heróis” cabe o poder, só eles possuem o “espírito” que direciona a história para frente.

Estes “poucos” cabanos, referidos por Reis, recebem mais o significado histórico-metodológico, do que o sentido numérico dessa expressão. Pois apenas alguns segmentos cabanos terão valorizadas, historicamente, suas participações. Poucos serão os cabanos que têm o “espírito” de “herói”, portanto o espírito da própria história.

Os outros cabanos, a grande maioria, terão outro lugar na história. Esses “Compunham o grande *stock* humano, social, [...]. Gente humilde, com **ambições espirituais limitadíssimas**, nem por isso deixava de aspirar melhoria de sua condição como ser integrante da sociedade”<sup>297</sup>. Esses cabanos, para Reis, não possuem as qualidades que podem direcionar o curso da história. As próprias condições naturais dessas pessoas limitaram seus papéis históricos. Mas a ação concreta desses cabanos leva o autor a reconhecer essa grandiosa participação. Entretanto, o máximo que ele reconhece como papel histórico a esses cabanos é a condição de “cidadão”, pois

<sup>295</sup> Conceitos de Reis caboclos e tapuios.

<sup>296</sup> HARTMAN, Robert S. In. Introdução de **A razão na história**: uma introdução geral à filosofia da história. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001, p. 38.

<sup>297</sup> REIS, 1985, art. **Cabanagem**, IHGB, p. 15. Destaque nosso.

pretendem ser reconhecidos como integrantes do Estado para usufruírem de seus benefícios.

Arthur Reis distingue-se de outros historiadores conservadores ao elevar alguns desses “humildes” cabanos a uma condição de cidadania, em razão de lutarem por seus direitos. Bernardo Sena, negro, provavelmente escravo e Apolinário Maparajuba, índio, receberam destacado tratamento, quanto às suas lideranças neste movimento, pois “os rebeldes queriam liberdade e um brasileiro nato, compenetrado dos seus deveres, que fizesse a felicidade da Província, conduzindo-a ao progresso. [...] A causa dos cabanos, essa sim, era verdadeiramente legal”<sup>298</sup>. O projeto político dessas lideranças não se limitava a essas questões destacadas por Reis. Elas se distinguiam das lideranças de Belém, sendo suas demandas mais amplas e complexas.

Reis não olhava esses cabanos do Alto e Baixo Amazonas apenas como “vítimas” desse processo, apesar de considerá-los uma “forte malta” ou uma “horda”, relembando, a todo o momento, seus papéis históricos. Não eram vítimas, mas estavam longe do papel de heróis. Também não eram apenas reflexos da influência das lideranças, pois esta “forte malta” tinha motivos sociais consolidados historicamente que justificavam suas ações. Contrastando, por exemplo, com o pensamento de Bertino Miranda, que os considerava uma massa manipulada, que dizia ser Eduardo Angelim “o orador predileto daquela amálgama de facínoras e fanáticos”<sup>299</sup>.

Apesar de não serem movidos apenas pelo “espírito” do ódio e da vingança, e possuir uma explicação sócio-econômica para a Cabanagem “É preciso não esquecer, ao examinar o conjuntura, para bem entender-se a gravidade do momento, nos excessos que ocorriam, que a Amazônia, à época, não alterara sua situação econômica nem cultural; vivia do extrativismo e de uma agricultura de rendimento limitado. Sua população, mestiça em grande parte, não expressava desenvolvimento em termos de refinamento, lastro cultural e bem estar material”<sup>300</sup>, admitindo a falta de capacidade dessa multidão assumir o papel de herói e de ser capaz de conduzir os rumos da história da Amazônia, não estavam entretanto nesta luta como simples conduzidos. Assim, os limites historiográficos são demarcados pelo lastro teórico adotado. Pela idéia hegeliana

---

<sup>298</sup> REIS, **História do Amazonas**, 1989, p. 174.

<sup>299</sup> MIRANDA, Bertino de. **A cidade de Manaus: Sua história e seus motins políticos**. Manaus: Associação Comercial do Amazonas, 1982, p. 51.

<sup>300</sup> REIS, 1985, **Artigo Cabanagem**, IHGB, p. 14)

segundo a qual o desenvolvimento espiritual do homem se dá em direção à formação de um Estado que satisfaça seus desejos, ficando a própria história presa à idéia da existência de um Estado<sup>301</sup>. A partir dessa percepção teórica era impossível vislumbrar a possibilidade dos negros, índios, tapuios e caboclos construírem um projeto político de aperfeiçoamento do Estado nacional.

Mas essa “gente humilde”, a maioria cabana, ainda não foi sujeito da história, para Reis, sendo eleitos para isso alguns “poucos” cabanos. Estes sim, possuidores do “espírito” da civilização, tinham consciência de si e poderiam assumir, através de uma revisão historiográfica utilitarista, a nova figura de heróis e de atores da história. Assim,

Se encontramos os Malcher, os Batista Campos, os Vinagre, os Angelim como vozes de comandos da ordem nativa, o demais que surge é quase anonymo, sahido do fundo da gruta das beiradas fluviais. Seus nomes são bem expressivos – Pereira Feijó, Maparajuba, Miguel de Souza, Pereira Martelo, Pedro dos Anjos, Pestana Gavião, Raymundo Alfaiate.

De parte a parte, os heróis e os covardes.

[...]

De parte a parte, houve explosões de piedade e de selvageria. Nenhum grupo pode acusar o outro. Fala-se muito, quase unicamente, nos horrores praticados pelos cabanos, espécies de allemães na grande guerra. Pobre historia! E os legais? Ao tempo de Andréa chefes governistas traziam rosários de orelhas de rebeldes!!!<sup>302</sup>

Esta restauração de lideranças cabanas, ainda ocorreu com muitas ressalvas e limitações.

Alguns cabanos, lutavam pela heróica bandeira nativista, os outros, “anonymo[s]”, são representados por Reis como aqueles que lutavam com o primarismo dos sentimentos, não estando à altura de mudança de status na história regional, atuando, brilhantemente contra eles os heróis legalistas. O paradoxo da historiografia cabana de Reis aí se revela. Contra os heróis cabanos está a ainda heróica força legal.

Sua abordagem é fundamentada na clássica história política, narrada a partir das heróicas estratégias de resistência do poder legal no combate, difícil, mas vitorioso contra a “desordem”, afinal, para Reis, a “Cabanagem é, assim o romance de nossa intrepidez”, no qual revelaram-se vários homens de valor, que a despeito dos perigos nos quais

<sup>301</sup> HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **A razão na história: uma introdução geral à filosofia da história**. Tradução Beatriz Sidou. 2ª Ed. São Paulo: Centauro, 2001.

<sup>302</sup> REIS, “Cabanagem”, In: **Revista do Estudante**. 1936, p. 9).

estavam se envolvendo, lutaram, motivados pelo espírito patriótico, em defesa do Grão-Pará e do Brasil, contra os cabanos.

Sua cuidadosa historiografia cabana segue um roteiro orientado por nítidas demarcações políticas. Por exemplo: “Entre 1823 e 1831, três presidentes foram nomeados para dirigi-la, de maneira a dinamizá-la, fixando-lhe os destinos como unidade política integrante do Brasil”<sup>303</sup>. Período demarcado pela adesão do Grão-Pará ao Império brasileiro até a abdicação de Dom Pedro I, essa leitura dá conta de uma historiografia nacionalista construindo uma pacífica História Brasileira, com bases em uma realidade conflituosa.

No livro *História de Óbidos* inicia o capítulo “Nos entreveros da Cabanagem”, afirmando que,

A Amazônia, no período que vai de 1831 a 1840, viveu uma tremenda inquietação, conseqüente aos choques violentíssimos dos bandos partidários que se digladiaram sem tréguas, ateando o grande incêndio da guerra civil que fez dezenas de milhares de vítimas ao mesmo tempo em que destruía a economia regional por mais de uma década.<sup>304</sup>

Reis apresenta uma das cronologias mais acertadas para a compreensão do movimento cabano, apesar de ainda tomar como referência um acontecimento político nacional. O próprio autor não se dá conta da importância dessa periodização, confirmando a idéia predominante de Cabanagem entre 1835 a 1848. Apesar de não ser recomendado restringir-se às simples divisões político-administrativas, esses marcos são de grande relevância para se percorrer os caminhos desse movimento, e a partir dele, se vislumbrar novos horizontes historiográficos através de diferentes “olhares”.

Algumas vezes essa distribuição positivista, apresentada de forma estanque prejudica a percepção das importantes análises feitas pelo autor, como por exemplo, o caráter social da Cabanagem, reduzindo sua produção uma historiografia de cunho quase que apenas informativo.

Sua história política é repleta de detalhes sobre as disputas entre cabanos e “legais”, através de uma narrativa a partir da qual é possível se perceber com riqueza de detalhes a contraposição desses agentes.

---

<sup>303</sup> REIS, Art. *Cabanagem*, 1985, p. 9

<sup>304</sup> REIS, *História de Óbidos*, 1979, p. 64.

Apesar de uma breve revisão historiográfica em 1936, as bases e referências de Arthur Reis ainda serão Domingos Raiol e Bertino Miranda, incorporando em seu discurso a luta entre os “heróis” e os cabanos. Neste “entreviro” são construídas as imagens desse movimento como um período que não deve ser repetido, portanto esquecido, bem como o que deveria ficar na memória da região que é a imagem dos heróis legalistas. Apesar de reconhecer as causas do conflito, o poder e a ordem devem prevalecer quando o que está em jogo é a memória histórica desse movimento. A história regional de Reis deve lembrada como resultado de um conjunto de ações edificantes. A maioria cabana não estava exatamente lutando pela permanência do sistema social dominante daquela época, eles queriam, na verdade, era destruir aquele modelo, portanto, deveriam ficar fora da memória historiográfica de Arthur Reis.

Predominou esta narrativa sobre os cabanos: “Por onde foram passando, foram deixando sangue e lágrimas. Vila tomada era vila entregue ao desenfreamento de bandos sedentos de vingança e de motim”<sup>305</sup>. Apesar de admitir a violência de ambos os lados em conflito, no livro *História de Óbidos*, por exemplo, não registra a violência dos legalistas, ou faz de maneira velada, como quando se refere ao comandante da força naval, “Aproximando-se do padre Sanches, iniciou, com a ajuda deste e dos pauxianos, os trabalhos de limpeza”<sup>306</sup>.

Ambrósio Aires e o vigário Manuel Sanches de Brito líderes legalistas do Alto e Baixo Amazonas, respectivamente, tiveram lugar privilegiado na historiografia de Reis<sup>307</sup>. Este autor formulou enredo enaltecendo dessas duas personalidades como fortes opressores dos cabanos.

Nessa construção heróica o autor não se limitou aos fatos, ele dá grande relevância aos feitos dos legalistas e omite alguns detalhes que poderiam comprometer a imagem desses heróis. A vinculação política do padre Sanches de Brito com o líder cabano Batista Campos não foi lembrada em nenhum momento da ação repressora, bem como qualquer ato de violência. Quanto às práticas excessivamente rigorosas utilizadas por Ambrósio Aires, Reis faz apenas sutil referência aos desmandos daquele líder, tomando terceiros para falar sobre esse assunto, pois, a preocupação maior do autor é a de redimir

---

<sup>305</sup> REIS, *História de Óbidos*, 1979, p. 71.

<sup>306</sup> *Ibidem*.

<sup>307</sup> REIS, *História de Óbidos*, 1979, *História do Amazonas*, 1989.



essa imagem depreciativa que pairava sobre o líder das Forças Legais. Assim se refere de forma enaltecida à:

Energia viva, dedicado à legalidade, Ambrósio Aires gozava de alta estima dos chefes de Belém. Seus biógrafos, recolhendo os restos da campanha que moveram os despeitados e maldizentes, desfiaram uma série de fatos para enegrecer-lhe a memória. Taxam-no de violento, bárbaro, ambicioso.

[...]

Bararóá, mesmo com esses defeitos e crimes, se é que os cometeu realmente, foi o vulto de maiores cometimentos pela legalidade. Honesto, empreendedor, tinha arrancos impressionantes.<sup>308</sup>

Lourenço da Silva Araújo e Amazonas, que serviu de referência para Arthur Reis, faz severas críticas a Ambrosio Aires, sem ser, neste aspecto seguido. Para Amazonas, “Ambrosio Ayres Bararóá teria deixado um nome ilustre, se ao brilhantismo de seus feitos d’armas, e à dignidade da causa a que se dedicou, tivesse unido a precisa probidade e honesto comportamento”<sup>309</sup>.

Ainda empenhado na construção da imagem dos “heróis” da legalidade, a aliança de ambos fizeram com os portugueses, aqueles contra os quais os “nacionais” da Cabanagem lutavam, não foi criticada, pelo contrário, foi justificada como capacidade habilidosa desses estrategistas.

A historiografia de Arthur Reis sobre Cabanagem poderia ficar comprometida se este tema ficasse restrito a sua obra *História do Amazonas* de 1931. Nela, as omissões no sentido de não reconhecer a relevância e a dimensão desse movimento no Alto e Baixo Amazonas, levam a conclusões imprecisas<sup>310</sup>, no sentido de que as interpretações são tendenciosas. A cidade de Ecuipiranga, no Baixo Amazonas, aparece neste livro apenas como gratas lembranças da resistência do Alto Amazonas contra os cabanos, fazendo transparecer a fragilidade e insignificância desse lugar. Dito desta forma, os fatos ficam distorcidos, pois efetivamente, Ecuipiranga foi o principal lugar da liderança cabana, exercendo, a partir dali, influência sobre todo o Médio e Alto Solimões, calhas do Madeira e do rio Negro. Lugar controlado pelos cabanos, sendo a sede administrativa da Cabanagem. Nos livros *Santarém: seu desenvolvimento histórico* e *História de Óbidos*

<sup>308</sup> REIS, *História do Amazonas*, 1989, p. 179.

<sup>309</sup> AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo e. **Dicionário Topográfico, histórico, descritivo do Alto Amazonas**. Manaus, Grafima, 1984. Reprodução fac-similada da edição de 1852. (p. 162)

<sup>310</sup> Superadas pelas publicações de 1985: “A Cabanagem”, artigo publicado na revista do IHGB e “O Grão-Pará e o Maranhão” do livro **História Geral das Civilizações**.

Arthur Reis reconhece que está cidade de fato possuiu um significado marcante para o movimento cabano, corrigindo assim sua intenção de apresentá-la como um movimento vitorioso da ação legalista.

Ainda empenhado em ressaltar a ação legalista das localidades do Alto Amazonas dá muito destaque à resistência de Borba, Serpa e Parintins como se estes lugares igualmente nunca tivessem aderido à Cabanagem. Sendo esta idéia reforçada no livro *Manaus e outras vilas* cuja 1ª edição é de 1934, enaltecendo a fase de resistência ao movimento de Barcelos<sup>311</sup>, Luzéa<sup>312</sup>, Tefé<sup>313</sup>.

Apesar de não poder esquecer a magnitude deste movimento, Reis se ocupa em dá pouco destaque à Cabanagem. Assim este tema é tratado em *Manaus e outras vilas* sobre a história do Lugar da Barra apenas como uma pequena referência aparece como mero detalhe. Na *Súmula de História do Amazonas: roteiro para professores* na qual o autor seleciona o que ele considera de principais aspectos dessa história a serem veiculados aos alunos do sistema escolar, a Cabanagem é tema proibido, sendo excluído do livro.

Esses exemplos são fortemente ilustrativos de como o historiador direciona os fatos valorizando-os na direção das ações que se impões contra o reconhecimento da força do movimento a partir dos “de baixo”.

Neste movimento onde vários personagens de diferentes origens encontram-se em diferentes momentos e em posições diferenciadas, Reis também vai reelaborando sua concepção sobre essas pessoas, situando-as em um novo lugar histórico quando, por exemplo, retrata os portugueses como impedimento ao sentimento de formação da nação.

Sua historiografia marcadamente evolucionista demonstra com clareza sua preferência pelos portugueses, pois eles são os elementos civilizadores da região, mas reelabora esse sentimento para a construção de uma historia nacional. Os portugueses no período colonial eram representantes, aqui na América, da civilização. Em Reis, eles seriam os únicos a disporem dos elementos necessários para conduzir a colônia portuguesa a uma sociedade civilizada. Os índios e negros, por conseguinte, em sua historiografia, não possuem qualificação para as posições de mando. Ressalta-se que os

---

<sup>311</sup> REIS, *Aspectos sociais da valorização da Amazônia*, 1999, p. 114.

<sup>312</sup> *Ibidem*, p. 127.

<sup>313</sup> *Ibidem*, p. 142.

pobres, independentemente da origem, também eram desqualificados para funções administrativas, como o exemplo de Bartolomeu, um alfaiate de Óbidos, à época da Cabanagem, a que Reis se refere “...não apresenta[r] credenciais morais, materiais e intelectuais para a função”<sup>314</sup>.

A obra *A cidade de Manaus: sua história e seus motins políticos* de Bertino Miranda - 1ª edição de 1908 – norteará a estrutura da narrativa da Cabanagem na *História do Amazonas* de Arthur Reis. Apesar disso, este autor não acompanhará as críticas feitas por Miranda à parcialidade de Domingos Raiol em relação aos portugueses. Reis está, teoricamente, vinculado a uma história positivista, para a qual o curso da história prescinde de um estado forte e organizado, mesmo que este seja, aqui na Amazônia, a extensão do Estado português. A importância das instituições portuguesas para a formação da sociedade brasileira nos remete à idéia de “lusotropicalismo”<sup>315</sup> como experiência essencialmente conformadora do êxito da presença lusa na constituição da sociedade regional.

Leandro Tocantins identifica este “lusotropicalismo” em Arthur Reis, e através de comentário bastante esclarecedor diz que em sua obra encontra-se

Um profundo sentimento de compreensão, de análise, de crítica, de interpretação do mundo que o português criou. Um regionalismo dinâmico e reabilitador dos valores tradicionais lusitanos, sem deixarem de ser homens essencialmente modernos que desejam a preservação desses valores revigorando-os, mesclando-os com substâncias novas: a criatividade brasileira que se afirma na civilização de nossos dias<sup>316</sup>.

Os portugueses na Cabanagem, ora assumem papel de empecilhos na construção da nacionalidade, precisando ser combatidos, ora, com seu modelo de instituição política e sua postura na defesa da “ordem”, contra o perigo da “desordem” cabana, merecem um lugar de reabilitado destaque em sua historiografia.

De modo geral, os índios e negros, são desqualificados na historiografia cabana de Arthur Reis, mas quando necessário, para justificar a luta pela nacionalidade, por exemplo, que é a marca central de sua obra, utiliza essas pessoas como argumentos e

<sup>314</sup> REIS, *História de Óbidos*, 1979, p. 43.

<sup>315</sup> FREYRE, Gilberto. *Novo Mundo nos trópicos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

<sup>316</sup> TOCANTINS, *Vida, cultura e ação – procura e valorização de constantes espirituais da vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova Ltda, 1969, 1970, p. 156.

exemplos favoráveis. Na defesa da tese que esta se tratava da luta cabana contra os portugueses, Reis utiliza vários argumentos, incluindo os índios e negros neste protesto. Em Faro, por exemplo, “... os índios, na madrugada de 24 para 25 de junho, levantaram-se exigindo a retirada e todos os reinóis, ao mesmo tempo em que gritavam a necessidade de limpar a terra de brancos”<sup>317</sup>.

Em alguns momentos Reis chega a questionar esses conflitos de interesses que moviam as posturas políticas dos diferentes grupos diante da crise conjuntural vivida na região. Alguns desses grupos, eleitos pelo autor como os heróis nacionais, assumem posições contraditórias, que são por ele identificadas, e imediatamente justificadas ou simplesmente omitindo comentários que colocariam em xeque as posturas desses heróis. Esta postura aparentemente contraditória, podendo ser vista como ajuste historiográfico. Neste entendimento, não se pode lembrar de algo que provoque vergonha, constrangimentos, evoque a desordens ou crises<sup>318</sup>.

A historiografia que estava empenhada na construção da nacionalidade omite a grande repressão perpetrada por esses líderes contra os segmentos que continuavam em luta. A “memória social” é, portanto claramente seletiva. Colocar algumas pessoas e fatos no esquecimento não é casual. É resultado de um criterioso processo de exclusão que atende a objetivos diversos.

A historiografia de Arthur Reis cumpriu este papel, tanto pela sua qualidade quanto pela repercussão no Estado do Amazonas. Um dos aspectos que se destaca nesse movimento de *lembrar* e *esquecer*, do ponto de vista das diferenças marcantes entre a Cabanagem do Pará e do Amazonas, se assim é possível apresentar um processo tão amplo, é essa tendência a reduzir fortemente os papéis da Cabanagem no Amazonas, como estamos tentando demonstrar. Neste Estado, antiga Comarca do Alto Amazonas, quase não se tem registro desse importante acontecimento. O que surpreende, pois foram nas Comarcas do Baixo e Alto Amazonas onde ocorreu a forma mais radicalizada do movimento cabano. Nessas localidades os pequenos “proprietários” tiveram que negociar e fazer concessões aos cabanos para poderem fazer parte do poder, como aconteceu com Freire Taqueirinha que participou do governo cabano em Manaus. Nesses lugares eram os cabanos de origens sociais menos privilegiadas quem davam as ordens. Diferente do que

---

<sup>317</sup> REIS, *História de Óbidos*, 1979, p. 48.

<sup>318</sup> BURKE, *Variedades de História Cultural*, 2000.

aconteceu em Belém que, apesar da radicalização, eram os representantes de “proprietários” que exerceram a liderança. Esses líderes, transformados posteriormente em “heróis” da nacionalidade, tiveram suas memórias restabelecidas na sociedade paraense. A Cabanagem do Amazonas teve outro caráter. Ela foi ameaçadora, desintegradora, sediciosa devendo ser tratada neste Estado “enquanto esquecimento institucional”<sup>319</sup>.

Assim, rituais de rememoração são realizados para que acontecimentos e as pessoas, dignas de recordação, neles envolvidos não sejam esquecidos, estejam presentes na memória coletiva. Em Manaus, “narrar um drama é esquecer outro”<sup>320</sup>, pois dos três cabanos que a governaram, o negro Bernardo Sena, o índio Apolinário Maparajuba, o pequeno “proprietário” Freire Taqueirinha foi o único que mereceu ficar na memória da cidade como nome de rua. Afinal, foi ele quem apoiou as Forças Legalistas para retomarem o poder.

Outro líder legalista muito presente na memória é Ambrósio Aires. Em sua homenagem foi dado seu nome à cidade sede do Município de Autazes. Essa homenagem cumpria duas funções. Uma, para que seus moradores não esquecessem o grande líder que lutou pela lei e pela “ordem”, outra para que os habitantes desta cidade, em constante punição, relembrem o lugar onde Ambrósio Aires foi “massacrado pelos cabanos”<sup>321</sup>, “assassinado com tratos além da barbaridade”<sup>322</sup>.

Com o propósito de construir e eternizar como verdadeira sua própria memória, as narrativas oficiais quase sempre não coincidem com as lembranças transmitidas pelos participantes de movimentos populares. A memória específica dos revoltosos, adquirida e preservada pelas gerações mais atuais, ainda se mantém presente e em contraposição com a documentação de interesse dos grupos dominantes, como apropriadamente se referiu Peter Burke,

Pode-se interpretar a destruição de documentos, que é uma característica tão comum de revoltas... como a expressão da crença em que os registros haviam

---

<sup>319</sup> RICOEUR, **A memória, a história o esquecimento**, 2007, p. 460.

<sup>320</sup> *Ibidem*, 2007, p. 459.

<sup>321</sup> REIS, **Historia do Amazonas**, 1989, p. 179.

<sup>322</sup> AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo e. **Dicionário topográfico, histórico, descritivo do alto Amazonas**. Manaus, ACA, 1984. Reprodução fac-similada da edição de 1852.

falsificado a situação, que eram preconcebidos em favor da classe governante, enquanto as pessoas comuns lembravam o que de fato acontecera<sup>323</sup>.

Esta cruel historiografia que serve para produzir e alimentar uma culpa na população regional, através de seus antepassados, pela não sujeição às condições de vida às quais estavam submetidos, é a mesma historiografia que omite as condições de excessiva exploração e violência a que eram submetidos. A violência institucionalizada, praticada pelas figuras públicas e alguns privilegiados foi transferida para o tempo da Cabanagem. Essa prática, fartamente utilizada pelos representantes legalistas, foi facilmente absorvida pelos narradores oficiais desse movimento. Afinal, os castigos físicos, as mutilações e mortes eram prerrogativas e práticas legais desde os tempos coloniais. E essa violência foi real e constante. E apesar dos esforços contrários no sentido de seu apagamento, ela não foi esquecida. Ela permanece, por exemplo, na memória o senhor Argemiro Correia Lima, da Aldeia Mura Paracuúba, localizada no Município de Autazes, que, a partir de narrativas passadas, lembra:

Esse coronel Barauá era muito malvado. Ele mandava pegar os nossos parentes e os levava para o rio Preto. Quando á chegavam, os Mura eram degolados e jogados na água. De tanto jogarem gente morta na água que o rio ficou completamente vermelho. Quando se metia a mão só era sangue talhado. Esse local onde os índios Mura eram mortos era conhecido pelo nome de Kiar.<sup>324</sup>

Memórias que precisam ocupar o espaço ainda não ocupado na historiografia da Cabanagem no Amazonas. Registros já iniciados pelo padre Tiago Thorlby, o “catador da memória perigosa do povo”<sup>325</sup> paraense.

A Cabanagem foi, pela historiografia de Reis, um exemplo que colocou em risco a integridade regional, portanto devendo ser excluída. Dentro dessa lógica de “exortação ao esquecimento”<sup>326</sup>, a Praça da Cabanagem que existia na cidade de Tefé, na década de

<sup>323</sup> BURKE, *Variedades de História Cultural*, 2000, p. 85.

<sup>324</sup> VIEIRA, Cleuce Valente; FIGUEIRA, Gracimar Rodrigues; COELHO, Rosa Martins. Aldeia Paracuúba. In: **Aldeias indígenas Mura**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2008, p. 276.

<sup>325</sup> THORLBY, Tiago. **A Cabanagem na fala do povo**. São Paulo: Paulinas, 1987, p. 6.

<sup>326</sup> RICOEUR, **A memória, a história o esquecimento**, 2007, p. 458.

1940, mudou de nome<sup>327</sup>, numa evidência de que o processo de esquecimento, de apagamento permanece em pleno movimento no presente.

Assim como o historiador toma às vezes para si como tarefa a obliteração oficial de memórias, ele também assume a função de fazer as pessoas lembrarem aquilo que gostariam de ter esquecido. Arthur Reis, como se procura indicar, parece ter assumido e cumprido, em momentos distintos de sua obra, ora esse, ora aquele papel.

O “sentimento nacionalista” revisado por Arthur Reis, não foi de todo superado. Apesar do reconhecimento do caráter social da Cabanagem, ele continua em sua história política voltada, não para superar problemas dos cabanos, que são estruturais e crônicos ainda hoje, mas fazendo uma história através da qual os problemas dos cabanos serão resolvidos não pelos próprios cabanos. Este, segundo Reis, concordando com os historiadores “nacionalistas” que ele criticou, ainda são incapazes de solucioná-los. Essa tarefa ainda caberá aos letrados, qualificados, aos das camadas dominantes.

As memórias dos movimentos sociais passados reconstruídas por Arthur Reis, consideradas como “oficiais”, com frequência, entram em conflito não apenas epistemológico, mas revelam “conflitos sociais mais profundos”<sup>328</sup> com a visão mais problematizada e sem privilegiar a memória do poder dominante apresentada pelos chamados historiadores “não-oficiais”. A historiografia contemporânea tem oferecido várias perspectivas de abordagens sobre esses movimentos, demonstrando sua opção pela visão dos “de baixo”. Cabe destacar, entretanto, que o mérito de Arthur Reis foi oferecer uma geografia até certo ponto minuciosa desses movimentos, sem a qual, se tornaria muito mais difícil o trabalho solitário dos historiadores nos arquivos, estes quase sempre, com muitos problemas e limitações de vários tipos. Mas, não se pode deixar de evidenciar que essas opções não são simples opções teóricas ou metodológicas, elas revelam a visão de mundo do historiador. Reis era uma pessoa comprometida com seu tempo e com o mundo que ele queria construir. Sua obra, entretanto, quando submetida a uma leitura mais atenta e mais crítica, vai revelar que seu comprometimento com seu tempo está carregado e temperado de contradições, de pontos de vista que se opõem

---

<sup>327</sup> PESSOA, Protásio Lopes. **História da Missão de Santa Tereza d'Ávila dos Tupebas Tefé**. Tefé-Am.: Prefeitura Municipal de Tefé e Academia de Letras, Ciências e Artes de Tefé, p. 104. A praça da Cabanagem passou a denominar-se Isidoro Praia.

<sup>328</sup> BURKE, **Variedades de História Cultural**, 2000, p. 85.

entre si, de nuances que se apresentam as vezes de modo surpreendente a seus leitores, que se está buscando evidenciar e ilustrar.

### 3.1.3 “Cabanagem [...], retrato vivo da nossa natureza”<sup>329</sup>

O terceiro aspecto encontrado na historiografia cabana de Arthur Reis é a revelação de um pensador surpreendente, externando grande lucidez sobre as condições estruturais vividas na Amazônia, os processos de exclusão que aprofundaram uma crise social que levou a este processo.

Apesar de sua narrativa da Cabanagem considerá-la como uma heróica experiência das forças legalistas, que conduziram a Amazônia à paz, neste artigo publicado em 1936 na Revista do Estudante Reis oferece os elementos fundamentais que estruturaram e dinamizaram esse importante movimento social, contribuindo para a possibilidade de uma leitura crítica deste movimento. Para ele o movimento cabano

Teve causas longínquas, que vieram trabalhando o animo da gens regional. Causas de ordem política, social e econômica. Causas fortes, que têm sido um tanto desprezadas na apreciação panorâmica do movimento. Resumi-las aqui não é possível. Em livro de interpretação do facto histórico, darei o quadro dessas origens distantes. Razão mais próxima um nacionalismo tremendo, que espocou com ares perigosos, razão que para ser bem definida tem de recorrer à religião, a aspirações, ideologias políticas, que movimentaram o Brasil na phase agitada das regências, a era das nossas sangrentas experiências democráticas.<sup>330</sup>

Apesar de todas as limitações da construção historiográfica de Reis não se pode, portanto, deixar de reconhecer a importância de sua produção historiográfica sobre a Cabanagem. Se, de modo geral, sua perspectiva é traçada a partir dos administradores, tentando contribuir para o desenvolvimento de políticas de exploração e dominação eficientes na Amazônia, ele, com profundo conhecimento do assunto, através de vastas pesquisas nos arquivos, sugere, como se tem procurado indicar e ilustrar até aqui, uma compreensão altamente complexa do tema, sendo fundamental para a historiografia crítica da Cabanagem.

<sup>329</sup> REIS, “Cabanagem”, In: **Revista do Estudante**. 1936, p. 9.

<sup>330</sup> *Ibidem*.



Se Arthur Reis faz uma opção por uma história militante, conservadora, destinada à exaltação dos grupos do poder, não se pode diminuir, entretanto, sua contribuição, a força de suas análises, que através de vários questionamentos, encaminha o debate para outra direção, sem, entretanto, percorrer, o próprio caminho indicado. Tal qual Moisés que leva o povo hebreu à Terra Prometida, mas nela não entra, parafraseando Lévi-Strauss<sup>331</sup>, Reis fornece os elementos de uma construção crítica da Cabanagem, mas opta por uma abordagem conservadora.

Mesmo adotando como periodização da Cabanagem aquela estabelecida pela historiografia dominante, de 1835 a 1840, Arthur Reis, criteriosamente atento aos fatos históricos, mesmo interpretados a partir de um ponto de vista positivista e sem esquecer que sua história regional é complemento da nacional, aponta caminhos para uma compreensão, interpretação e análise da Cabanagem como um movimento que se prolongou no tempo, além deste convencionalmente adotado<sup>332</sup>.

A partir de uma data mais dilatada para a crise vivida na Amazônia, ampliando sua percepção sobre este acontecimento, ele descreve, portanto, os elementos constitutivos da Cabanagem que já estão presentes bem antes de 1835, data da tomada de Belém pelos cabanos. Ele assim descreve os elementos constitutivos dessa conjuntura de crise:

A Amazônia, no período que vai de 1831 a 1840, viveu uma tremenda inquietação, conseqüente aos choques violentíssimos dos bandos partidários que se digladiaram sem tréguas, ateando o grande incêndio da guerra civil que dezenas de milhares de vítimas ao mesmo tempo em que destruía a economia regional por mais uma década.<sup>333</sup>

Realizada a tomada de Belém, em 1835, sua narrativa sobre a Cabanagem sempre se reporta às “velhas paixões que aguardavam oportunidade para defrontar-se”<sup>334</sup>, reafirmando que as origens da Cabanagem tinham raízes profundas, ou melhor, distantes. Afinal, “o movimento foi da massa popular, que protestou, pelas armas, contra dois séculos de negação de direitos”<sup>335</sup>. Se, a partir de 1936, Reis faz uma revisão em sua

<sup>331</sup> LÉVI-STRAUSS, Claude. “Introdução”. In.: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**, São Paulo: Edusp, 1974. Lévi-Strauss numa referência a “Marcel Mauss, aquele que levou seu povo à terra prometida, mas lá não entrou”, sobre a aproximação da Sociologia da História.

<sup>332</sup> L. B. S. P. PINHEIRO, em sua tese defendida em 1998, adota como periodização da Cabanagem, 1830 a 1840.

<sup>333</sup> REIS, **História de Óbidos**, 1979, p. 66.

<sup>334</sup> Ibidem.

<sup>335</sup> REIS, “Cabanagem”, In: **Revista do Estudante**. 1936, p. 9. Citação já referida anteriormente.

historiografia admitindo os “proprietários” como “heróis”, o mesmo não se estende para os outros cabanos. Para ele, esses ainda continuavam agindo movidos por sentimentos não compatíveis com a racionalidade civilizada. Vejamos:

Os cabanos, perdida a capital, agiam aos bandos, escolhendo entre os seus os que lhes pareciam capazes de capitaneá-los. Já não constituíam uma facção partidária. Tinham perdido a cor política que os animara à explosão. Agora davam pasto a seus sentimentos primaríssimos, sedentos de ódio, sentindo a partida perdida, mas sem querer aceitar o fato consumado da derrota. Em conseqüência, investiam contra os povoados com um sentido de capacidade e um desejo de sangue que surpreende se não recordarmos a insatisfação que recalavam desde o período colonial. Seus símbolos ou tinham sido aprisionados ou mortos. Não se lhes deparavam senão dois caminhos: o da rendição ou da guerrilha, que preferiram<sup>336</sup>.

Se em Belém os “proprietários” cabanos fizeram suas aspirações se sobreporem às demais, no Alto e Baixo Amazonas, mesmo após a derrota desse segmento, o que se percebe é uma falta de controle sobre as políticas adotadas pelos cabanos remanescentes que continuaram em luta até 1840.

Pela própria composição do movimento nestes lugares, tal como é várias vezes exposta na historiografia de Reis, dá para se abstrair não apenas a origem da população, mas também as possíveis motivações de suas ações nesse processo. Percebe-se isso ao falar do grande esforço que as Forças Legalistas tiveram que desprender na repressão à Cabanagem no Alto e Baixo Amazonas. Para ele,

A partida tinha de ser jogada com um heroísmo a toda prova. Porque as fileiras cabanas não diminuía nunca. Ao contrário, engrossavam com os desertores do exército, a adesão de malocas mundurucus e muras, e dos escravos, que aproveitavam a oportunidade para alcançar liberdade. [...] <sup>337</sup>.

Reforçando o caráter popular e multifacetado do movimento nessa ampla frente de resistência e luta.

Além disso, Arthur Reis fornece em sua historiografia a dimensão política da dominação cabana representada pelos segmentos “excluídos” da região, paradoxalmente, negando a própria teoria que ele utiliza, segundo a qual, esses autores

<sup>336</sup> REIS, *História de Óbidos*, 1979, p. 71.

<sup>337</sup> *Ibidem*, p. 74.

não estariam preparados “espiritualmente” para conduzir o curso da história. Os cabanos do Alto e Baixo Amazonas, certamente, com total controle, e a partir de sua “capital” da revolta,

... fartos do saque, sem encontrar a menor oposição saíram da vila para outras jornadas, certos de que a qualquer hora teriam entrada franca. Até então obedeciam a Miguel Apolinário Maparajuba, que dirigia o foco de Ecuipiranga e sagrara-se senhor absoluto do Baixo e Alto Amazonas, até onde chegava sua autoridade.

Apesar da sistemática repressão praticada pelo poder estatal brasileiro, Reis descreve também as eficientes estratégias indígenas utilizadas pelos cabanos, revelando o que ele queria negar. É assim que reconhece, ao mesmo tempo que detalha a existência e utilização de estratégias adotadas a partir do conhecimento minucioso das condições locais por parte desses indígenas, que apresentam assim particular supremacia em suas hábeis estratégias:

Mas os cabanos não se amedrontaram com os preparativos dos legais. Eram arditos. Tinham em suas fileiras a massa indígena que sabia todos os caminhos, que resolvia todas as dificuldades com os recursos de que dispunham em consequência dessa sua ciência das coisas locais. Quando sentiam que as armas contrárias podiam vencê-los sem probabilidades de êxito para os seus, contornavam a situação e avizinham-se das posições inimigas fingindo-se amigos, perseguidos pelos rebeldes. Uma vez dentro das vilas ou povoados ou simples acampamentos legais, brechavam a disciplina e conquistavam muitas vezes sem um tiro. [...] Com esse sistema, nenhum dos primeiros ataques dos cabanos deixou de ter êxito no Baixo Amazonas. Em tudo são muito mais estratégicos e muito mais hábeis que a gente com que Angelim e Vinagre organizam a revolta<sup>338</sup>.

A existência de uma poderosa e bem-sucedida organização política, nas matas da Amazônia, de pessoas caracteristicamente fora dos padrões civilizados, é identificada e reconhecida também por Arthur Reis quando, por exemplo, ele menciona que, quando “Intimidados à rendição, os cabanos fizeram conselho para deliberar”<sup>339</sup>.

O Alto e o Baixo Amazonas foram palco de intensas mobilizações de negros, índios e populações ligadas a essas etnias. Pela intensidade e organização desse movimento revelada pela historiografia tradicional de Arthur Reis, o pesquisador fica de frente com

<sup>338</sup> REIS, *História de Óbidos*, 1979, p. 69.

<sup>339</sup> *Ibidem*, p. 78.

uma grande quantidade de indagações sugeridas por esta mesma historiografia, entre as quais a de compreender os sentidos dessas inúmeras ações, assim como das idéias e aspirações desses grupos étnica e culturalmente, às vezes tão próximos e também tão distintos. Se ela reconhece que a Cabanagem não foi um movimento homogêneo, os próprios segmentos, notadamente dos indígenas, também não podem ter suas aspirações condensadas num único bloco, como se todos partilhassem a mesma cultura e tivessem os mesmos vínculos sociais, políticos e econômicos com a sociedade civilizada.

Assim como os projetos, as aspirações e os “rostos” cabanos estão sendo revelados através das pesquisas, a complexidade deste movimento deve ser buscada também a partir dos lugares nos quais ela ocorreu, como sugere, às vezes tão surpreendentemente, a historiografia de Reis.

Cabanagem não pode ser tratada como *lugar comum*. Assim, Arthur Reis nega a idéia de movimento homogêneo defendido pelo IHGB, identificando no interior deste movimento um quadro de disputas, alianças e recuos que oferecem um quadro geral e bastante diferenciado da conjuntura vivida e dos grupos nela envolvida.

Apesar de adotar a caracterização convencional, predominante na historiografia tradicional, Reis fornece uma gama de **composições políticas** no interior da Cabanagem. Em sua narrativa estão presentes várias facções como as dos “reinóis”, que ora estão contra a independência do Brasil, ora estão ao lado de D. Pedro I e dependendo da conveniência apóiam a Regência. Percebe-se também, através de suas descrições, a atuação diferenciada dos “reinóis” em relação às posturas assumidas em Belém das de Manaus ou no Baixo Amazonas.

Além dos “reinóis”, os proprietários nativos, proprietários descendentes de portugueses, proprietários que exercem altos cargos públicos, pequenos proprietários rurais, pequenos trabalhadores urbanos, como “Bartolomeu, um alfaiate ligado à gente humilde da terra [...]”<sup>340</sup>.

Registra também posturas políticas divergentes entre alguns lugares da Amazônia, como entre Faro e Óbidos<sup>341</sup>, por exemplo, às vezes em alianças e momentos depois em lados opostos.

---

<sup>340</sup> REIS, *História de Óbidos*, 1979, p. 43.

<sup>341</sup> *Ibidem*, p. 48

As instituições também aparecem nesta historiografia com a marca da crise. Não havia consenso no interior das instituições mais importantes da sociedade nacional. A Igreja, o poder administrativo, o poder militar e as Assembléias Legislativas.

As contradições da Igreja se revelam a partir da participação de clérigos tanto nas fileiras da legalidade como na cabana. Alguns exemplos são mais reveladores dessa crise, quando, por exemplo, o vigário-geral de Manaus João Pedro Pacheco reconhece o governo cabano e posteriormente, da mesma forma, aceita a “vitória da legalidade”<sup>342</sup>. A aparente ambigüidade desse clérigo, não deve, entretanto ser compreendida como uma demonstração de “um feitiço moral duvidoso”<sup>343</sup>, mas o reflexo de crises mais profundas no interior dessa instituição. A Cabanagem revelava o fracionamento da Igreja na Amazônia.

Este autor revela as inúmeras situações de conflito de competência entre as instituições: as Câmaras das vilas, lutando para confirmar seus poderes bastante fragilizados com o fim do período colonial e os Juízes, que em alguns lugares exerciam funções administrativas, como nas Comarcas do Alto e do Baixo Amazonas. Esses conflitos, narrados a partir de uma visão do poder administrativo perdem o caráter analítico, aparecendo dentro de enredos de conspirações ou de atos elogiosos de algum administrador. O método positivista não permite uma abordagem satisfatória desses segmentos políticos, mas deixa pistas que merecem ser trilhadas com muita segurança graças ao rigor historiográfico do autor.

Arthur Reis fornece informações que resgata a Cabanagem como um movimento marcado por diferenças étnicas, como nesta transcrição que parece também carregada de raro momento de humor, onde se pode ouvir nitidamente a voz européia:

Os reinóis cantavam versos imorais ao som do hino da independência:

Já podeis...  
Ver contente a may gentia  
...  
Cabra gente brasileira  
Descendente de Guiné...<sup>344</sup>

<sup>342</sup> REIS, *História do Amazonas*, 1989, p. 177

<sup>343</sup> *Ibidem*, p. 177.

<sup>344</sup> REIS, *História de Óbidos*, 1979, p. 49.

Reis percebe que o clima de insatisfação extrapolava as disputas políticas que centralizavam a narrativa do início da fase imperial brasileira na Amazônia. Ao oferecer indícios de marcos mais dilatados para a Cabanagem, como o destaque dado às Instruções de 1º de julho de 1829, da Câmara de Óbidos, revelando que, nessa época, já estão contidos os elementos sociais determinantes para que este movimento se transforme em uma situação generalizada na Amazônia, bem como o caráter étnico desse conflito. Através de instrumentos para reprimir a organização dos escravos, percebe-se a gestação do quadro de insatisfação social na região que marcará a Cabanagem. Os objetivos dessas Instruções são bastante reveladores. Eles tinham a função de

Impedir que houve, no seu distrito, desertores, negros fugidos, vadios e pessoas suspeitas ou indivíduos que pudessem ser nocivos à sociedade; Impedir que os escravos andassem de casa em casa, em palestras, de sítio em sítio, a não ser que provassem estar em cumprimento de uma ordem de seu senhor.<sup>345</sup>

A presença negra na historiografia de Reis é mais material que ideal. Sua presença que transpõe em inúmeros momentos, afirma-se contra a permanente vontade do autor de negá-la, e diminuí-la em seus significados. Aqui é bem o caso de ser lembrado da questão de que o texto historiográfico, à semelhança dos demais, possuem o destino de se libertarem de seus autores e de ganharem autonomia para os leitores.

Negada como existência e importância nas construções historiográficas do autor, a participação negra na Cabanagem é, paradoxalmente, afirmada como figura não apenas de coadjuvante, mas como liderança desse movimento, como é o caso da presença de Bernardo Sena. Seus projetos políticos também são apresentados, podendo ser vistos nesta citação:

[...] numa expedição feliz ao rio Arapiri, sob o comando de Manuel Aragão de Bastos e constantes de 50 homens. À madrugada de 27 de novembro, atacadas por enormes igarités, travou-se violento combate. Os cabanos, em maioria negros, somavam 300 rebeldes. Dirigia-os o preto Belisário, que se apresentava como libertador da raça. [...].<sup>346</sup>

---

<sup>345</sup> Ibidem, p. 58.

<sup>346</sup> REIS, *História de Óbidos*, 1979, p. 73.

A intensidade da participação negra também é registrada por Reis e descrita através da resistência, entre 1837 a 1840, onde “pelos lagos, pelas matas, erravam grupos de rebeldes, de desertores, de negros fugidos que não se queria render”<sup>347</sup>.

O autor não menciona os vários quilombos formados na Amazônia a partir da Cabanagem, apresentando como única alternativa de conclusão da participação negra neste movimento, a saída legalista, ou seja, aceitar a anistia. Reis manteve-se reticente quanto aos direitos dos escravos.

A presença indígena na Cabanagem recebe lugar mais privilegiado que a dos negros na historiografia de Arthur Reis. Ela registra os séculos de exploração vividos pelos índios desde o período colonial, apresenta as estratégias de guerra e os conhecimentos geográficos dos índios para os sucessos e o prolongamento da Cabanagem no Alto e Baixo Amazonas, informações, estas também encontradas em outras obras. Merece destaque desta abordagem a intensa participação Mundurucu na Cabanagem. Nela, “A gentilidade mundurucu formava, grosso modo, em suas fileiras. Pelo que padre Sanches achou prudente agir com as cautelas missionárias, enviando ao encontro dos nativos, nas selvas, frei Demétrio, que devia convocá-los à paz”<sup>348</sup>.

Contrariando a literatura simplista que contrapõe a atuação Mura, como ferrenhos cabanos, e Mundurucus, como aliados dos legalistas, Reis relata a intensa participação mundurucu no interior da Cabanagem.

Apesar da flagrante defesa do poder estabelecido, Reis registra inúmeras revoltas populares. Dentre elas destaca-se a Cabanagem, pela relevância e significado na região. A partir dela é possível fazer inflexões, não apenas para a compreensão de outros movimentos e da própria história regional, mas também apontar perspectivas teóricas que dê conta dessa complexidade cultural amazônica.

A propósito dessas reflexões, será retomado o exemplo de Jean-Jacques Berthier, um observador que viveu em Belém durante certo período da Cabanagem, através de correspondências enviadas ao seu irmão em Nantes, na França, relata suas impressões desse acontecimento. Demonstrando um senso crítico apuradíssimo sobre a conjuntura na qual ocorria o movimento cabano, ele constrói suas análises ancoradas em sistemáticas leituras de vários pensadores europeus.

---

<sup>347</sup> Ibidem, p. 80.

<sup>348</sup> Ibidem, p. 72.

Comparando, despretensiosamente, mas demonstrando bastante conhecimento do conteúdo das teorias de Michelangelo Buonarroti, Henri-Claude de Rouvroy de Saint-Simon e Charles Fourier, de como viam a Revolução Francesa e suas propostas alternativas de sociedade, Berthier conclui que “nenhuma das belas construções dos filósofos pode aplicar-se à realidade amazônica. A razão e a ciência não têm o poder de transformar a sociedade humana. A complexidade das situações humanas é irreduzível a fórmulas gerais que produzam soluções bem-feitas”<sup>349</sup>.

A percepção através de concepção libertária do narrador é aqui apresentada como mais uma forma de compreender a Cabanagem, afinal, a Amazônia é um universo de culturas, experiências, anseios, dúvidas e caminhos. Pois como dizia Marshall Sahlins,

A história é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significação das coisas. O contrário também é verdadeiro: esquemas culturais são ordenados historicamente porque, em maior ou menor grau, os significados são reavaliados quando realizados na prática<sup>350</sup>.

A Cabanagem envolveu um diferenciado sistema de práticas sociais, alianças e escolhas de inimigos. Vários povos, de diferenciadas culturas viveram uma experiência comum ou várias experiências, cada um seguindo sua própria lógica de luta ou alianças circunstanciais no curso e no interior do movimento, ainda que inimigos historicamente irreconciliáveis.

É possível abstrair da obra de Artur Reis essa complexidade e a partir dela trilhar as pistas fornecidas a partir de diversos referenciais teórico-metodológicos.

Reis “é bom para pensar” este movimento a partir de uma perspectiva do *imaginário*, como no exemplo indicado:

Informado do que ocorria em torno ao seu nome, padre Sanches tratou de preparar o ambiente para o que desse e viesse. Fez circular boatos aterradores. Falou-se até em que no dia do Espírito Santo rebentaria uma revolução: aos portugueses mais salientes seriam cortadas as solas dos pés e tirados os olhos; os demais em calças e camisas, desceriam o rio, expulsos de suas casas. [...] <sup>351</sup>.

<sup>349</sup> FREITAS, Décio. **A Miserável Revolução das classes infames**. Rio de Janeiro: Record, 2005. Esta conclusão é uma interpretação de Décio Freitas, a partir de interpretação das correspondências de Berthier. (p. 192/193).

<sup>350</sup> SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Tradução de Barbara Sette. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 7.

<sup>351</sup> REIS, **História de Óbidos**, 1979, p. 41.



Ele apresenta também pistas que podem ser trabalhadas a partir do *teatro do poder* de Thompson, quando fala, por exemplo, sobre a distribuição e aproximação dos habitantes Mariuá, no rio Negro, no período da ocupação colonial. Assim, “Na repartição instalaram-se, então, os brancos. Estendia-se o núcleo. Mariuá contou, nesses dias, cerca de dois mil habitantes. Havia 460 fogos. Soldados e oficiais envergavam fardamentos elegantes, veludos, com canhões vistosos. A indiada, por seus principais, imitou-os”<sup>352</sup>.

Para Berthier o contemporâneo da Cabanagem anteriormente mencionado, de acordo com Décio Freitas, este movimento “não se trata de uma única revolução, mas de diversas revoluções simultâneas, contraditórias, irreconciliáveis”<sup>353</sup>, mesma conclusão de Pinheiro, em 1998, conceituando-a de “revolta aberta”, ficando evidente como este tema ainda não foi e está longe de ser esgotado.

Arthur Reis se refere seguidas vezes à Cabanagem como uma “revolução” sem, entretanto, atribuir o mesmo sentido marxista nas análises desse processo. Para ele ela é antecedida por uma “cadeia de fatos revolucionários”, que se desenvolve através de um “processo revolucionário” e de “fatos revolucionários”, negando o caráter de “motim” atribuído por Domingos Raiol, sugerindo ter sido, na verdade “uma grande revolução”<sup>354</sup>.

Para quaisquer teorias ou metodologias a serem adotadas deve ser dada atenção especial à ambigüidade da historiografia. Assim como a memória, ela “constrói, conserva e renova identidades” (CATROGA) ou pode ser veículo de lembranças corrompidas pelo tempo. A Amazônia, apesar de toda violência real, ainda é retratada como uma região pacífica, confirmando a idéia de ser ali o paraíso. Sua população é descrita como hospitaleira e pacata. A memória da Cabanagem não confirma essa regra que o presente quer construir.

Pode-se falar em uma grande, longa e complexa Confederação Cabana, com ocorrência de uniões temporárias ou prolongadas para lutar contra inimigos comuns, mas sem que tivessem os mesmos objetivos específicos. Ela deve ser compreendida a partir das diferentes culturas, aspirações e experiências, vivenciada através de múltiplos processos, cabendo mais uma vez a reflexão de Arthur Reis que para ele a “Cabanagem foi uma hora grave, que a história Amazônica, Brasileira, precisa registrar em toda a sua

---

<sup>352</sup> REIS, *História do Amazonas*, p. 82

<sup>353</sup> FREITAS, Décio. *A Miserável Revolução das classes infames*. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 190.

<sup>354</sup> REIS, 1970, In.: Introdução de RAIOL, p. 5

singularidade. Ella nos dá, fortemente um retrato vivo da nossa natureza.”<sup>355</sup> O próprio autor não esgota o assunto.

---

<sup>355</sup> REIS, Cabanagem, In: **Revista do Estudante**, Manaus: Ano 1, N. 4 e 5, Jul-Ago, 1936, p. 9.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Arthur Cezar Ferreira Reis, servindo de inspiração para uma série de historiadores amazonenses, constitui, para o campo da compreensão do processo de construção do conhecimento científico na Amazônia, uma primorosa contribuição, notadamente quando são tomados seus objetivos preferenciais, suas fontes privilegiadas, seus métodos e suas teorias para o entendimento geral da construção de um saber amazônico.

O trabalho do historiador coloca, inevitavelmente, uma questão a ser solucionada que é o contato com o diferente, o Outro situado em outro tempo. Ao optar pela releitura das obras de Arthur Reis, não se pode perder de vista que, esta pesquisa usou como referência histórica aquilo que o autor produziu no plano das condições sociais de existência, forjando uma percepção do Outro, evidenciando como aquele foi descrito, enunciado, julgado. Em síntese, como foi representado em uma textualidade. Assim como Reis fez sua representação do Outro, também esta pesquisa se propôs descrever e enunciar pelo discurso, outro historiador.

Neste jogo de afirmação de alteridade no qual, ao mesmo tempo em que a obra de Arthur Reis era objeto de uma releitura, minha própria identidade esteve compondo o cenário servindo de referência. Assim, a compreensão do pensamento de Reis é fundamental para entendermos nossa própria identidade, tanto no mundo sócio-cultural, quanto na produção historiográfica.

O ofício do historiador e seu posicionamento em relação à tradição historiográfica do Amazonas apresentado pelas pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Amazonas, ao apresentar-se como ruptura com a tradição conservadora, já está sendo questionada nesta própria atitude, predispondo-se, indubitavelmente às críticas.

A historiografia de Arthur Reis até há pouco tempo distanciada do interesse da academia, foi retomada aqui como referência de grande importância. A própria escolha do tema “Movimentos sociais na obra de Arthur Reis” está relacionado com as

necessidades da definição dos novos horizontes a serem percorridos pelos historiadores a partir dos caminhos abertos pelas Histórias Social e Cultural.

Uma das possibilidades abertas por este trabalho pode ser, segundo a referência a Walter Benjamin, a acabar o que ficou inacabado, ou seja, reler Arthur Reis e encontrar em sua interpretação da história regional, aquilo que ele não percebeu, não quis perceber e não poderia perceber, trabalhando nos limites que ele próprio se impôs. Ou seja, tentar indicar as lacunas, os ocultamentos, as omissões, os “esquecimentos”. Porque, em última análise, a crítica a uma determinada concepção da história implica especialmente em apontar o que não está dito ou que foi esquecido.

Longe de estabelecer conclusões redutoras, todo este processo de construção de conhecimento leva-nos a questionar o sentido desta investigação histórica. Ao transformar a obra do autor Arthur Reis em meu principal objeto, durante todo percurso desta pesquisa um problema sempre se evidenciava, o de responder aos problemas enfrentados neste processo de perguntas a textos autorais.

O estudo dos movimentos sociais a partir das representações de Arthur Reis revelou a forma pelas quais eles contribuíram ou vêm contribuindo para a formação de percepções significativas sobre o universo dos homens e mulheres que vivem na Amazônia em processos de resistência ou de colaboração e como se construíram, no tempo e no espaço, como sujeitos sociais, com seus sistemas de valores e dinâmicas culturais.

As identidades devem ser compreendidas dentro de contextos processuais e situacionais, passíveis, portanto de mudança. Arthur Reis não foge a essa caracterização, pois vai apresentar ao longo de sua produção historiográfica diferentes abordagens teórico-metodológicas, ainda que o caráter conservador tenha se mantido como característica geral de sua produção ao longo do tempo.

A obra da juventude, mais entusiasmada com a construção da identidade regional e nacional, bem mais próxima da historiografia mais conservadora ancorada em pressupostos racistas e elitista, vai se apresentar com uma nova configuração na maturidade, mais analítica e reflexiva, buscando sempre explicações históricas para fundamentar argumentos ou propostas para problemas sociais presentes à época da construção da narrativa do autor.

Os movimentos sociais não compunham o leque de soluções apresentadas pelo autor para os problemas das sociedades brasileira e regional. Mesmo assim, depreende-se de sua obra elementos substanciais para se compor um quadro desses processos ocorridos na Amazônia. O tempo de Arthur Reis será fator importante do modo como representou aqueles movimentos, sempre tecendo juízo de valor, classificando-os, mesmo que indiretamente, em ações positivas ou como os que provocaram prejuízo à sociedade. Analisados a partir dos problemas do presente, os índios, por exemplo, aparecem em sua literatura como impedimento aos grandes projetos de formação e desenvolvimento nacionais.

Pretendemos em relação aos movimentos sociais assinalar os seus dois desdobramentos principais, a partir de uma perspectiva de seus sentidos para os movimentos de elite e movimentos populares.

Os primeiros, equivocadamente classificados apenas como movimentos políticos, de acordo com Arthur Reis, por suas lideranças serem capazes de construir projeto político para aquela ação social, quando analisados mais detidamente, a partir da própria representação narrativa do autor, sobressai a presença popular marcando de ambigüidades, a narrativa e os próprios movimentos.

O ideal autonomista, por exemplo, está presente na luta cabana do Amazonas, assegurando também um caráter popular aos movimentos pela autonomia.

O movimento autonomista de 1832, ocorrido no Amazonas, iniciado como luta popular e posteriormente incorporado pelas elites, colocará em xeque líderes cabanos "proprietários".

Um segundo dado que se revelou a partir da historiografia de Artur Reis é que o próprio movimento popular incorpora essas ações, inicialmente promovidas pelas elites para lhes conferir uma significação que se incorpore ao núcleo das idéias que impulsionam a Cabanagem no Amazonas.

Também a partir das representações de Arthur Reis sobre o movimento pela abolição da escravatura no Amazonas apreendeu-se que, além da propaganda explicação de sua origem a partir do pensamento das elites, já subsistiam em alguns segmentos da população movimentos de idéias e manifestações de descontentamento que vão contribuir para criar uma situação de acolhimento favorável por parte de setores representativos da sociedade. Ou seja, uma clara proximidade e mesmo identificação

desses setores diversificados da população com as idéias que, por assim dizer, “estavam no ar” e que, progressivamente se convertem em mobilização da sociedade, mesmo que direcionada pelo poder público.

A Cabanagem representada por Arthur Reis como um movimento desabonador da ordem estabelecida que ameaçou a segurança e o desenvolvimento econômico regionais, apresentou a fase marcadamente popular desse movimento contida nos processos transcorridos nas Comarcas do Alto e Baixo Amazonas. Depreendeu-se do autor também a relevância deste movimento para a formação da identidade amazônica.

Os mesmos fatos e os mesmos temas podem assumir um sentido até mesmo oposto ao que é apresentado a partir de uma certa posição de análise e interpretação. Algo que está contido na idéia de reescrever a história, de descobrir novos sentidos, novas pistas, novas evidências. Principalmente quando se tem a pretensão de relacionar o significado do resgate das memórias coletivas e individuais para releituras do passado.

Mesmo reconhecendo que Arthur Reis pertence a um perfil de historiador que valoriza os aspectos teóricos das ações empreendidas por chefes militares, administradores e membros dos grupos que detém o poder e em nome desse poder e de seu fortalecimento assumem as posições que a historiografia valoriza, o fato é que, como se procurou demonstrar aqui, é possível ao mesmo tempo, reconhecer nesses processos, a presença popular, a marca inegável do fundamento social, popular das razões que impulsionam a todos os atores históricos.

Assim sendo, esse é um importante elemento para a construção, como também de uma revisão da historiografia tradicional, que ainda é dominante. Ou seja, como reconstruir a história da presença popular nesses acontecimentos, como compreender o sentido profundo dessa formação social na qual a população sempre está presente, de um modo ou de outro, apesar da reduzida atenção da historiografia em relação a ela.

O fato é que a percepção dos papéis dos agentes sociais do conjunto sempre amplo e abrangente da sociedade regional em formação deve considerar essa historiografia da qual o historiador Arthur Reis é a maior expressão. E até mesmo quando as ações das elites e dos agentes administrativos são claramente contra os interesses das populações e de determinados grupos que a integram.

Portanto, tratou-se de ler com atenção redobrada seus textos para daí extrair as referências carregadas de sentido social e participação do conjunto abrangente dos

grupos sociais politicamente diferenciados, para compreendermos como se tentou fazer com esta pesquisa, o sentido desses movimentos que se alojam nas entrelinhas e no próprio silêncio em que são encerrados e mantidos.

A riqueza da obra e das análises de Arthur Reis não oculta os limites de sua produção, marcada, de modo geral, pelo pensamento dominante nacional e pelo reconhecido utilitarismo do seu conhecimento.

Esta pesquisa teve, pois, a preocupação de exercer uma auto-crítica quanto ao papel do historiador que tem por objeto a Amazônia e/ou nela exerce seu ofício. Atenta, por conseguinte à ilusão do rigor que envolve as Ciências e suas metodologias preocupadas em se apresentarem como verdadeiras e conclusivas.

## REFERÊNCIAS

- ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. **Negros do Trombeta: guardiães de matas e rios**. 2. ed. Belém: Cejup/ UFPA-NAEA, 1998.
- AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo e. **Dicionário topográfico, histórico, descritivo do alto Amazonas**. Manaus, ACA, 1984. Reprodução fac-similada da edição de 1852.
- AMOROSO, Marta. Corsários no caminho fluvial: os mura do rio Madeira. In: ARRUDA, José Jobson de A. Linhas historiográficas contemporâneas: por uma nova síntese histórica. **Revista Amazonense de História da Universidade Federal do Amazonas**, v. 1, n. 1. Manaus: EDUA, 2002. (pp. 11-30)
- BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito crítico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BARBOSA, Elyana, BULCÃO, Marly. **Bachelard: pedagogia da razão, pedagogia da imaginação**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, Tomke (org.) **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000 (pp. 25-67).
- BATES, H. **Um naturalista no Rio Amazonas**. Tradução de Regina R. Junqueira. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.
- BATISTA, Djalma. **Letras da Amazônia**. Manaus: Livraria Palácio Real / Cesar e Cia, 1938.
- BAZE, Abrahim. **Escravidão: o Amazonas e a Maçonaria edificam a história**. Manaus: Editora Travessia, 2001.
- BEZERRA NETO, José Maria. O doce Treze de maio. O abolicionismo e as visões da Cabanagem, Grão-Pará – Século XX. In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas; LIMA, Maria Roseane Pinto (Orgs.). **Faces da história da Amazônia**. Belém: Paca-Tatu, 2006, (pp. 341-382).
- BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos**. Tradução de Julia Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- BOURDIER, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BUCI-GLUCKMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- BURCKARDT, Jacob. **A cultura do renascimento na Itália**. Tradução de Vera Lucia de Oliveira Sarmento de Azevedo Correia. Brasília: Editora UnB, 1991.
- BURKE, Peter. **As fortunas d'o cortesão**. Tradução de Álvaro Hattnher. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1977.



- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BURKE, Peter. **Variiedades de história cultural.** Tradução de Alda Porto, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CAIRE-JABINET, Marie-Paule. **Introdução à historiografia.** Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade.** São Paulo: Nacional, 1967.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. História Política. **Revista de estudos históricos**, Rio de Janeiro. n. 17, p. 2-3, 1996.
- CARDOSO JUNIOR, Hélio Rebello. **Enredos de Clio: pensar e escrever a História com Paul Veyne.** São Paulo: UNESP, 2003.
- CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia.** Coimbra: Quarteto Editora, 2001.
- CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: **Revista de estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994.
- CHARTIER, Roger. O Mundo como representação. In: **À Beira da Falésia – A história entre certezas e inquietudes.** Tradução de Patrícia Chitto Ni Ramos, Porto Alegre: Universidade, UFRGS, 2002 (pp. 61 - 79).
- CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural.** Tradução d. Jefferson Luiz Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001 (pp. 211- 238).
- COELHO, Geraldo Márires. História e identidade cultural na Amazônia. In: D`INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel (Orgs.). **Amazônia e a crise da modernização.** Belém: MPEG, 1994.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais.** Bauru: Edusc, 1992.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). Introdução a uma história indígena. In: **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Fapesp /SMC / Cia das Letras, 1992. (pp. 9-24).
- CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). Política indigenista no século XIX. In: **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Fapesp / SMC/Cia das Letras, 1992. (pp. 133-154)
- DIAS, Eurípedes da Cunha. **Arqueologia dos Movimentos Sociais.** Série Antropologia: Brasília, 2001 (prelo).
- DIEHL, Astor Antônio. **Historiografia – memória, identidade e representação.** Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- EVANS, Richard J. **Em defesa da História.** Lisboa: Temas e Debates, 2000.
- FALCON, Francisco. História das Idéias. In: CARDOSO, Ciro F.; VAIFANS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, (pp. 91-125).
- FAULHABER, Priscila; TOLEDO, Peter Mann (Orgs.). **Conhecimento e fronteira história da Ciência na Amazônia.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.
- FEBVRE, Lucien. **História.** Carlos Mota (Org.). Tradução de Adalberto Marson, Paulo de Salles Oliveira e Maria Elisa Mascarenhas, São Paulo: Ática 1978.

- FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**, Tradução de Salma Tannus Muchail, 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Trad. Antonio Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. 3. ed. Veja e Passagens, 1992.
- FOUCAULT, Michel. **Resumo do Collège de France (1970 – 1982)**. Tradução de Andréa Daher; consultoria, Roberto Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: UNESP, 1997.
- FREITAS, Décio. **A miserável revolução das classes infames**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- FREITAS, Marco Cezar de. **Da micro-história à história das idéias**. São Paulo: Cortez: USF-IFAN, 1999.
- FREYRE, Gilberto. **Novo mundo nos trópicos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.
- FREYRE, Gilberto. Novos estudos afro-brasileiros. **1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.
- FUNES, Eurípedes A. Nasci nas matas, nunca tive Senhor: História e memória dos mocambos do baixo Amazonas. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos S. (Orgs.). **Liberdade por um fio – História dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- GEERTZ, Clifford. **Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editoras, 1978.
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- HARLAN, David. A História Intelectual e o retorno da Literatura. In: RAGO, [Margareth](#). **Narrar o Passado, Repensar a História**. Unicamp, 2000.
- HARTMAN, Robert S. O significado de Hegel para a História e O significado da História para Hegel. In: HEGEL, Georg Friedrich. **A razão na história: uma introdução geral à filosofia da história**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001. (pp. 9-40)
- HEGEL, Georg Friedrich. **A razão na história: uma introdução geral à filosofia da história**. Tradução de Beatriz Sidou, 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001.
- HEGEL, Georg Friedrich. **A razão na história: uma introdução geral à filosofia da história**. Tradução de Beatriz Sidou, 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001.
- HEGEL, Wilhelm Friedrich. **Lecciones sobre la filosofia universal**. Traducido por José Gaos. Madrid: Alianza Editorial, 1986.
- HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **Invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HORKHEIMER, Max. Maquiavel e a concepção psicológica da história. In: **Origens da filosofia burguesa da história**. Lisboa: Editorial Presença, 1984 (pp. 15 - 39).

- IANNI, Otávio. **As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional**. São Paulo: DIFEL, 1962.
- JAPIASSU, Hilton. **Nascimento e morte das ciências humanas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- JOBIM, Anísio. **A intelectualidade no Extremo Norte contribuição para a História da Literatura no Amazonas**. Livraria Clássica. Manaus, 1934.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**, São Paulo: Edusp, 1974.
- LOUREIRO, Antônio José Souto. **O Amazonas na época imperial**. 2. ed. Manaus: T. Loureiro Ltda, 1989.
- LOUREIRO, Antônio José Souto. **Síntese da história do Amazonas**. Manaus: Imprensa Oficial, 1978.
- LOUREIRO, Antônio José Souto. **Tempos de esperança: 1917 – 1945**. Manaus: Ed. Sérgio Cardoso, 1994.
- LOVEJOY, Arthur O. Reflexiones sobre la historia de las ideas. Buenos Aires: Primas, **Revista de historia intelectual**, año 4, n. 4, 2000.
- MATTOS, Marcelo Badaró. Classes sociais e luta de classes. In: MATTOS, M. B. (Org.). **História – pensar e fazer**. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998. (pp. 53-72).
- MENEZES, Geraldo. Um amazônida universal. In: **Homenagem a Arthur César Ferreira Reis**. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: IHGB, 1993.
- MIRANDA, Bertino de. **A cidade de Manaus: sua história e seus motins políticos**. Manaus: Associação Comercial do Amazonas, 1982.
- MONTEIRO, John. Armas e Armadilhas: História e resistência dos índios. In: NOVAES, Aduino (Org.). **A outra margem do ocidente**. Rio de Janeiro: MinC-Funarte / Cia das Letras, 1999. (pp. 237-249).
- MOREIRA NETO, Carlos Araújo. **Índios da Amazônia: de maioria a minoria, 1750-1850**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- MOTA, Giselda. Historiografia. Bibliografia. Documentos. In: MOTA, Carlos Guilherme. **1822: Dimensões** São Paulo: Perspectiva. 1972, (pp. 377-464).
- MUCHAIL, Salma Tannus. **Foucault simplesmente. Textos Reunidos**. São Paulo, Loyola, 2004.
- NABUCO, Joaquim. **Minha formação**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1957.
- NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. A problemática dos índios misturados e os limites dos estudos americanistas: um encontro entre antropologia e história, In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indígena do período colonial (XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.).

- História dos índios no Brasil.** São Paulo, Fapesp/SMC/Cia das Letras, 1992 (pp. 115-132).
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História Cultural: experiência de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- PESSOA, Protásio Lopes. **História da Missão de Santa Tereza d'Ávila dos Tupebas Tefé.** Tefé-Am.: Prefeitura Municipal de Tefé e Academia de Letras, Ciências e Artes de Tefé.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **Cabanagem: imagens e representações de uma revolta popular. Amazônia em Cadernos,** n. 2-3, EDUA, 1995.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. A revolta popular revisitada: apontamentos para uma história e historiografia da Cabanagem. **Projeto História,** São Paulo, (19), nov. 1999.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **Nos subterrâneos da revolta – trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem.** (Tese de Doutorado). São Paulo: PUC, 1998.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **Visões da Cabanagem: uma revolta popular e suas representações na historiografia.** Manaus: Valer, 2001.
- PINTO, Renan Freitas. Arthur Reis. In: **Viagem das Idéias – formação e desenvolvimento do pensamento social da Amazônia.** Manaus: Universidade do Amazonas / CNPq, 1997. (148-152)
- PINTO, Renan Freitas. **Viagem das Idéias.** Manaus: Editora Valer/Prefeitura de Manaus, 2006.
- POLLAK, Michael. **Limites e demarcações na Amazônia brasileira: a fronteira colonial com a Guiana francesa (Lendo o Pará).** Belém: SECULT, 1993.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PONTES, Heloísa. Elias, renovador da Ciência Social, In: NEIBURG et al. **Dossiê Norbert Elias.** São Paulo: EDUSP, 2001 (pp. 17-35).`
- PROCESSO n. 5293/65, Palácio Rio Negro, Gabinete do Governador do Estado do Amazonas. Códice 628 do Arquivo Público do Pará. Ofícios extraídos do Livro do 1. e 2. registros da secretaria particular do Ilmo. e Exmo. Sr. Conde de Vila Flor, 1817. In: SOUZA, Márcio. **Breve História do Amazonas.** São Paulo: Marco Zero, 1994.
- RAIOL, Domingos Antônio. **Motins Políticos - Ou História dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835.** Pará: Universidade Federal do Pará. 2. ed., 1º vol., 1970.
- REIS, A. C. F. Cabanagem, In: **Revista do Estudante.** Manaus: Ano 1, n. 4 e 5, p. 9, jul./ago, 1936.
- REIS, A. C. F. In.: RAIOL, D. A. **Introdução de Motins Políticos.** Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, p. 5.

- REIS, Arthur Cezar Ferreira. "Prefácio". In: REIS, Gustavo M. Rego. **A Cabanagem**: um episódio histórico de guerra insurrecional na Amazônia (1835-1839). Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1967.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A África negra no mundo moderno**. Rio de Janeiro, 1973.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1982. (Coleção Retratos do Brasil, v. 161). (1ª ed. 1965)
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A autonomia do Amazonas**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1965. (Série Alberto Torres, v. II)
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Economia Brasileira e a valorização da África e da América Espanhola - concorrência dessas regiões com o Brasil**. Trabalho apresentado ao Conselho Econômico Nacional da Indústria. Rio de Janeiro, 1951.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A explosão cívica de 1832**. Manaus: IGHA, 2006. (1ª edição em 1932)
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. A independência do Brasil no contexto da descolonização das Américas. In.: **Anuário do Museu Imperial**. Volume 33. Petrópolis – RJ: Museu Imperial, 1974. (pp. 7-19).
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. A independência do Brasil no processo de descolonização das Américas. In: **Revista de Cultura do Pará**. Ano 2, ns. 8 e 9. Belém: jul/dez, 1972. (pp. 15-25).
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966. (Série Alberto Torres v. V)
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Aspectos sociais da valorização da Amazônia**. Fac-similado. Manaus: Governo do Estado do Amazonas / SEDUC, 1999. (Coleção documentos da Amazônia, n. 3).
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Como governei o Amazonas**. Manaus: Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1967.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. Felipe dos Santos. In: **Revista da Sociedade Amazonense de Professores**, Manaus, n. 25, 1937.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. Formação Judiciária. In: **Revista do IGHA**, Manaus, Ano 3, v. 3, n. 1 – 2, pp. 27 - 32, Typographia Phenix, 1933.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **História de Óbidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Belém: Governo do Estado do Pará, 1979.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **História do Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989. (Coleção Reconquista do Brasil).
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Lobo d'Almada**: um estadista colonial. 3. ed.. Manaus: Academia Amazonense de Letras/Prefeitura de Manaus/Ed.Valer, 2006.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Origens, objetivos, funcionamento. Sua contribuição para o desenvolvimento científico da Amazônia. Manaus: **Publicações Avulsas**, n. 7, 1956.

- REIS, Arthur Cezar Ferreira. O Modelo Africano. **Jornal do Comercio**. Manaus [S.d].
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. O Pará na decisão da independência. In: **Revista de Cultura do Pará**. Ano 3, Números 12 e 13. Belém: jul./dez, 1973. (pp. 13-24).
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O seringal e o seringueiro**: tentativa de interpretação. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1953.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. Os índios da Amazônia. Manaus: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, **Publicação avulsa**, n. 3, 1956.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Santarém**: seu desenvolvimento histórico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Belém: Governo do Estado do Pará, 1979.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Súmula de História do Amazonas – roteiro para professores**. Manaus: Edições governo do Estado do Amazonas, Série Monteiro de Souza vol. II, 1965.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Temas Amazônicos**. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1983.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Tempo e vida na Amazônia**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1965. (Série Alberto Torres, v. III).
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Um mundo em mudança**. São Paulo: Hucitec/Brasília: INL – Fundação Nacional Pró-memória, 1986.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. “Prefácio”, In: BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio das Eras da Província do Pará**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969. (pp. 1-4)
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a integridade do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2001. (Coleção Brasil 500 Anos).
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. A Amazônia e sua integração ao Império nascente. In: **Revista de Cultura do Pará**, Belém, ano 2, ns. 6-7, pp. 13-21, jan.-jun. 1972.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A colonização européia nos trópicos**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Liga da Defesa nacional e a Amazônia**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1965.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Aspectos da formação brasileira**. Rio de Janeiro: J. Olímpio; Brasília: INL, 1982. (Coleção documentos brasileiros, v. 191)
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Épocas e visões regionais do Brasil**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966. (Série Alberto Torres, v. VI).
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Manãos e outras villas**. Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, 1934.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O impacto amazônico na civilização brasileira - A Transamazônica e o desafio dos trópicos**. Rio de Janeiro: Paralelo - INL, 1972.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Portugueses e brasileiros na Guiana Francesa**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1953. (Os cadernos de cultura)
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Rotina e dinâmica na vida brasileira**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1965. (Série Alberto Torres, v. I)

- REIS, Gustavo M. Rego. **A Cabanagem**: um episódio histórico de guerra insurrecional na Amazônia (1835-1839). Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1967.
- REIS, João José. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- REIS, João José; GOMES, Flávio dos S. (Orgs.). **Liberdade por um fio – História dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- REIS, Revolução falhou não divulgando os IPMs. **Diário de Notícias**. 16 maio, 1965.
- RICCI, Magda. Um morto, muitas mortes: a imolação de Lobo de Souza e as narrativas da eclosão cabana. In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas; LIMA, Maria Roseane Pinto (Orgs.). **Faces da história da Amazônia**. Belém: Paca-Tatu, 2006. (pp. 519-544)
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história o esquecimento**. Tradução de Alain François et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- RUDÉ, George. Introdução – O Assunto e seus problemas. In: **A multidão na História: Estudos dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1703-1848**. Rio de Janeiro: Campus, 1991. (pp. 1-15)
- SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Tradução de Barbara Sette. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Espelhos Partidos**: Etnia, Legislação e Desigualdades na Colônia Sertões do Grão- Pará, 1755 – 1823. (Tese de Doutorado) Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as Ciências**. 8. ed. Porto: Edições Afrontamentos, 1996.
- SANTOS, Eloína Monteiro. **Álvaro Maia**: uma liderança política cabocla. Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas, 1997.
- SANTOS, Francisco J. dos. SAMPAIO, Patrícia Maria Melo (Orgs.). **Estado do Amazonas em verbetes. Ensino Fundamental**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2002.
- SANTOS, Myrian Sapúlveda. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, out., 1998.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.
- SCOTT, Perry; ZARRUR, Geoge (Orgs.). **Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2003. (pp. 27-47).
- SENA, Custódia Selma. **Interpretações dualistas do Brasil**. Goiânia: Editora UFG, 2003.
- SKINNER, Quentin. **Significado y comprensión en la historia de las ideas**. Buenos Aires: Primas, Revista de historia intelectual, año 4, n. 4, 2000.
- SOBRINHO, Barbosa Lima. O publicista, o governador e a Amazônia. **Jornal do Brasil**, 23 maio, 1965.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **O que se deve ler para conhecer o Brasil**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, S/D. Primeira edição de 1945.

- SOUZA, Márcio. **A expressão amazense. Do colonialismo ao neocolonialismo.** São Paulo: Alpha Omega, 1978.
- THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social e Algumas Observações sobre Classe e 'Falsa Consciência'. In: NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Sérgio (Orgs.). **As Peculiaridades e Outros Artigos.** Campinas: Editora UNICAMP, 2001. (pp. 227-267 e 269-281).
- THORLBY, Tiago. **A Cabanagem na fala do povo.** São Paulo: Paulinas, 1987.
- TOCANTINS, Leandro. **Vida, cultura e ação – procura e valorização de constantes espirituais da vida brasileira.** Rio de Janeiro: Artenova Ltda, 1969.
- TOURAINÉ, Alain In: ALBUQUERQUE, J. A. de Guilhaon. **Classes médias e políticas no Brasil.** Rio de Janeiro Paz e Terra, 1977.
- UGARTE, Auxiliomar Silva. Margens Míticas: a Amazônia no imaginário europeu do século XVI. In: PRIORE, Mary; GOMES, Flávio. (Orgs.) **Os senhores dos rios: Amazônia, histórias e margens.** Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2003.
- VIEIRA, Cleuce Valente; FIGUEIRA, Gracimar Rodrigues; COELHO, Rosa Martins. Aldeia Paracúba. In: **Aldeias indígenas Mura.** Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2008, p. 276.